

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Adriana Zanqueta Wilbert

O Estado da Arte sobre o tema Sociedade Civil nas produções teóricas do
Serviço Social brasileiro: uma análise nos Encontros Nacionais de
Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) nos anos 2000

Florianópolis, abril de 2009

Adriana Zanqueta Wilbert

O Estado da Arte sobre o tema Sociedade Civil nas produções teóricas do Serviço Social brasileiro: uma análise nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) nos anos 2000

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora Professora Dra. Ivete Simionatto

Florianópolis, abril de 2009

Adriana Zanqueta Wilbert

**O Estado da Arte sobre o tema Sociedade Civil nas produções teóricas do
Serviço Social brasileiro: uma análise nos Encontros Nacionais de
Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) nos anos 2000**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 30 de abril de 2009.

Prof^o Helder Boska de Moraes Sarmiento
Coordenador do Curso

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ivete Simionatto, Dra.
Orientadora

Prof.^a Heloisa Maria José de Oliveira, Dra.
Membro

Prof.^a Marli Palma, Dra.
Membro

Aos meus grandes amores:

Laura Hikari, minha filha, pessoa que trouxe um novo significado a minha vida, pela ternura;

Marcelino Hirofumi Ito, meu esposo, pelo amor, paciência e companheirismo constante;

Meus pais, meus amigos e incentivadores;

Pessoas que, cada qual a sua maneira, foram e são fundamentais em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade de realização de mais este importante passo em minha vida.

À Professora Ivete Simonatto, por acreditar que seria possível, por todo processo de orientação, pela dedicação no desenvolvimento deste trabalho e, em especial, pelos desafios a mim propostos, que me fizeram crescer como pessoa, profissional e como pesquisadora;

Às Professoras Heloisa Maria José de Oliveira, Marli Palma e Maria Manoela Valença pelas significativas contribuições na Banca;

À minha filha, meu esposo, meus pais, sogros, irmãos, cunhados, tios, primos e amigos próximos pelo carinho e pela compreensão das minhas constantes ausências.

RESUMO

A presente dissertação se propõe a descrever o estado da arte das expressões da sociedade civil presentes nas pesquisas apresentadas nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), entre os anos de 2000 e 2006. Assim, pôr em cena as produções do Serviço Social sobre a sociedade civil e suas expressões na realidade contemporânea constitui o objeto da presente dissertação. E, como objetivos específicos, buscou-se: identificar as expressões organizativas da sociedade civil presentes nas pesquisas apresentadas nos ENPESS e de que forma foram abordadas; identificar as concepções teóricas que fundamentaram as pesquisas; analisar as mediações estabelecidas entre os temas de pesquisa com o exercício profissional do Serviço Social. A pesquisa é de natureza bibliográfica e perpassada pela análise crítico-dialética que permitiu situar o objeto no âmbito das diversas determinações por ele suscitadas. Os procedimentos metodológicos consistiram em, inicialmente, buscar o título de cada artigo apresentado, verificando como o tema da sociedade civil se apresentava nos ANAIS dos ENPESS e então agrupar os trabalhos em quatro eixos temáticos: Participação Social e Movimento Social, Conselhos de Direitos e Controle Social, Terceiro Setor e Organização dos Trabalhadores e Expressões Sindicais. Em seguida analisou-se de que maneira estes temas foram abordados nas pesquisas considerando a fundamentação teórica, os procedimentos metodológicos utilizados e as mediações realizadas com a profissão de Serviço Social. Os principais resultados apontam que o tema da sociedade civil, articulado nos eixos temáticos acima, abordado nas pesquisas a partir de mediações sócio-históricas, econômicas, políticas e culturais, remetem a uma tendência de análise, geralmente marxista dialética, apresentando uma perspectiva fundamental para uma compreensão crítica da sociedade. No entanto, verificou-se que ainda é frágil a medição das análises macroestruturais com o exercício profissional.

Palavras-chave: Sociedade Civil, Serviço Social, Encontro Nacional de Pesquisadores.

ABSTRACT

This dissertation aims to describe the state of the art expressions of civil society present in studies presented in national meetings of researchers in Social Service (ENPESS) between the years 2000 and 2006. So, put on stage productions of Social Service on civil society and its expressions in contemporary reality is the subject of this dissertation. And, as specific objectives sought to: identify the organizational expressions of civil society present in studies presented in ENPESS and how they were addressed, identifying the theoretical concepts that supported the research, analyze the mediations between the subjects of research with the professional practice of Social Service. The research literature is a critical and cross-examination by the dialectic that has put the object under different determinations raised by him. The methodological procedures consisted of, first, get the title of each item presented, noting how the theme of civil society is presented in the annals of ENPESS and then group work on four themes: Social Movement and Social Participation, Councils of Rights and Control Social, and Non-Profit Organization of Workers and unions Expressions. It then analyzes the way that these issues were addressed in the search considering the theoretical basis, the methodological procedures used and the mediations conducted with the profession of Social Service. The main results show that the theme of civil society, articulated in the above themes, addressed in the polls from mediations socio-historical, economic, political and cultural, referring to a trend analysis, usually Marxist dialectic, presenting a fundamental approach to a critical understanding of society. However, it was found that the measurement is still fragile macrostructural analysis of the exercise training.

Keywords: Civil Society, Social Service, National Meeting of Researchers.

LISTA DE TABELAS

Gráfico 1	13
Gráfico 2	14
Gráfico 3	23
Gráfico 4	27
Gráfico 5	29
Gráfico 6	35
Gráfico 7	41
Gráfico 8	42
Gráfico 9	60
Gráfico 10	61
Gráfico 11	62
Gráfico 12	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Seção I - PARTICIPAÇÃO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS	13
Seção II - CONSELHOS DE DIREITOS E CONTROLE SOCIAL.....	29
Seção III - TERCEIRO SETOR.....	42
Seção IV - ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E EXPRESSÕES SINDICAIS.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	80

INTRODUÇÃO

A dissertação em tela tem como proposta descrever o estado da arte sobre o tema sociedade civil, a partir das pesquisas apresentadas nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) entre os anos 2000 e 2006¹. A escolha do tema está relacionada ao amplo destaque aferido à sociedade civil, especialmente nas últimas décadas, decorrente das transformações societárias vividas em escala mundial.

À direita e à esquerda, a sociedade civil passou a ser entendida como uma “esfera virtuosa”, resolução para todos os males sociais. A categoria sociedade civil passou assim a ser utilizada no debate acadêmico e nos projetos-políticos, ora como espaço de contestação, ora como estratégia de desresponsabilização do Estado no campo das políticas públicas. Neste contexto ampliou-se igualmente a pesquisa e a produção do conhecimento sobre estas diferentes perspectivas apresentadas especialmente nos fóruns científicos.

Nogueira (2003) afirma que a expressão “sociedade civil”, passou a ser discutida em diversos cenários da sociedade, porém a categoria passou do discurso do senso comum ao discurso político e ao imaginário das sociedades contemporâneas. Referir-se a sociedade civil, geralmente, sugere a concepção de uma oposição ao sistema capitalista e de uma possibilidade de delinear estratégias de convivência com o mercado, propondo programas de cunho democrático-radical e legitimando propostas no campo das políticas públicas. Busca-se na sociedade civil apoio tanto à ideia de projetar um Estado democrático quanto para atacar todo e qualquer tipo de Estado.

Numa retrospectiva histórica o debate sobre a sociedade civil está ligado tanto ao contexto de determinações de ordem econômica e política, ao longo dos anos 1980, ao esgotamento e à sucessiva crise dos regimes ditatoriais na América do Sul, quanto à derrocada do sistema socialista nos países do Leste europeu.

No Brasil, mesmo diante da diversidade de análises sobre a concepção dos movimentos sociais, os autores são unânimes em assinalar a queda da ditadura, a

¹ VII ENPESS – Serviço Social e a Questão Social: direitos e cidadania (2000)

VIII – CD não apresentou temática (2002)

IX – Trabalho, Políticas Sociais e Projeto Ético-Político Profissional de Serviço Social: resistência e desafios (2004)

X – Crise Contemporânea, Emancipação Política e Emancipação Humana: questões e desafios do Serviço Social no Brasil (2006)

ampliação da democracia e da cidadania como fatores decisivos para o debate sobre a sociedade civil. Tal dinâmica remete ao protagonismo da sociedade civil nos anos seguintes com a conquista dos direitos constitucionais e a ampliação das formas de participação. Com a Carta Magna de 1988 tomou relevo o debate sobre os conselhos gestores de políticas públicas, os conselhos de direitos, o orçamento participativo e os diferentes fóruns de organização coletiva. Este momento trazia a demanda de democratização dos espaços públicos estatais, pois, a despeito de um contexto pautado pelos reflexos da globalização no início dos anos de 1990, ainda se vislumbrava no Brasil a ampliação da participação da sociedade civil na perspectiva da democracia e da cidadania.

Se, entre os anos de 1980 e 1990, viveu-se no Brasil um processo de democratização política e ampliação da luta por direitos, também não tardaram a chegar a nossa realidade os reflexos da crise geral do capitalismo que já estava em andamento nos países de capitalismo central. As mudanças no mundo do trabalho e nas formas de intervenção do Estado, sob a ideologia do neoliberalismo, ganharam densidade na realidade brasileira a partir dos anos de 1990. As agendas dos governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso (FHC) seguiram as medidas do ajuste estrutural preconizadas pelo Consenso de *Washington*, que incluía: abertura da economia ao capital internacional, desregulamentação e privatização, redução dos gastos públicos, especialmente no âmbito das políticas sociais. É no governo de FHC que se concretiza o projeto da reforma do Estado brasileiro, cujas conseqüências foram incisivas no campo dos direitos sociais e da participação política. Neste contexto a sociedade civil foi transformada na chamada esfera pública não-estatal, incluindo as práticas voluntárias, filantrópicas, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e as demais instituições do Terceiro Setor.

Do ponto de vista teórico, esta concepção de sociedade civil entendida como Terceiro Setor passou a ser utilizada não somente pelos defensores do projeto neoliberal, mas também nas propostas prático-sociais de segmentos intelectuais e representantes dos interesses populares. Nesta proposta situa-se uma concepção de sociedade civil como “espaço fora do Estado e contraposto a ele, no qual se busca compatibilizar a lógica das burocracias públicas e do mercado” (NOGUEIRA, 2003, p.224). Aqui não há disputa pela hegemonia, mas luta pelos interesses privados e particulares. Neste campo situam-se as instituições do Terceiro Setor, incluindo-se boa parte das ONGs, o voluntariado e a filantropia.

Ao lado desta perspectiva outras tendências teóricas podem ser apontadas nas últimas décadas. Em decorrência das mudanças ocorridas nos países do leste europeu e também da América Latina, conforme já explicitado, verifica-se um deslocamento das lutas dos sujeitos coletivos como partidos, sindicatos e movimentos sociais para o âmbito dos novos movimentos sociais. Os neomarxistas, sobretudo Habermas, Cohen e Arato desenvolveram significativas reflexões sobre as novas institucionalidades no âmbito da sociedade civil. Ao lado destas reflexões, permaneceram no debate as tendências teóricas marxiana e marxistas, como a de Gramsci, consideradas forte contraponto às tendências neoliberais.

Para Gramsci (1977, p. 1518 *apud*, Simionatto, 1995, p.68) “a sociedade civil compreende “o conjunto de relações sociais que engloba o devir concreto da vida cotidiana, da vida em sociedade, o emaranhado das instituições e ideologias nas quais as relações se cultivam e se organizam”. Tais instituições compreendem as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, os movimento sociais, espaços de disputa da hegemonia. Compreendem, assim, uma multiplicidade de organismos onde se manifestam a livre iniciativa dos cidadãos, seus interesses, suas organizações, sua cultura e seus valores, e onde se enraízam as bases da hegemonia e a disputa de projetos de classe (SEMERARO, 1999).

Este cenário de alterações, seja no campo teórico ou nas ações prático-políticas, provocou em diferentes áreas a realização de estudos e pesquisas sobre o tema da sociedade civil. É possível dizer que esta dinamicidade também se tornou uma provocação aos profissionais de Serviço Social no sentido de compreender melhor estes processos e sua incidência em seus espaços sócio-ocupacionais.

Assim, abordar as produções do Serviço Social sobre a sociedade civil e suas expressões na realidade contemporânea constitui o objeto central da presente dissertação. E, como objetivos, busca: identificar que expressões organizativas da sociedade civil se destacam nas pesquisas apresentadas nos ENPESS e de que forma são abordadas; identificar as concepções teóricas que fundamentam as pesquisas; analisar as mediações estabelecidas entre os temas de pesquisa com o exercício profissional. Dos objetivos deriva a seguinte questão de pesquisa: de que forma a categoria Sociedade Civil vem sendo pesquisada pelo Serviço Social e qual a relação estabelecida com o Serviço Social?

A pesquisa é de natureza bibliográfica e perpassada pela perspectiva crítico-dialética, o que permitiu situar as produções pesquisadas no âmbito das diversas determinações por elas suscitadas. O Universo de pesquisa compreendeu os ANAIS dos

Encontros Nacionais de Pesquisadores do Serviço Social (ENPESS) dos anos de 2002 a 2006. Para tanto, foi necessário debruçar-se de maneira sistemática sobre os ANAIS de cada ENPESS a fim de acompanhar os títulos dos artigos apresentados.

Os procedimentos metodológicos buscaram inicialmente o título de cada artigo apresentado, verificando de que maneira o tema sociedade civil se apresentava. Ao explorar os 1625 títulos e sinopses dos artigos apresentados nos ANAIS dos quatro ENPESS, verificou-se que 20,98% se preocuparam em estudar o tema sociedade civil. De forma sistematizada, a quantidade de trabalhos com a temática em tela apresentados somam um total de 341, assim distribuídos:

- VII ENPESS (2000): 42 artigos;
- VIII ENPESS (2002): 98 artigos;
- IX ENPESS (2004): 99 artigos;
- X ENPESS (2006): 102 artigos.

O segundo momento da pesquisa se constituiu no mapeamento das expressões da categoria sociedade civil nos textos apresentados nos ENPESS no período do estudo em tela. Sendo assim, para melhor analisar e tratar os dados colhidos buscou-se agrupar os textos em eixos temáticos, tendo como critério a afluência das temáticas mais utilizadas pelos pesquisadores em seus objetos de pesquisa. Tais categorias foram agrupadas através dos seguintes eixos:

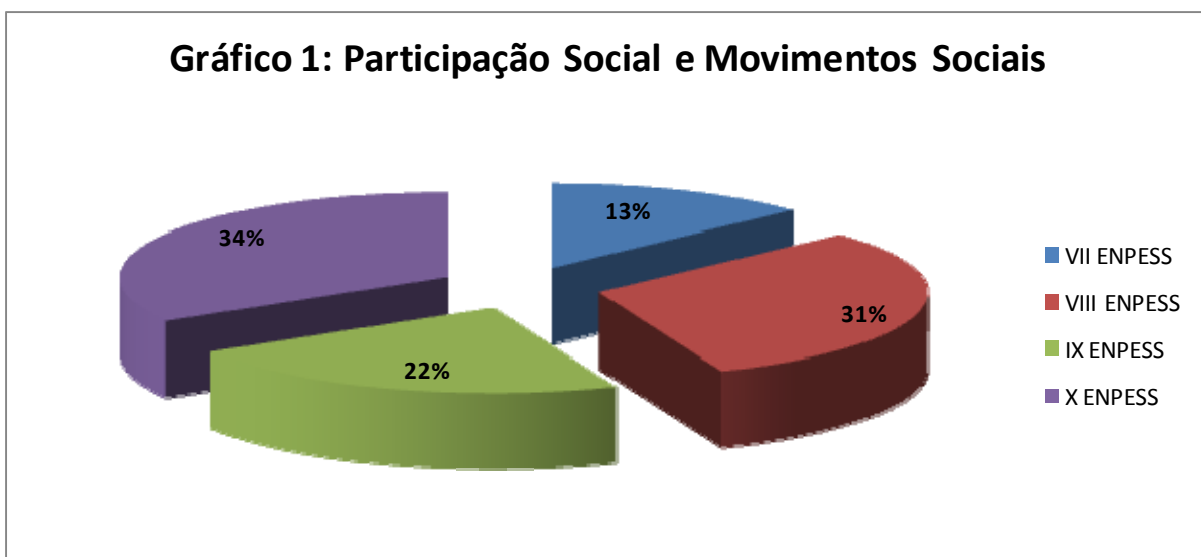
- Eixo 1 - Participação Social e Movimentos Sociais,
- Eixo 2 - Conselhos de Direitos e Controle Social,
- Eixo 3 - Terceiro Setor,
- Eixo 4 - Organização dos Trabalhadores e Expressões Sindicais.

No terceiro momento analisou-se de que forma os temas foram abordados nas pesquisas, os procedimentos metodológicos, a fundamentação teórica e as mediações através do Serviço Social. Foram construídos gráficos para evidenciar, de forma quantitativa, os elementos considerados essenciais à análise do material empírico.

O presente trabalho está constituído de quatro seções: na primeira seção será apresentado o primeiro eixo, o qual compreende a temática Participação Social e Movimentos Sociais. A segunda seção apresentará o eixo construído a partir da análise do tema Conselhos de Direitos e Controle Social. A terceira seção apresenta as pesquisas relativas ao Terceiro Setor e suas diferentes expressões. A quarta seção desenvolve a discussão estabelecida sobre o eixo Organização dos Trabalhadores e Expressões Sindicais. Por último serão apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas.

Seção I - Participação Social e Movimentos Sociais

Esta seção tem como propósito explorar os dois tópicos anunciados: Movimentos Sociais e Participação Social, de modo a buscar na referência bibliográfica reflexões que contribuam na análise destes termos, que foram pinçados dos artigos apresentados nos ENPESS, entre os anos de 2000 e 2006. No decorrer da análise da pesquisa foi possível apreender de que maneira os pesquisadores do Serviço Social tematizam a sociedade civil a partir das categorias participação e movimentos sociais. O gráfico abaixo indica como tais temas apareceram, em cada evento, totalizando 107 artigos.

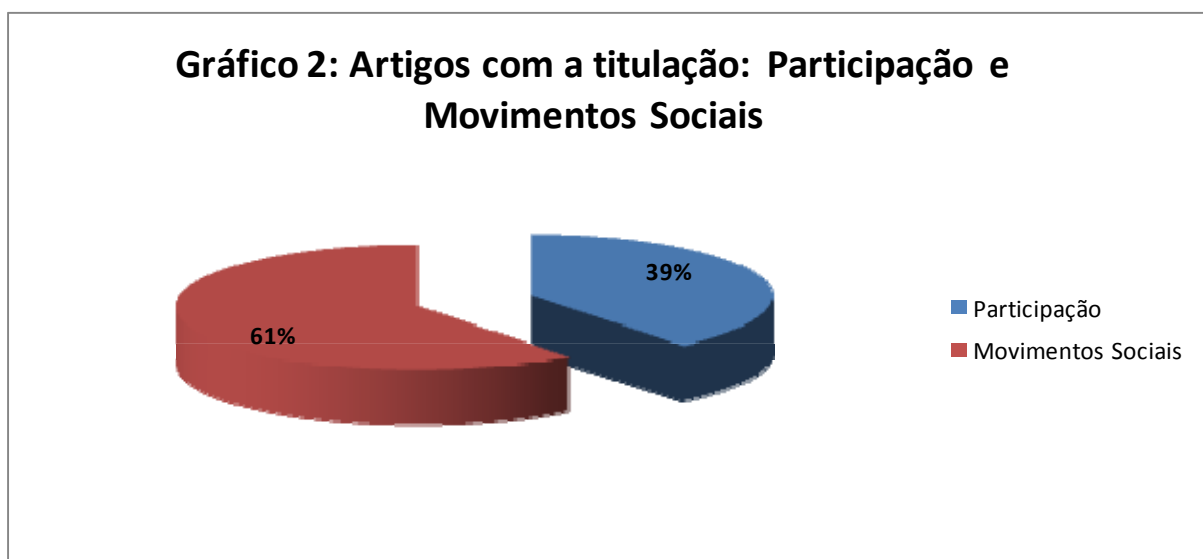


É possível perceber que cresceu de forma considerável o interesse dos pesquisadores sobre tais temas, sendo que no VII ENPESS (ano 2000) 13% dos artigos se reportavam à participação social e aos movimentos sociais, enquanto, no VIII ENPESS (ano 2002), 31% dos artigos tratavam destes temas. Mesmo reduzindo de maneira singela no IX ENPESS (ano 2004), quando apenas 22% dos títulos dos trabalhos se reportavam aos temas, verificou-se crescimento novamente no X ENPESS (ano de 2006), quando se registrou o índice de 34%. Sobre estes dados buscamos refletir a partir dos eixos dos próprios ENPESS, de forma a encontrar elementos que permitam pensar os motivos de tal fluxo e refluxo do estudo destas temáticas.

Observou-se que as temáticas participação social e movimentos sociais permeiam as discussões sobre o trabalho do Serviço Social no âmbito das políticas públicas, com

destaque para as áreas de saúde, gênero, habitação e meio ambiente. No espaço rural e agrário, destaca-se o Movimento dos Sem Terra (MST). Outros temas apresentados versam sobre o orçamento participativo e o processo político-educativo. Os principais eixos das pesquisas aparecem fundamentados em categorias como: participação, democracia, direitos, gestão democrática, cultura política, classe social, hegemonia e projeto societário.

Dando continuidade ao processo de pesquisa, foi possível perceber que os artigos, tinham em seus títulos e sinopses dois temas centrais: participação social com 39%, e movimentos sociais com 61% dos artigos apresentados nos quatro ENPESS.



No que diz respeito à temática Participação Social, buscou-se compreendê-la através de revisão bibliográfica, de forma a enriquecer o olhar analítico sobre os artigos apresentados nos ENPESS. Evidenciou-se que este tema comumente vem associado à idéia de política.

Dallari (1984) afirma que a palavra “política” vem sendo utilizada ao longo da história com sentidos diferenciados, porém tem origem na Grécia antiga quando escritores se reportavam à obra denominada “Política” escrita por Aristóteles, filósofo que viveu em Atenas dois séculos antes da era Cristã. Os gregos se reportavam ao nome *polis* como a cidade, ou seja, lugar onde as pessoas vivem juntas. Aristóteles por sua vez, afirmava que o homem é um animal político, por sustentar a idéia de que o ser humano é um animal que não vive sozinho. Sendo assim, política se refere “à vida na polis, à vida em comum, às

regras de organização dessa vida, aos objetivos da comunidade e as decisões sobre todos estes pontos” (DALLARI, 1984, p.8).

Sob outra perspectiva é possível dizer que a política também é o processo de cuidar das decisões sobre os problemas de interesse do coletivo, ou ainda, “a arte e ciência do governo” ou “estudo do poder”. Há quem entenda que as decisões coletivas estão sob o poder do Estado. Neste sentido, política pode ser entendida como “ciência do Estado”. Para Dallari (1984, p.10), “política é a conjunção das ações de indivíduos e grupos humanos, dirigindo-as a um fim comum” Assim como Aristóteles, afirma que o homem é um animal político e a vida em sociedade é uma necessidade humana.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) reconhece a participação política como um direito fundamental para todas as pessoas, especificamente em seu artigo XXI, onde prevê: “toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos”. Sendo assim, todas as pessoas têm o direito de participar da vida em sociedade, procurando exercer influência sobre as decisões tomadas no que tange aos interesses comuns. A participação pode ocorrer tanto de forma individual como coletiva.

No pensamento gramsciano, a participação social também está relacionada ao conceito de política. De acordo com Coutinho (2003), a política para Gramsci é compreendida sob as perspectivas ampla e restrita. No que tange à primeira perspectiva, a política é identificada como “liberdade, com a universalidade, ou mais precisamente, com todas as formas de práxis que superam a simples recepção passiva ou a manipulação dos dados imediatos da realidade, e que se dirigem, conscientemente, ao contrário, para a totalidade das relações objetivas e subjetivas”. (COUTINHO, 2003, p.70). Esta grande política se relaciona à “fundação de novos Estados”, à construção de outro projeto societário voltado à emancipação humana.

Já a “pequena política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas)”, diz respeito “às questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida” (GRAMSCI, 2000, p.21). A pequena política abarca “a práxis manipulatória, passiva, que sofre o determinismo”, mas não cria novas relações sociais. A passagem desta visão passiva e particularista para uma visão ampla e de política é denominada por Gramsci de “catarse”. O momento catártico indica a passagem da passividade, da postura individualista à dimensão da totalidade, da transformação ativa do mundo. Vale ressaltar que, nesta perspectiva, o que está em causa é a luta entre classes sociais, a disputa de projetos societários.

Maria da Glória Gohn (2005) entende “participação como um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, gerando novos valores e uma cultura política nova. Não estamos falando de qualquer tipo de participação, mas a uma forma específica, que leva a uma mudança e a transformação social”. A autora pontua ainda que, para que um indivíduo ou um grupo possa imprimir sentido a sua participação no contexto social, precisa “descodificar o significado que está posto em tela”. (GOHN, 2005, p.30-31)

Enfim, pensar a participação social implica compreender as dinâmicas estabelecidas no âmbito das relações tecidas na sociedade. Corroborando com Coutinho (2003, p.78-79),

(...) que nos processos de socialização do trabalho e da produção econômica corresponde um tendencial “recoo das barreiras naturais”, ou seja, uma maior autonomia da práxis humana em face a coerção das leis naturais, decorrer por sua vez da socialização da política o que poderíamos chamar, por analogia, de “recoo das barreiras econômicas”, ou seja, a ampliação da autonomia e da influência política (do conjunto das superestruturas) sobre a totalidade da vida social. Quanto mais se amplia a socialização da política, tanto mais se desenvolve, em consequência, a sociedade civil, o que significa que os processos sociais serão cada vez mais determinados pela teleologia (pela vontade coletiva) e cada vez menos será coercitiva a causalidade automática da economia

O tema da participação nos artigos apresentados nos ENPESS aparece com mais intensidade nas discussões sobre o Orçamento Participativo (OP) estando presente em 19,35% das pesquisas. Os artigos indicam que a possibilidade de existir uma cultura participativa, possibilita o alcance de exercícios e vivências de gestão de caráter democrático via orçamentos públicos municipais. Isso mostra a medida em que os cidadãos superam os interesses pautados no individualismo e apostam em políticas universalizantes, na perspectiva de reduzir as diferenças sociais e ressignificar espaços baseados na cidadania.

Moura (2004) apresenta em sua pesquisa o Orçamento Participativo como um modelo de gestão pública que incide em um instrumento de controle social sobre os fundos públicos, de cujo processo de alocação a população participa no que se refere as obras importantes para o seu bairro. Neste caminho o orçamento participativo se configura como uma forma de democracia representativa, trazendo à tona conceitos como co-responsabilidade entre Estado e Sociedade Civil na gestão dos recursos públicos.

Os artigos abordam em suas análises a possibilidade de democratizar o espaço político - possibilitando às classes populares voz ativa frente às decisões públicas -, a transparência das ações governamentais, o reconhecimento dos movimentos sociais como sujeitos políticos capazes de deliberar sobre políticas sociais voltadas aos interesses coletivos. Apontam elementos normativos como: despertar a consciência da população para que seu papel diante da sociedade não se resuma no ato de consumir serviços e passe a intervir na política municipal; promover a democracia dos meios de comunicação de forma a superar os monopólios de comunicação como o Estado, reduzindo a possibilidade de formar de maneira artificial a consciência da cidadania; e possibilitar a emergência de uma nova cultura política diferente do modelo patrimonialista que redefine a relação entre o Estado e a sociedade civil na consolidação da cidadania ativa.

Buscando referendar teoricamente a presente discussão, Wampler e Avritzer (2003), autores utilizados de forma significativa pelos pesquisadores deste eixo, afirmam que o Orçamento Participativo constitui uma das propostas institucionais inovadoras do Brasil, apresentando aos cidadãos a oportunidade de participar diretamente nas questões públicas. Os autores afirmam se por um lado, o Orçamento Participativo é promovido e gerenciado por um governo eleito, por outro os ativistas políticos e os cidadãos comuns desempenham um papel importante na determinação dos resultados. Tal situação é conseqüência de mudanças significativas na conjuntura econômica e política do Brasil.

Os artigos apresentados nos ENPESS por Neves (2004), Ferreira e Bruce (2006), Pereira, Ramos e Costa (2006) e Rodrigues (2006) abordam o tema do Orçamento Participativo como espaço de participação e remetem à análise das práticas tradicionais e clientelistas, acrescidas da submissão do Brasil ao capitalismo internacional e a fragilização das políticas públicas. Abordam, historicamente, que entre o final de 1970 e os anos de 1980 surgiram cenários para novos atores sociais no Brasil, em especial a partir das novidades estabelecidas na Constituição de 1988, garantindo a participação popular no planejamento municipal, dando evidência às instituições de cunho representativo. Nesse contexto o Orçamento Participativo surge como uma possibilidade de exercício da democracia, de uma nova concepção de Estado, pautado na participação da sociedade civil organizada. Destaca-se que:

O OP, enquanto projeto político, aposta na formação do cidadão – ator social – em sujeito propositivo, consciente da relevância de sua participação nos processos deliberativos e no controle social dos gastos públicos; capaz de romper com a cultura oligárquica brasileira. (...) a legitimidade da co-gestão está na real participação, entendida como

investimento na melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos. Um espaço em construção. Mas termos claro, que apenas votar a aplicação de recursos, não significa potencialmente, colocar a sociedade civil, a um patamar de interlocução igualitária com as elites. Para que a população possa ocupar um espaço de interlocução paritária as elites da sociedade brasileira, é necessário um avanço político nas práticas administrativas. (PEREIRA, RAMOS e COSTA, 2006, p. 1-9)

Em outro artigo a inserção da participação popular na gestão da cidade é analisada como um processo em construção, que requer o rompimento com certas práticas como o clientelismo, o patrimonialismo, a cooptação social, a ausência de transparência e informações referentes aos municípios, formas estas historicamente tradicionais nos processos de gestão da coisa pública do país. (LEAL, 2006, p.1-9)

Dando seqüência à pesquisa, os temas gênero, idoso e habitação estão relacionados à participação. Foram encontrados em 9,67% dos artigos apresentados nos ENPESS. Tais temas, relacionados à chamada “nova sociedade civil”, trazem reflexões sobre a evidência destes movimentos organizativos desde a Constituição de 1988 até as Leis Orgânicas Municipais. Em relação à questão de gênero, as pesquisas de Gurgel (2006) e Melo (2002) abordam o tema na perspectiva da luta emancipatória, de transformação de processos macro e micro, da dominação e opressão das mulheres, a redução das desigualdades na construção de uma nova ordem civilizatória. Destacam-se também as reflexões em torno do protagonismo das mulheres enquanto lideranças comunitárias, na busca de melhores condições de vida para suas famílias, ampliando as lutas para o bairro e a cidade onde vivem. Nesta linha de reflexão, aborda-se o tema do público e do privado, ou seja, como as mulheres passaram a cuidar não só no âmbito privado, mas também dos espaços públicos.

As pesquisas de Mendiondo e Bulla (2002), Paz (2004), Gondim, Patriota e Nóbrega (2006) refletem sobre a participação dos idosos. Paz, por sua vez, desenvolve uma contextualização histórica importante, apontando que os especialistas das ciências das áreas demográfica, da saúde e social vêm definindo que, a partir dos anos de 1960, o fenômeno do envelhecimento vem crescendo no Brasil. Neste sentido:

Os anos 80/90 tornam-se, então, período fértil de questões sobre a velhice e, daí, produção de leis realizações (pulverizadas), para os idosos. Maior visibilidade, no entanto, se dá nos anos de 1990, quando de forma mais numérica e ações, há maior presença dos velhos no cotidiano. É quando se têm as primeiras manchetes e matérias sobre velhice na mídia (...) A década de 90 torna-se o período de maior organização social dos idosos. Surge a Lei 8.842/94 – Política Nacional do Idoso e os Fóruns e Conselhos de Idosos, embriões do “movimento social do idoso”.(PAZ, 2004, p.2)

Sobre a temática habitação, os artigos de Godoy, Baldissera e Gugliano (2002) e Ferreira (2002) tecem reflexões críticas sobre as lutas urbanas por moradia. Neste contexto o debate perpassa a perspectiva da estrutura urbana, a distribuição dos equipamentos e serviços na cidade, bem como a dinâmica da geração e distribuição de renda. Elementos são destacados como fundamentais para esta reflexão, muito embora a moradia seja necessária para a reprodução da força de trabalho, o capitalismo não se responsabiliza por seu custeio, sobrecarregando a vida do trabalhador e, da mesma forma, o papel do Estado em prover alternativas como conjuntos habitacionais, COHABs e outras possibilidades acessíveis aos trabalhadores.

A busca pela participação e a autonomia das populações empobrecidas no contexto de uma sociedade pautada na desigualdade, surge como uma estratégia para se impor contra as práticas de tutela e paternalismo, bem como as formas de manipulação da comunidade. Seidler, Giuliatte, Freitas, Herkenhoff e Ribeiro, (2004, p. 4) afirmam “a construção de uma sociedade democrática, baseada na vivência da cidadania e na expressão, nos espaços públicos, dos interesses daqueles que não tem acesso às riquezas societárias, está vinculada à ampliação desses espaços de participação e controle social”.

Outras categorias aparecem na fundamentação deste debate como o “empoderamento”, conforme ressalta Herkenhoff (2004). Este autor afirma que para que a participação possibilite o empoderamento, ela não pode se limitar ao ato de ser representado pelos líderes comunitários, religiosos e políticos, torna-se necessário que os moradores assumam o protagonismo individual e coletivo, sentindo-se sujeitos responsáveis nos processos comunitários. Vale ressaltar, no entanto, que o termo “empoderamento” de origem inglesa, apresenta várias interpretações no âmbito das Ciências Sociais. Bastante associado à discussão de gênero e também ao desenvolvimento sustentável, é criticado pelas vertentes mais críticas na medida em que aparece divorciado de uma perspectiva que envolve determinações para além da esfera do poder individual.

Outro eixo de discussão sobre o tema da participação é a discussão no campo dos direitos de cidadania no Brasil. Os artigos pontuam a importância da participação da sociedade civil organizada em relação aos avanços constitucionais no campo da proteção social e da gestão pública, destacando os instrumentos inovadores de participação da sociedade no poder decisório. Isto pode ser observado nas transformações das relações entre Estado e sociedade, em especial nas últimas décadas do século XX, provocando a

ampliação da finalidade das políticas públicas, um novo modo de administrar o bem público e a ampliação de canais de participação social e política.

Outros artigos que se referem à participação abordam reflexões mais pontuais, abrangendo o campo de trabalho do Assistente Social em áreas como saúde, espaço rural, agrário e meio ambiente. As pesquisas apresentam revisões conceituais e contextualização histórica da participação social, no processo de gestão democrática, as estratégias de sobrevivência, a cultura política, os sujeitos políticos, a hegemonia e os projetos societários.

No que diz respeito aos movimentos sociais, foi necessário buscar elementos teóricos que contribuíssem para a análise deste item, uma vez que 61% dos artigos apresentados nos ENPESS se reportavam a esta temática.

Pode-se dizer que é no século XX, com o amplo processo de socialização da política, que o tema dos movimentos sociais vai adquirindo diversos estatutos teóricos e analíticos. Constam, desde as revoluções de 1848 até a Comuna de Paris em 1871, passando pela constituição dos sindicatos no início do século XX e as grandes movimentações coletivas de classe, eventos tematizados largamente por Marx e Engels, os quais, na Europa, desencadearam processos revolucionários. Importa ressaltar, assim, que a mobilização da sociedade civil, seja nas formas de representação da classe trabalhadora, seja da classe burguesa, permeou diferentes conjunturas históricas e também geográficas. Na América Latina e no Brasil, as referências teóricas estão balizadas nas matrizes européias. Embora atualmente a produção de conhecimento voltada às perspectivas analíticas sobre a realidade latino-americana tem aumentando de forma significativa tanto de autores do continente como de outros países².

No âmbito do conhecimento, verifica-se uma forte ampliação da produção com um deslocamento dos referenciais marxistas de classe para análises que tematizam as realidades da Europa do Leste, com a crise do socialismo real e as lutas contra os regimes autoritários na América Latina. Duas vertentes teóricas aqui são basilares: o estudo de Habermas em “A teoria da Ação Comunicativa” de 1981 e o de Cohen e Arato intitulado “*Civil Society e Social Theory*” de 1988. Estes dois trabalhos demarcam o debate sobre a chamada “nova sociedade civil”, re-significando o conceito e suas expressões organizativas desde os anos 1970. Desloca-se a perspectiva de classe para a valorização da heterogeneidade dos atores coletivos – movimentos sociais, sindicatos, associações

² Cf. Petras (2005), Sader e Boron (2007) Dussel, Escobar Lander, Quijano, Moreno (2003).

empresárias e voluntariado, o que remete à chamada esfera pública não-estatal. As obras destes pensadores tiveram influência decisiva nos anos posteriores quanto às concepções de sociedade civil e de movimentos sociais tanto na Europa quanto na América Latina³.

Outra influência decisiva para pensar os movimentos sociais, e com grande influência no Brasil e também em outros países da América Latina, foi o pensamento de Antonio Gramsci. Conforme Coutinho (1989), Gramsci foi decisivo para se pensar as relações Estado/sociedade, especialmente no período pós-ditadura militar. Duriguetto (2005) relata que Gramsci contribui com sua concepção de sociedade civil, a qual entende como uma esfera de lutas de classe. Este pensador constrói sua concepção de sociedade civil a partir de um exercício de análise crítica da conjuntura sócio-política, cultural, ideológica e econômica de um determinado cenário da história do país onde vivia. Para ele sociedade civil:

³ Ana Doimo (1995) indica três linhas de análise dos movimentos sociais entre as décadas de 1970 e 1980. Num primeiro momento, situa a perspectiva estrutural-economista, tendo como referência os autores Castells (1974), Borja (1975), Oliveira (1977), Weffort (1978), Moisés (1978) e Lojkine (1981). No segundo momento, a perspectiva cultural-autonomista, com os autores Thompson (1978), Caccia-Bava (1983), Evers (1984), Kowarick (1984), Sader e Paoli (1986), Kriske e Scherer-Warren (1987) e Telles (1987), todos com influência gramsciniana. O terceiro enfoque é o institucional, sendo embasado pelos autores Santos (1981), Cardoso (1983, 1985, 1988) e Boshi (1983). (p.58).

Maria Célia Paoli (1995) define três linhas teóricas como referência aos estudos dos movimentos sociais ao longo dos anos de 1970 e 1980. A primeira é a estrutural marxista, muito difundida entre os anos de 1975 e 1982. Como elementos centrais para a discussão, encontram-se: o potencial político dos chamados novos atores sociais; a transformação da sociedade; análises centradas nas determinações estruturais, movimentos sociais com natureza anti-institucional assimilando a luta de classes (burguesia x proletariado). Os autores que respaldam esta linha de pensamento são Castells (1974), Borja (1975), Moisés (1978), Jacobi (1980), Lojkine (1981), Kowarick (1984), Gohn (1985) e Nunes (1987) (RIBEIRO, 2005, p.59).

O segundo enfoque é delimitado por Paoli (1995) nos anos de 1982 e 1983, e denominado ação coletiva. As principais características desta linha são: análise dos modos de agir dos grupos e extratos da população envolvidos nos movimentos sociais; não ressaltar a questão da classe não; argumentação dirigida aos aspectos políticos e institucionais e à relação dos movimentos sociais com o conjunto da sociedade (partidos, instituições e Estado). Para esta autora os referenciais teóricos que se destacam nesta linha são Carlos Nelson Teixeira dos Santos (1981), Ruth Cardoso (1983), Renato Raul Boschi (1983), Doimo (1995) e Jacobi (1989).

O terceiro enfoque está pautado no que Paoli (1995) chama de cultura política, também recortado nos anos de 1982-1983. Trabalha com a perspectiva de sujeito único (classes populares, classe operária homogeneizada como classe única portadora do projeto revolucionário); a ideia de que as condições materiais objetivas é que determinam a ação das classes sociais; a ideia de que os movimentos sociais seriam formas combativas e autônomas, os pressupostos da eficácia da ideologia dominante para explicar o porquê da exclusão das classes dominadas da cena política. As principais fontes de análise perpassam pelos seguintes estudiosos: Gramsci (Estado), Touraine (ator social), Thompson (experiência), Castoriadis (instituição imaginária da sociedade), Paoli, Telles, Sader, Scherer-Warren, Caccia, Bava, Evers, Irllys Barreira, Edison Nunves e Kowarick. (RIBEIRO, 2005, p. 59-60).

(...) o espaço em que se manifesta a organização e representação dos interesses dos diferentes grupos sociais (associações e organizações, sindicatos, partidos...), esfera da elaboração e/ou difusão de valores, cultura e ideologias (atividades culturais, meios de comunicação etc), que tornam ou não conscientes os conflitos e as contradições sociais. É uma das esferas sociais em que as classes organizam e defendem seus interesses, em que se confrontam projetos societários, em que se desenvolve a luta pela construção de projetos hegemônicos de classe (DURIGUETTO, 2005, p. .84).

Em outra perspectiva analítica situam-se as reflexões de Gohn sobre movimentos sociais. Para esta autora as interpretações sobre o conceito de movimento social são decorrentes de três fatores: primeiro: mudanças nas ações coletivas da sociedade civil, no que se refere a seu conteúdo, suas práticas, formas de organização e bases sociais; segundo: mudança nos paradigmas de análise dos pesquisadores; terceiro: mudança na estrutura econômica e nas políticas estatais.

Para Gohn (2002) não existe uma definição conceitual geral de movimentos sociais. Porém é possível localizar dentro de cada teoria a concepção do autor sobre o conceito, construída a partir de reflexões fundamentadas em categorias que surgem da manifestação dos próprios movimentos sociais, entendidos como “processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil, num universo de forças sociais em conflito” (GOHN, 2002, p.245). Para tanto, estabelece algumas diferenças:

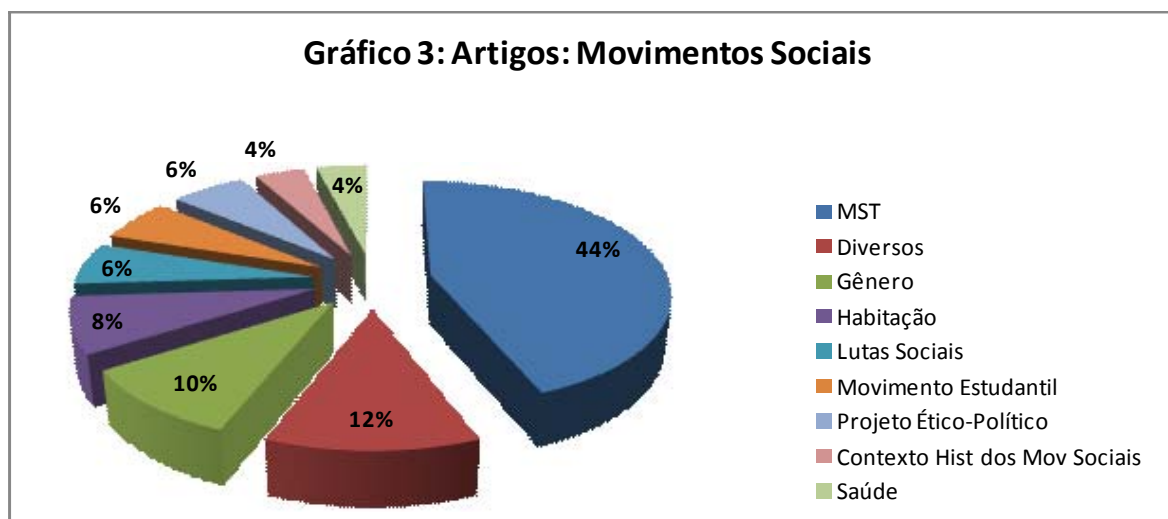
- a) movimento e grupo de interesse: interesses comuns de um grupo são um componente importante de um movimento, mas não o suficiente para o caracterizá-lo. O grupo deve estar constituído enquanto um coletivo social e o para tanto, necessita de uma identidade comum. Deve haver um objetivo comum para a ação. Há uma realidade comum, anterior a aglutinação de seus interesses. As inovações culturais, econômicas ou outro tipo de ação que vierem a gerar partem do substrato comum que possuem.
- b) O uso ampliado da expressão: designa-se como movimento a ação histórica de grupos sociais. Trata-se de uma categoria dialética, a do movimento das coisas, grupos e categorias sociais, em oposição à estatística. É a ação da classe em movimento e não um movimento específico da classe.
- c) Modos de ação coletiva e movimento social propriamente dito: um protesto, uma rebelião são modos de estratégia de ações coletivas, poderão ser estratégias de ação de um movimento social, mas, por si sós, não são

movimentos sociais. Esfera onde ocorre a ação coletiva: trata-se do espaço não-institucionalizado, nem da esfera pública nem da esfera privada, criando um campo político. Disto resulta que muitas vezes um movimento social *strictu sensu* deixa de ser movimento quando se institucionaliza, quando se torna uma ONG por exemplo. (...) Os movimentos usualmente se articulam com outras forças institucionalizadas e a força social que poderão ter está diretamente relacionada com essas articulações.

No decorrer das leituras realizadas dos artigos apresentados nos ENPESS, que se reportavam a temática movimentos sociais as referências teóricas, anteriormente apresentadas, dentre outras, fundamentam as análises dos pesquisadores.

Nas pesquisas apresentadas nos ENPESS evidenciam a preocupação em situar os movimentos sociais a partir dos condicionantes históricos e estruturais, com destaque para a realidade brasileira. Remetem também ao processo de institucionalização dos movimentos e seu refluxo.

Conforme é possível averiguar no gráfico abaixo, os assuntos se diferenciam por área: MST, Gênero, habitação, lutas sociais, movimento estudantil, projeto ético-político, contexto histórico dos movimentos sociais e saúde. Nos diversos encontrou-se: criança e adolescente, adolescente infrator, saúde mental, violência e orçamento participativo.



Dando sequência à reflexão, iniciaremos com as pesquisas apresentadas sobre o Movimento Sem Terra (MST), o qual teve 44% do interesse dos pesquisadores dos ENPESS. Segundo a leitura realizada dos artigos, a luta dos movimentos sociais rurais,

tomou grandes proporções a partir da proposta de Reforma Agrária no país, defendida principalmente por partidos de esquerda. A partir dos anos de 1980, com o processo de abertura democrática, novas formas de organização da sociedade tornam significativas, entre elas o MST, trazendo inovações nas formas de enfrentar as questões da terra. Foi a partir desse cenário que surgiram as passeatas, ocupações de terras improdutivas, negociações com governantes, uso da mídia, entre outros recursos. Eleutério e Silva, (2002, p.1) afirmam: “a luta pela terra é uma luta contra uma realidade agrária excludente e perversa que apresenta uma elevada concentração de renda, terra e poder e que contribui para a situação de opressão e exploração a que estão submetidos trabalhadores rurais, culminando com o aumento das desigualdades sociais, assim como com as diversas formas de violência de que têm sido alvo os trabalhadores”.

Historicamente a questão agrária tem seus resquícios no período do Brasil Colônia e vem se agravando ao longo do tempo por conta das ações governamentais ao seguir o ideário neoliberal de redução de investimentos com as políticas públicas.

Outro momento expressivo na história da concentração fundiária brasileira foi a promulgação da Lei n. 4504/64, o Estatuto da Terra. Este documento foi criado para dar continuidade ao processo de desenvolvimento industrial no país e abafar os movimentos dos camponeses, os quais exigiam do Estado uma política de reforma agrária. Apesar de garantir legalmente o processo de desapropriação das terras improdutivas, na prática não trouxe muitos resultados.

Muitos foram os momentos de luta e resistência protagonizados por movimentos sociais no campo. Lutas pela terra e contrárias ao latifúndio, entre elas Canudos, Contestado, Ligas Camponesas. Nos anos de 1980, junto ao movimento de democratização, a luta pela reforma agrária tomou novo alento. Desta luta surgiu o MST, o qual pode ser considerado uma recriação da luta contra a forma de organização do espaço agrário sustentada na concentração da terra e na exclusão de grande maioria dos trabalhadores. Segundo pesquisa de Dal Moro (2002, p.3), o surgimento do MST reacendeu o questionamento ao latifúndio e repôs a centralidade da reforma agrária nas reivindicações dos trabalhadores rurais e na agenda política do Estado. Esta autora afirma ainda que (...) “o MST vem se expandindo, ganhando dimensão nacional e reconhecimento internacional tornando-se o maior e mais organizado movimento da história brasileira”.

Ainda nesta linha, o artigo de Fernandes (2004, p.1) afirma que “dentre os movimentos sociais que surgiram no lastro da redemocratização do país, o MST apresenta

a mais forte identidade social e tem sido capaz de definir sua base social – setores mais pobres do meio rural e desempregados urbanos oriundos do campo”.

Dando sequência à pesquisa, outras reflexões sobre movimentos sociais aparecem nos artigos como relevantes, como o tema relativo às questões de gênero, com 10% dos artigos apresentados nos ENPESS. Nos anos de 1980 o debate sobre gênero estava centrado na dualidade entre o movimento de mulheres e o movimento feminista. Já nos anos de 1990 a dualidade se dava entre os interesses feministas e os institucionais, pois foi o período em que as ONGs de cunho feminista ampliaram sua presença por todo mundo, substituindo, muitas vezes, a ação do Estado. Há uma tendência a substituir as lutas sociais reivindicatórias por ações programáticas de atendimento às demandas não atendidas pela esfera pública.

O tema movimentos sociais e habitação ganhou 8% do destaque nos artigos apresentados nos ENPESS. Cada artigo se detém a descrever as estratégias de luta pela moradia em espaços diferenciados. Destacam-se aqui as Comissões de Bairro que se mobilizam no sentido de articular movimentos sociais urbanos. Houve discussão no sentido de conhecer as práticas de ocupação e permanência em espaços que provocam problemas sócio-ambientais, exigindo estudos aprofundados das políticas urbanas.

Dando sequência aos estudos, as temáticas projeto ético-político, lutas sociais e movimento estudantil apareceram em 6% dos artigos apresentados nos ENPESS. Segundo os textos analisados, todo o processo de organização dos sujeitos sociais é permeado por escolhas e reprodução de valores, geralmente predominantes na sociedade num determinado momento histórico.

As pesquisas apresentam reflexões relativas ao projeto ético-político dos movimentos sociais e sua relação com o projeto ético político do Serviço Social. Isso porque, em ambos os projetos, verifica-se a existência de princípios comuns voltados ao questionamento do sistema capitalista, à defesa dos direitos humanos e à luta na ampliação da cidadania e da democracia. Neste sentido, Lopes e Vieira (2004, p.6) contribuem de forma significativa com as ações prático-interventivas do Serviço Social.

Sobre o tema movimento estudantil, uma pesquisa aborda as experiências vivenciadas pelos estudantes de Serviço Social no Projeto VER-SUS, o qual propõe capacitar acadêmicos da área da saúde, através de uma experiência de intercâmbio, para conhecer o processo do SUS no que se refere a gestão, prestação de serviços e controle social. Tal proposta parte do pressuposto de que o movimento estudantil contribuiu historicamente para a construção sócio-cultural do país, tanto em micro quanto em macro

espaços de atuação, e tem se legitimado por sua análise crítica da realidade social e pelo seu caráter propositivo e interventivo. Brandt e Behring (2004) relatam a história do movimento estudantil do Serviço Social, pontuando sua participação na construção do projeto ético-político da categoria profissional. Esta pesquisa aborda, a partir de um processo histórico, como ocorreu o engajamento dos Assistentes Sociais na construção de pressupostos éticos que possibilitaram à profissão contribuir em inúmeras lutas junto a movimentos sociais, na busca da elaboração de políticas sociais e da garantia e ampliação de direitos, tendo por objetivo a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A temática dos movimentos sociais na saúde aparece com 4% na apresentação dos artigos dos ENPESS. Os textos abordam a Política Nacional de Saúde, com destaque à saúde mental. Da mesma forma, os artigos, que tratam os temas diversos como criança e adolescente, movimento de mães de adolescentes infratores, violência e orçamento participativo, tratam do protagonismo da sociedade civil organizada em prol da conquista de direitos de cidadania.

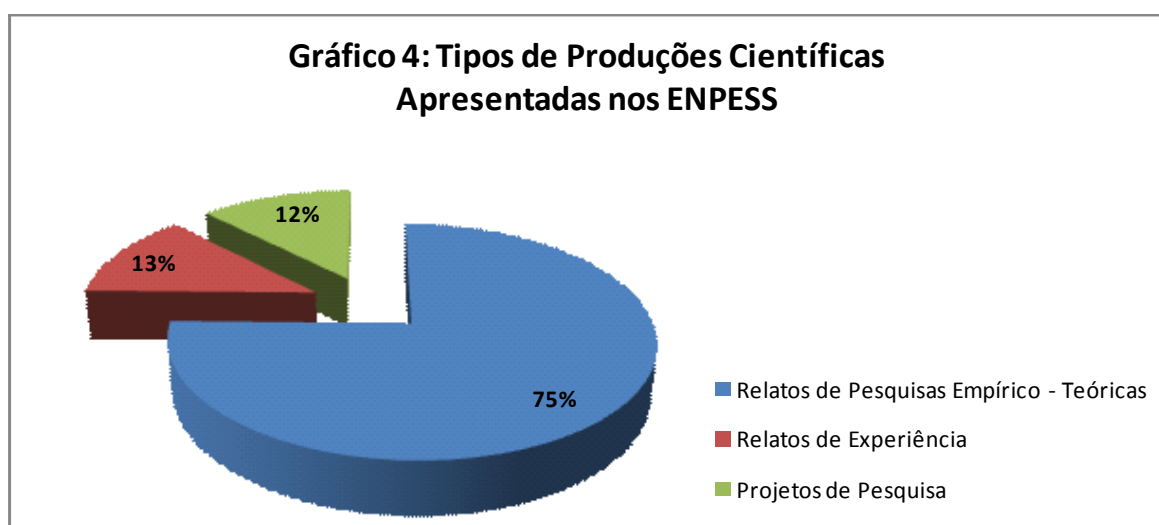
O referencial teórico utilizado para fundamentar as pesquisas apresentadas nos ENPESS sobre participação social e movimentos sociais esteve pautada em uma considerável quantidade de autores de tendências teóricas diversas como: Paoli (1992, 1997, 2000), Scherer-Warren (1993, 1994, 1999), Doimo (1995, 2003), Jacobi(1989, 1993), Gohn (1988, 1997, 2000, 2001, 2002) e Raichellis (1998, 2004) autores com influência das perspectivas oriundas do debate sobre a “nova sociedade civil”, na esteira de Cohen e Arato (1988) e Habermas (1981). Pôde-se verificar que em muitos casos estas interpretações analíticas aparecem mescladas com algumas categorias advindas do pensamento gramsciano, especialmente sobre sociedade civil, Estado e hegemonia. Outra tendência teórica pauta-se no pensamento de Gramsci (1978, 1995, 1999, 2000, 2001) e também de intérpretes como Coutinho (1992, 1996, 1997, 1999), Nogueira (2001, 2003), Simionatto (1995, 1999) e Semeraro (1999). No debate, outras referências observadas são a autores que não trabalham diretamente com o tema, mas são referenciados como suporte, tais como: Netto (1992, 1996, 1998), Iamamoto (1996, 1997, 2003), Martinelli (1993), Sposati (1998, 2002), Rico (1999), Sarmiento (2000), Faleiros (2001), Guerra (2001), Beringh (2003), dentre outros. Não aparecem na fundamentação teórica autores latino-americanos, uma aproximação ainda a ser explorada.

Podem-se destacar ainda as mediações presentes entre movimentos sociais e Estado, embora nem sempre explicitadas. Aqui as teorias de referência aparecem apoiadas, mais especificamente, no pensamento de Marx e de Gramsci.

Em relação às mediações do objeto de estudo com a profissão de Serviço Social, 77% dos pesquisadores não aproximam o tema à particularidade profissional. Verificou-se também que 52% não utilizam autores específicos do Serviço Social para embasar suas reflexões teóricas.

Tal cenário nos remete a pensar que a profissão tem buscado trabalhar com a análise de conjuntura, conseguindo estabelecer boas correlações entre o tema a ser abordado e os elementos sócio-históricos, econômicos, políticos e culturais, remetendo a uma tendência de análise, geralmente marxista dialética, perspectiva fundamental para uma compreensão crítica sociedade. No entanto ainda se mostra bastante frágil a mediação das análises macroestruturais com a prática profissional. Algumas temáticas mais próximas à profissão identificadas são: assessoria e consultorias aos movimentos sociais; percepção da pesquisa como instrumento de conhecimento da realidade; desenvolvimento de cursos de lideranças e capacitações de cunho político; sensibilização, mobilização e articulação da sociedade para a efetivação das políticas públicas; promoção de seminários de *workshops* para formação de agentes multiplicadores; implantação e implementação projetos alternativos e sustentáveis; fortalecimento da organização e do associativismo local.

Outro elemento importante que foi possível analisar são tipos de pesquisa apresentados nos ENPESS, conforme gráfico a seguir.



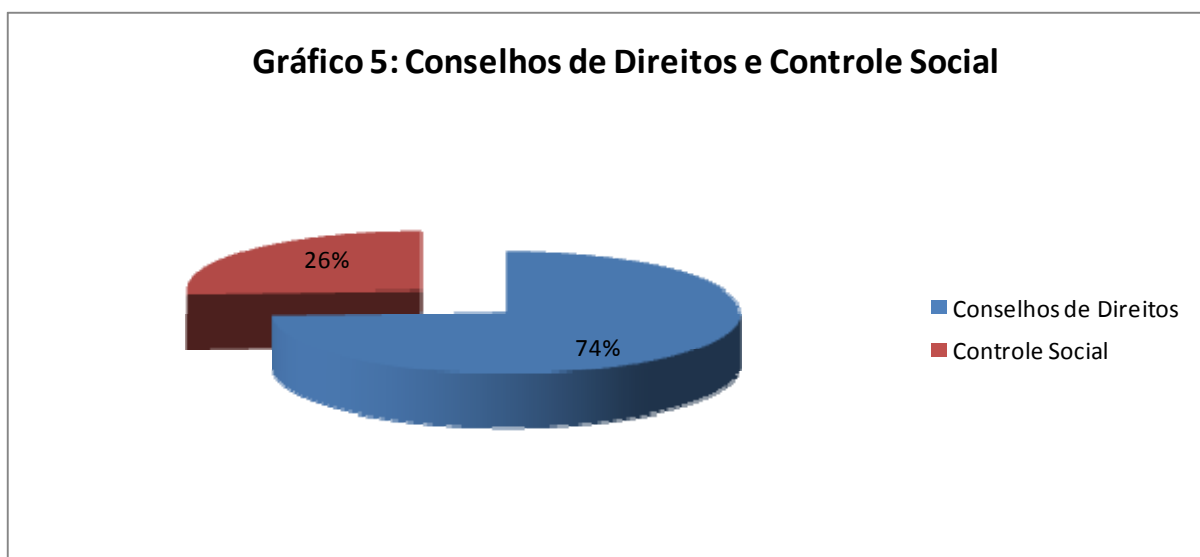
Na forma de desenvolver o processo de pesquisa, encontrou-se nos 75% dos artigos analisados relatos de pesquisa empírico-teórica. Cabe enfatizar um dado significativo: o processo de democratização da construção do conhecimento realizado pelos profissionais de Serviço Social, uma vez que os projetos que trazem na sua essência o tripé ensino-pesquisa-extensão – relatos de experiências - apareceram em 13% dos artigos. Já, os 12% foram destinados aos projetos de pesquisa como Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses.

Em linhas gerais, pôde-se constatar a significativa produção de conhecimentos sobre o tema da sociedade civil e suas expressões nas formas organizativas dos movimentos sociais. Verifica-se que a profissão está atenta às mudanças que vêm ocorrendo nas relações entre Estado e Sociedade e a necessidade de aprofundar estas temáticas e os aportes teórico-metodológicos para atender os pressupostos presentes no projeto ético-político do Serviço Social.

Seção II Conselhos de Direitos e Controle Social

O segundo eixo de análise dos artigos apresentados nos ENPESS refere-se ao tema da sociedade civil abordado a partir da esfera conselhistas. Foram levantados 93 textos que abordam as categorias Conselhos de Direitos e Controle Social, totalizando 27,27% do total dos artigos analisados. Fazendo uma análise por evento, percebe-se que 4,10% dos artigos com o recorte desta temática foram encontrados no VII ENPESS (ano 2000), 9,67% no VIII ENPESS (ano 2002), 10,55% no IX ENPESS (ano 2004) e 6,74% no X ENPESS (ano 2006). Foi possível perceber que houve um interesse crescente pelas referidas temáticas até o ano de 2004, e considerável decréscimo no último ENPESS analisado, possivelmente em função do processo de reforma do Estado e da mudança de foco dos Conselhos para ONGs.

A reforma do Estado realizada no governo de FHC, o crescimento das ONGs e das OCIPs e a burocratização das ações provocaram e ainda vêm provocando grande desmotivação da esfera conselhistas. Mesmo assim, no período analisado, fica evidente a relevância desse debate, conforme apresenta o resultado do gráfico abaixo, o qual mostra que 74% dos pesquisadores se propuseram a refletir sobre esta temática.



Para desenvolver uma boa reflexão crítica deste eixo, foi necessário realizar uma revisão bibliográfica do tema. Do ponto de vista teórico, a expressão “controle social”

tomou evidência com a sociologia norte-americana no século XX, a qual a relacionou aos mecanismos de cooperação e de coesão voluntária da sociedade daquele país:

Ao invés de pensar a ordem social como regulada pelo Estado, os pioneiros do tema na Sociologia norte-americana estavam mais interessados em encontrar na própria sociedade as raízes da coesão social. O acento conservador desta perspectiva – e que também já estava presente nas idéias de Durkheim – torna-se evidente: desejava-se entender muito mais as raízes da ordem e da harmonia social do que as condições da transformação e da mudança social (ALVAREZ, 2004, p.4).

Na visão do autor, foi a partir da Segunda Guerra Mundial que começou a se expressar a relação do Estado com os mecanismos de controle social. A coesão social, percebida como resultado da solidariedade da integração social, a partir dos anos de 1960 passa a ser ponderada como resultado da dominação do Estado ou do próprio capital. Neste sentido, o conflito entre a concepção de controle social em torno do pólo da cooperação ou da dominação perpassou o século XX, através da ideia de integração social, em última instância.

Em sua gênese, controle social era entendido como a habilidade da sociedade de se auto-regular sem utilizar força. Diferente da idéia de repressão social, portanto, este conceito abarca um compromisso de suprimir a miséria humana definindo objetivos sociais de forma racional (ALVAREZ, 2004, p.224).

Mas, no período em que a classe dominante utiliza este mecanismo como forma de reprimir e estabelecer a conformidade social, há também o movimento de resistência de quem busca um projeto societário diferenciado. Sendo assim, em outro sentido, o controle social é visto como instrumento mobilizador da luta a favor dos direitos sociais. Por essa visão, existe um movimento de cabo de força: de um lado a sociedade civil consciente de seus direitos enfrentando, geralmente, no lado o oposto, a lógica do mercado e do Estado como instrumento de manutenção do sistema capitalista.

Ainda que se trate de um ambiente com democracia limitada – pela “ditadura do econômico” sobre as outras dimensões da vida e, em função do alto grau de desigualdade social (econômica, política, de escolarização...), que gera condições desiguais de poder – os processos sócio-históricos, sempre contraditórios, são condicionados pelas estruturas, mas não determinados por elas. Há sempre, ao mesmo tempo, a produção de ações de resistência, formas de saber e geração de subjetividades/sociabilidade (ALVAREZ, 2004, p.225).

Streck e Adams (2006 *apud* PEDRINI, 2007, p. 225) entendem o controle social como uma postura de corresponsabilidade pela “coisa pública”, pautada numa dinâmica de relação de trabalho coletivo em busca da conquista de um projeto de sociedade. Sendo

assim, controle social não se reduz ao monitoramento da sociedade civil organizada sobre os acordos estabelecidos, mas pressupõe a formulação de diretrizes para a elaboração de planos, programas e projetos de interesse coletivo. Os autores citados acima acreditam que o controle social está relacionado com a justiça social, o que traduz uma visão crítica da sociedade civil diante das dinâmicas estabelecidas na teia das relações sociais. Para realizar o controle social, a sociedade civil, demanda uma visão ampliada para acompanhar a realidade, seus limites, possibilidades e responsabilidades. Outro ponto interessante do controle social é a sua similaridade com a participação social, “cabendo ao sujeito coletivo reconhecer a conflitividade como parte integrante do processo social e assumir o desafio de trabalhar em conjunto” (PEDRINI, 2007, p.225)

Pedrini acredita que os indicadores de qualidade do controle social estão presentes no nível do ambiente democrático e das condições da participação social, bem como da (des)confiança que a sociedade civil organizada demonstra diante das ações do Estado, quanto a sua capacidade de responder às necessidades da população. Reforça ainda que,

(...) um olhar para a curta história democrática do nosso país nos sugere, no mínimo, não subestimar as conquistas protagonizadas pelos movimentos sociais brasileiros, sempre presentes com maior ou menor intensidade em cenários, muitas vezes desfavoráveis, pela restrição aos direitos humanos e sociais promovida pelo próprio Estado. (PEDRINI, 2006, p. 227)

Os contornos do controle social no cenário brasileiro são ressaltados por Silva (2004, p.180) o qual alega que a prática de monitorar as ações do Estado, desenvolvida por meio das políticas sociais, via participação popular, foi estabelecida legalmente com a criação dos conselhos e conferências na década de 1990, resultado concreto de conquistas populares obtidas a partir da Constituição Federal de 1988. Foi nesta esteira histórica que a busca do “Estado democrático, concebendo-o não apenas como sinônimo de liberdade política para a escolha de governantes, mas, sim, como Estado garantidor da cidadania para todos (as)” (SILVA, 2004, p.180). A Constituição Federal de 1988 é a fonte inspiradora dos Conselhos de direitos, no seu artigo 204, o qual versa sobre a descentralização político-administrativa e a participação democrática a partir da sociedade civil organizada.

Foi neste momento que a sociedade civil organizada, monitorando as ações do Estado, criou, entre outros instrumentos, para legitimar os princípios constitucionais, os conselhos gestores de políticas públicas, com o objetivo de potencializar a democratização do poder e a participação popular. Ampliar espaços e provocar o aumento do número de cidadãos

atuantes passou a ser uma estratégia fundamental para ultrapassar os limites da democracia representativa. A ampliação dos espaços públicos estatais e não-estatais seria uma estratégia para ampliar o poder e os recursos socialmente produzidos, porém, em alguns momentos, Pedrini (2007) sinaliza, isto parece ter redundado em fragmentação institucionalizada.

Ao serem implantados, os conselhos gestores tinham como propósito se constituir como canais mediadores da democratização participativa. Porém, ao serem introduzidos nas três esferas do Estado brasileiro, em muitos casos, a estratégia reverteu em favor do Estado, que utiliza estes espaços como instrumentos governamentais para legitimar suas políticas. Tais limites vêm provocando muitas reflexões sobre o significado de sua existência. Neste caso, é necessário levantar muitas questões: a população estava preparada politicamente para utilizar destes espaços de monitoramento das ações do Estado? Há uma cultura de cuidado da coisa pública? A real necessidade atual é pensar é sobre os instrumentos ou sobre as atitudes políticas da sociedade civil?

Pedrini (2007, p. 229) aponta muitos desafios que precisam ser enfrentados: a redução do espaço dos conselhos como momento de reuniões e não como um espaço político de exercício do controle social; o pouco diálogo ou nenhum entre os diversos conselhos de direitos e de políticas sociais; as propostas e deliberações contraditórias apresentadas aos gestores, em prejuízo da população daquele território; e a reprodução do desenho da organização e participação nos moldes formatados pelo Estado, com divisões internas e competições entre agentes. E caberia acrescentar: a cooptação pelo Estado das entidades que representam o espaço não governamental; as entidades preocupadas em defender interesses particulares em detrimento da comunidade a qual representam; a falta de maturidade política; a venda dos votos em troca de favores; entre outros tantos limites que podem ser elencados. A autora aponta também para a necessidade de entender a concepção de controle social como existência e ampliação de políticas públicas, numa instância (anti) democrática sempre relacionada à disputa de interesses e a projetos políticos. Eis o grande desafio: construir condições de poder para que a sociedade organizada possa ter igualmente influência sobre Estado, a fim de que este não seja simplesmente manobrado pelos interesses dos representantes dos poderes econômicos locais.

A edificação de uma democracia participativa em todos os espaços da vida em sociedade deve considerar as fronteiras colocadas pela hegemonia das forças do capital. Diante destes fatos, “a resistência e a organização participativa podem fortalecer o

movimento contra-hegemônico das forças emancipadoras da sociedade contra o determinismo” (FREIRE, 2000, p.113 *apud* PEDRINI, 2007, p. 232).

Os processos sócio-históricos não são lineares, mas contraditórios, apresentando-se sempre ambíguos e ambivalentes. Se, em última análise, a atuação de conselhos em pouco ou nada alterou a estrutura injusta da sociedade, é, contudo, a relação dialética do jogo tenso e contraditório das relações sociais que produz a dinamicidade, ao mesmo tempo oposta e complementar, como força transformadora dos processos sócio-históricos. Nesse sentido, possivelmente, a atuação dos conselhos aparece, atualmente, muito mais como estratégia potencial do que como efetivo

Silva (2007, 182) afirma que os conselhos enquanto espaços deliberativos, de caráter permanente, estabelecido por representação paritária: governamental e não-governamental, representam interesses diversos, algumas vezes até antagônicos, necessitando de negociação.

Partindo do pressuposto de que as políticas sociais se constituem numa área contraditória, pois ao mesmo tempo em que atendem interesses das classes trabalhadoras também legitimam interesses do sistema dominante. O controle social contribui para que a sociedade civil organizada possa monitorar a elaboração, execução e resultados das políticas públicas de forma a responder aos interesses da população.

A partir da Carta Magna de 1988, potencializou-se a participação dos conselhos na gestão e monitoramento das políticas públicas, conforme dispõe o artigo apresentado por Ferreira, Wardine e Freire (2002, p. 2)

(...) a promulgação da Constituição Federal de 1988 representou, no plano jurídico, a perspectiva de afirmação e extensão dos direitos sociais em nosso país. Além da universalização e ampliação dos direitos, a CF/88 compreende como princípios a descentralização e o controle social.

As autoras pontuam em seu artigo que o controle social passa a ser compreendido como uma possibilidade da população em participar da elaboração, implementação e monitoramento das políticas sociais. Neste sentido, é possível afirmar que um dos maiores avanços na história política do país é o reconhecimento da sociedade civil enquanto agente de construção das políticas públicas, rompendo com as práticas de cunho assistencialista. Partindo deste pressuposto, uma das formas de participação se efetiva através do exercício do controle social:

O controle social assume um caráter propositivo, na medida em que são abertos espaços para a participação da sociedade, para que seus membros

possam estabelecer propostas, participar dos processos decisórios, da elaboração e fiscalização das políticas públicas e da ação do Estado. O controle social se legitima através dos Conselhos e Conferências, que consistem em mecanismos de expressão popular e espaços de luta. (FERREIRA, WARDINE e FREIRE, 2002, p.2)

Espaços legalmente constituídos que tornem viável o exercício da gestão democrática das políticas públicas, como os conselhos paritários passam a ser imprescindíveis. Além de tornar legítima a participação da sociedade civil na formulação e gestão das políticas públicas, estes espaços permitem o estabelecimento de formas diferenciadas de relacionamento entre o Estado e a Sociedade Civil.

Tendo em vista que a sociedade brasileira não vivenciou uma forte tradição de democracia, a prerrogativa da Constituição de 1988, no que se refere à participação popular fortalece o caráter democrático da sociedade civil no controle das políticas públicas.

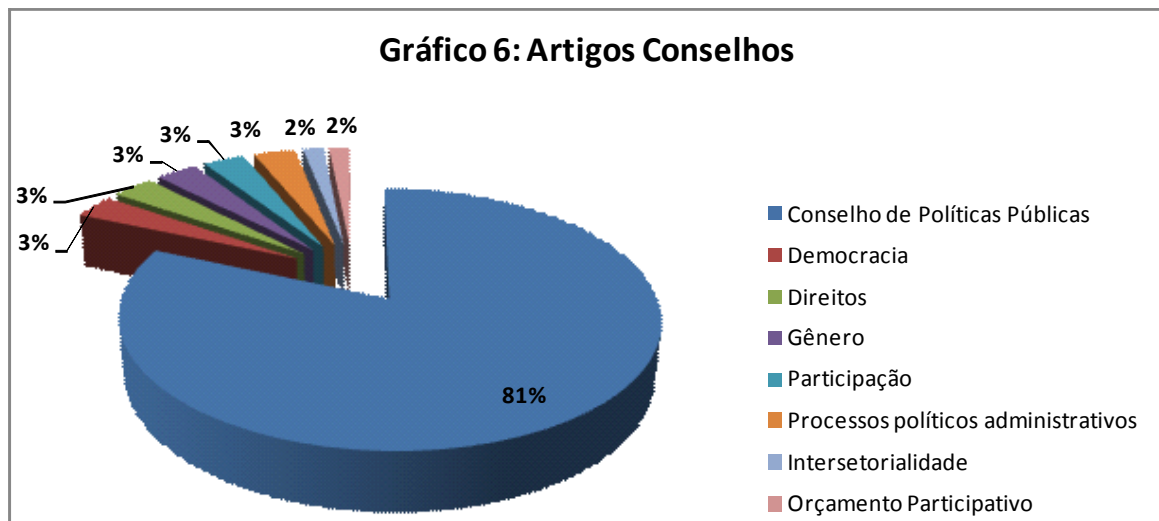
A partir desta revisão bibliográfica foi possível analisar as pesquisas sobre os temas de conselhos de direitos e controle social apresentados nos ENPESS entre os anos de 2000 e 2006. Conforme gráfico abaixo, foi possível perceber que os textos apresentavam suas reflexões a partir das políticas públicas: criança e adolescente, idosos, assistência social, educação e saúde. Outras pesquisas abordam as questões de gênero, orçamento participativo, intersetorialidade das políticas públicas, direitos, democracia e participação.

No que se refere aos temas dos conselhos as pesquisas os abordam a partir de duas tipologias: conselhos de políticas públicas e conselhos de direitos. De acordo com Tatagiba (2002, p. 49) os conselhos de políticas são,

(...) ligados às políticas públicas mais estruturadas em sistemas nacionais [...] São também concebidos como fóruns públicos de captação de demandas e negociação de interesses dos diversos grupos sociais e como uma forma de ampliar a participação dos segmentos com menos acesso ao aparelho de Estado. Neste grupo situam-se os conselhos (...) de Saúde, de Assistência Social, de Educação, de direitos da Criança e do Adolescente. Dizem respeito à dimensão da cidadania, à universalização de direitos sociais e a garantia ao exercício destes direitos.

Sobre a análise da categoria Conselhos, a maior ênfase das pesquisas está vinculada aos Conselhos de Políticas Públicas com 81% da reflexão dos pesquisadores dos ENPESS. Na sequência, tem-se os temas: democracia, direitos, gênero, participação e processos político-administrativos, com 3% das discussões apresentadas nos artigos. A

intersectorialidade das políticas públicas e o orçamento participativo tiveram 2% da atenção dos pesquisadores.



No âmbito dos Conselhos de Direitos destaca-se nas pesquisas o estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 e outras legislações que proporcionaram a ampliação de direitos, espaços de caráter paritário, deliberativo, atendendo as diversidades dos atores sociais, constituindo-se um dos principais instrumentos de atuação dos movimentos sociais organizados.

Cabe enfatizar que o ECA e o Conselho Tutelar nasceram no contexto de uma transição democrática e não descolados das mudanças estruturais no campo dos direitos, ressaltando as medidas políticas que passaram pela redefinição das relações de poder, implicando a existência de um pluralismo na provisão de bens e serviços, no qual o papel do Estado, da sociedade civil e da família é realçado no sentido de garantir a defesa dos direitos voltados às crianças e aos adolescentes. Podem ser considerados marco inaugural de uma maneira de pensar as concepções e as intervenções relativas ao segmento infanto-juvenil, numa concepção de proteção integral à criança e ao adolescente.

A pesquisa de Campelo e Carvalho (2002), baseada em autores como Seda (1990), Liberati e Cyrino (1993) e Faleiros (1995) ampliam o conceito de Conselho Tutelar como:

(...) um espaço democrático de participação e um instrumento jurídico-institucional que a comunidade dispõe para proteger e garantir os direitos e a ampliação da lei, todas as vezes que as crianças e adolescentes se sentirem ameaçados ou violados em seus direitos fundamentais. Por essa responsabilidade e por ser órgão colegiado, tem estabilidade e

independência funcional, serve de mediador entre comunidade, Poder executivo e judiciário, pois esta função se volta para as questões político-sociais, já que não possui personalidade jurídica (*in* CAMPELO e CARVALHO, 2002, p.2).

Neste sentido, o Conselho Tutelar passa a ter um papel de intermediação entre Estado e sociedade, um espaço de participação popular, porém com estrutura de poder político. Neste caso, a entidade assume a figura de Estado mas não de governo. Desenvolvem a postura de atores político-sociais, desenvolvendo ações de controle social e fiscalização das organizações e das medidas de proteção. Nesta mesma perspectiva, a pesquisa desenvolvida por Costa (2004, p. 2) indica que:

(...) os conselhos de direitos se constituem em um cenário de disputas sociais em que considerados a perspectiva de um Estado ampliado, com a participação da sociedade civil, aqui entendido como espaço de explicitação de contradições e de mediações que envolvem forças sociais distintas, portadoras de distintos projetos societários, enfim as correlações de forças que disputam a representatividade do Estado e de sua ação em temas de políticas públicas. É nesse espaço que os Conselhos de Direitos incorporam diferentes grupos de interesses e procuram constituir-se como espaços de representações autônomas frente ao poder público- porém em relação direta com esta para negociações de conflitos em torno da definição de políticas regulatórias e redistributivas.

Assim como no âmbito da proteção à infância e adolescência, a Política da Assistência Social também ganha destaque junto às pesquisas da Seguridade, Saúde e Previdência. Silveira, (2002, p.1) afirma:

O artigo 5 da LOAS assegura a legitimidade da participação da sociedade civil na instância deliberativa e fiscalizadora da política de assistência social, que são os conselhos federal, estadual, municipais e do distrito federal. Mas, não garante que a objetivação da prática dos conselheiros ocorra no sentido de modificar substancialmente a prática conservadora, e expressar o compromisso com os segmentos subalternizados e os objetivos preconizados na LOAS.

A pesquisa de Castro (2004) pontua que a Constituição de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) legitimam instrumentos de negociação e articulação, envolvendo a participação paritária de representantes do governo e da sociedade civil que, no âmbito dos Conselhos gestores, nos níveis municipal, estadual e federal devem elaborar planos de assistência a fim de orientar o repasse de verbas para os seus respectivos fundos. A implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 1988) requer como ações estratégicas a criação ou a reestruturação de órgãos da assistência social na administração pública com capacidade técnica e gerencial adequadas às funções de formulação, gestão e avaliação da política; o estabelecimento em lei de

conselho e fundo de assistência social nos três níveis de governo; bem como a formulação de plano de assistência social que explicita prioridades, estratégias e metas da política para cada nível do governo.

Castro (2004) contribui com a reflexão sobre a participação da categoria dos Assistentes Sociais no debate da esfera pública, em especial pela efetivação da política pública de assistência social. Para esta pesquisadora, a esfera pública de assistência social pode ser compreendida como um espaço da vida social, perpassado por interesses que ora se antagonizam, ora se aproximam. Nas atuações entre representações governamentais e da sociedade civil na efetivação e funcionamento dos conselhos, subjazem as determinações destes processos contraditórios, relacionados aos seus respectivos campos políticos e ideológicos.

Neste contexto conflituoso, o Assistente Social deve trabalhar no fortalecimento dos Fóruns e junto à sociedade civil, no sentido de politizar a compreensão da política em sua totalidade, na perspectiva de propiciar um movimento de controle social e monitoramento das ações públicas voltadas para a efetivação da política de assistência social.

Os artigos analisados apresentam, portanto, como questão central o grande desafio de democratizar a gestão pública, em especial o esforço para romper com a tradição histórica de apropriação privada do espaço que é público. Conforme indica a pesquisa de Alchorne (2002), romper com essa cultura requer fortalecer instâncias locais de participação, nas quais se incluem os conselhos. Para que o controle social se concretize, entendemos que se faz necessário conscientizar a sociedade de que esta tem o direito de participar.

Cabe retomar as reflexões teóricas de Oliveira (2003, p. 195), ao apontar que a Assistência Social ainda está perpassada por “valores elitistas e clientelistas” e ainda não desvencilhada “de seu traçado reducionista, compensatório e reiterador das desigualdades”. Alterar esta cultura política também passa pelo fortalecimento da democracia participativa e do controle social.

Quanto às pesquisas relativas à área da Saúde, observa-se que, a partir da Reforma Sanitária brasileira, houve um significativo avanço que culminou com a inscrição constitucional da saúde como um direito universal. Os conselhos de saúde, como os demais, são órgãos colegiados, paritários, de caráter permanente e deliberativo. Sua finalidade é atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de

saúde. São essenciais para a construção de um espaço público, onde os distintos sujeitos sociais negociam a partilha de recursos e a política de saúde.

A pesquisa de Souza e Rabbi (2006, p.1) demonstra:

O controle social é uma diretriz do Sistema Único de Saúde, constituindo-se como objeto de estudo substancial para a reflexão sobre a relação entre o Estado e sociedade civil no campo da política de saúde. Por se tratar de uma prática dialética que acompanha as contradições, as lutas, as mudanças e os movimentos da sociedade, por depender das diferentes formas de relação entre Estado e sociedade civil, o controle social apresenta-se como um objeto revestido de relevância social.

Quanto às pesquisas analisadas neste estudo, apresentam a importância da participação da sociedade civil na formulação das políticas de saúde, juntamente com os representantes do governo, no acompanhamento da implementação das ações deliberadas, na fiscalização e no controle de gastos, prazos, resultados e na implementação definitiva destas políticas.

Outro elemento importante é a criação de fóruns, ou seja, a articulação da sociedade civil, exterior à vida dos Conselhos, para sintonizar as ideias, elaborar as propostas, discutir o que é negociável e prioritário, favorecendo os conselhos como espaços políticos de superação das formas históricas de poder e de dominação das elites. (PEREIRA, 2004, p. 3)

Outros artigos abordam as políticas públicas destacando o papel dos conselhos e do controle social com vistas ao seu fortalecimento. Neste aspecto os Conselhos de políticas públicas são importantes como frutos de lutas e demandas populares e de pressão da sociedade civil pela ampliação da participação. A pesquisa indica a importância de potencializar os fóruns e da discussão da capacitação das entidades não-governamentais, o levantamento de informações na área da saúde em cada município, a ampliação da contratação de profissionais para o atendimento da população e da elaboração de projetos e programas sociais que atendam às necessidades dos usuários.

Temáticas como intersetorialização das políticas públicas, gênero, idoso, educação, democracia e hegemonia são temas apresentados nas pesquisas que contribuem para o debate sobre a participação conselhistas e o controle social.

Já os planos e as conferências aparecem nos artigos como instrumentos fundamentais que legitimam o processo descentralizado e participativo da formulação e gestão democrática das políticas públicas.

Dando sequência aos objetivos desta pesquisa, buscou-se analisar os pressupostos teóricos utilizados pelos pesquisadores para fundamentar seus estudos. Neste eixo observou-se que os pesquisadores utilizaram o referencial teórico do próprio Serviço Social, com autores como Raichelis (1997, 1998, 1999, 2000), Bravo (1993, 1996, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002), Iamamoto (1997, 1998, 2000, 2001, 2004), Sposati (1987, 1989, 1982, 1992), Netto (1990, 1991, 1993, 1996, 1999), Pereira (1996, 1997, 2001, 2002), Simonatto (1994), Faleiros (1995, 2000), Bhering (2003), Boschetti (2003) Martinelli (1997), Mota (1995) e Yazbek (1997, 1999, 2000, 2001). Prevaleceu a orientação marxista no debate sobre Estado, sociedade civil, conselhos e controle social com fundamentações pautadas em Gramsci (1978, 1981, 1984, 1992), Coutinho (1981, 1985, 1992, 1997, 2000), Nogueira (1998, 2001, 2004) e Marx (1973, 1978, 1981). Mas também foram consultados como fonte autores pós-modernos como Boaventura de Souza Santos (2002), Maturana (2001), Gohn (1990, 1997, 1998, 2001, 2003) e Edgar Morin (2002).

Apenas um dos artigos defende, a partir da teoria sistêmica e da complexidade, as redes sociais como uma das formas de auto-organização e de relacionamento interorganizacional proposta pelos atores sociais interessados nos processos de transformação social com base na ação coletiva.

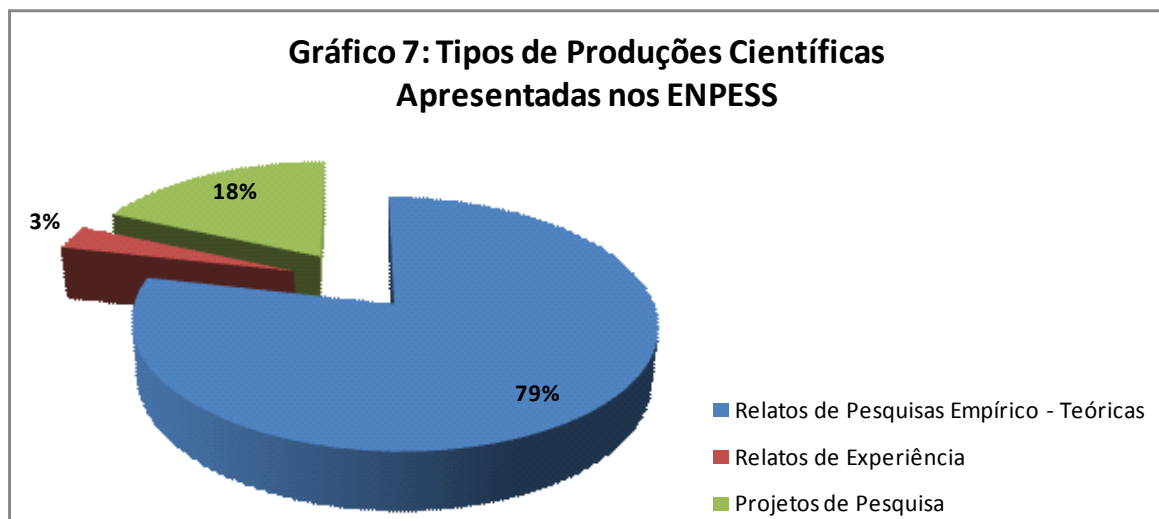
Ao analisar os artigos, percebeu-se que 53,76% apresentam o texto de forma teórica e o caminho metodológico utilizado para realizar a pesquisa. Enquanto isto, 29,03% desenvolvem uma leitura generalizada do objeto, trazendo elementos teóricos, históricos, bem como apresentando a trajetória metodológica utilizada. Encontrou-se em apenas 10,75% dos artigos a apresentação do processo metodológico, sem nenhuma articulação com a teoria. Em contrapartida 4,30% dos artigos foram realizados a partir da pesquisa bibliográfica, apresentando texto apenas com reflexões teóricas. Neste eixo encontrou-se também 2,15% dos artigos com apresentação teórica e revisão histórica dos objetos em estudo, e nenhum deles apresentou uma reflexão apenas histórica acompanhada da apresentação dos procedimentos metodológicos.

Sobre a mediação estabelecida entre a reflexão do objeto no contexto social e a influência da profissão neste contexto, apenas 27,96% o fizeram de forma direta. Portanto 72,04% não estabelecerem nenhuma conexão. Fica evidente a facilidade dos pesquisadores em apresentar o processo de funcionamento dos conselhos, as dinâmicas e conflitos presentes nas relações de “paridade” entre sociedade civil e Estado. Também predominam os instrumentos de controle social tais como plano, conferências, atas das

reuniões. Todos têm clareza do papel político estabelecido no âmbito dos conselhos e projetam este *locus* como uma oportunidade de monitoramento das políticas públicas. No que diz respeito ao controle social, ainda deixam claros as possibilidades e os limites da efetivação deste posicionamento frente às demandas sociais. A partir das pesquisas, foi possível elencar algumas dificuldades para a efetivação do controle social no cotidiano:

- A falta de capacitação permanente dos gestores e da sociedade civil sobre o controle social de políticas públicas como meio de qualificação das políticas e de democratização do Estado;
- O fato de que, geralmente, a constituição da organização da sociedade civil, atrelada ao poder público, não consegue garantir autonomia nas decisões, gerando um distanciamento entre o proposto nas próprias leis orgânicas das políticas e o implementado, possibilitando a continuidade de práticas tradicionais paralelamente aos discursos inovadores;
- A compreensão do controle social como mera fiscalização sobre a política partidária ou sobre o uso dos recursos financeiros limita a possibilidade de intervenção nos aspectos qualitativos da operacionalização das políticas, o que seria fundamental para garantir impactos positivos. Somada a isto, a falta de articulação entre ministério público, legislativo e conselhos contribui para que o gestor não perceba a força de um controle social organizado, articulado e permanente sobre as ações sociais;
- A naturalização da desigualdade faz com que a responsabilidade em assegurar condições de igualdade seja desconsiderada pela sociedade, que a delega totalmente ao Estado;
- A cultura da subalternidade dos usuários, que gera uma situação de submissão ou dependência, a qual, de forma perversa, o próprio benefício repassado pelo poder público contribui para reforçar;
- A falta de organização e atuação deficitária

Sobre os tipos de pesquisa realizados pôde-se verificar, como demonstra o gráfico abaixo, que o maior percentual de trabalhos apresentados é oriundo de pesquisas empírico-teóricas, seguido dos projetos de pesquisa, como Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses, com 18%. Finalizando, 3% dos artigos são relatos de experiências.



Para a realização da mediação do objeto de estudo com a profissão de Serviço Social, um número significativo de autores específicos da área foram utilizados como norteadores. Pode-se afirmar que há uma preocupação dos pesquisadores em debater como ocorre o exercício profissional do Serviço Social na esfera conselheira.

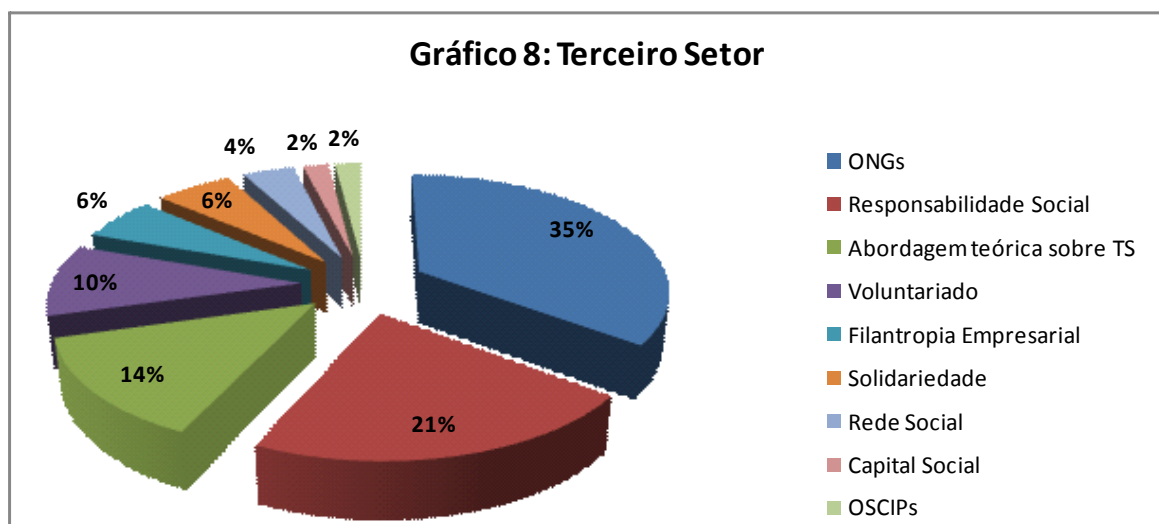
Parte dos artigos apresenta o Assistente Social como um ativista nos conselhos de direitos, provocador do controle social e monitorador dos processos das políticas públicas. Mas também aparece a abordagem destes profissionais como possíveis assessores e consultores conforme indica a pesquisa de Rocha, (2006, p. 1):

(...) desde sua criação, os conselhos vêm constituindo um novo espaço de atuação dos assistentes sociais, que neles se inserem na condição de conselheiros, assessores, consultores e servidores. A exemplo de outros espaços sócio-ocupacionais dos profissionais de Serviço Social, configura-se como espaços perpassados pelas contradições de classe, gênero e raça/etnia existentes na sociedade brasileira. Desse modo, do ponto de vista da relação Estado/sociedade civil. (...) Seus efeitos podem contribuir para o processo de construção da contra-hegemonia para a instauração de uma ordem social sem dominação e exploração de classe, gênero e raça/etnia, ou para reforçar a estrutura vigente, mantendo as relações e estruturas produtoras das desigualdades sociais.

Corroborando com a pesquisadora pontuada acima, os conselhos de direitos são espaços em potencial e sintonizados com os pressupostos presentes no projeto ético-político da profissão. As pesquisas apresentadas neste eixo evidenciam a trajetória sócio-política do Serviço Social na participação das políticas públicas.

Seção III - Terceiro Setor

A apreciação dos artigos apresentados no ENPESS levou à contabilização de 63 textos que abordam o tema Terceiro Setor. Foi possível estabelecer diversas mediações com elementos que propiciam o enriquecimento para este debate. Vale destacar que, deste universo, oito textos, apesar de mencionados nos ANAIS não foram disponibilizados na íntegra. Sendo assim, ao proceder a análise dos 55 artigos foi possível perceber as expressões organizativas da sociedade civil articuladas em torno do Terceiro Setor que se destacaram nas pesquisas que são objeto deste estudo, conforme gráfico abaixo:



Ao realizar a análise deste eixo, foi possível verificar que 14% dos textos abordam especificamente a categoria Terceiro Setor, discutindo sua relação direta com a assistência social, com a saúde, sua relação entre público e privado, bem como a abertura do mercado de trabalho, em especial para o profissional de Serviço Social. De forma geral, as pesquisas se reportam aos marcos de 1990 que, com o processo de reforma do Estado, acentuaram o crescimento de ações da chamada esfera pública não Estatal.

O termo Terceiro Setor foi cunhado pelo americano John D. Rockefeller III em 1978. A partir daí, construiu-se o conceito a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (primeiro setor), o Mercado (segundo setor) e a Sociedade Civil (terceiro setor). Na sua essência traz elementos do associativismo arraigado da cultura política e cívica embasada no individualismo liberal, bem como apresenta uma prioridade da Sociedade Civil sobre o Estado.

Para Montanõ (2002), o uso do conceito de sociedade civil no Brasil se deu a partir das décadas de 1970 e 1980, quando novos movimentos sociais surgiram vinculados a ONGs, mas com regimes democráticos pós-ditadura e a retirada paulatina das agências internacionais. Especialmente nos anos 1990, o termo passou a ser utilizado para designar o universo das organizações não governamentais. Na sociedade brasileira, a relação entre Estado e Terceiro Setor se intensificou, principalmente no período de 1998 a 2001, através da promulgação de um expressivo número de leis, surgidas na esteira da reforma do Estado – como Lei n. 9.608/98 que rege o serviço voluntário; Lei n. 9.637/98, que rege as organizações sociais; Lei n. 9.790/1999, referente às organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP); e o Termo de Parceria, que foi alterado pela Medida Provisória n. 2123-29/2001.

A utilização do conceito de Terceiro Setor se revela a partir de uma ideia diferenciada do que realmente se apresenta nos debates do senso comum e do próprio mundo acadêmico. Comumente a probabilidade hegemônica, pluralista e estruturalista, separa os supostos setores, proporcionando compreendê-los de forma desarticulada da totalidade social. Montanõ aponta que, destacar a categoria analítica “terceiro setor”, implica em compreender as diversas expressões como ONGs, fundações, associações e movimentos sociais. Porém, muitas vezes, todo o processo conjuntural no qual essa categoria está calcada não é levado em conta, ou seja, as transformações do capital são promovidas segundo os pressupostos neoliberais.

Em relação às pesquisas analisadas foi possível identificar que a centralidade dos debates ancora-se na crítica a esse tipo de entendimento da sociedade civil. Os artigos, em especial do de Serra (2004), abordam o tema no quadro da crise estrutural do capitalismo no início dos anos 1970 com a passagem do modelo produção fordista-taylorista e a regulação estatal balizada nos pressupostos keynesianos, para a chamada acumulação flexível.

Serra (2004) apresenta em sua pesquisa que a reestruturação produtiva foi a solução estabelecida para o combate à crise neste período. No cenário do mundo do trabalho, muitas estratégias foram empregadas, tais como as alterações nas condições e relações do trabalho e a substituição do emprego formal pelo emprego em tempo parcial, temporário e terceirizado. Em contrapartida a esta dinâmica, aconteceu a ampliação do exército de reserva e dos problemas sociais, como rescisão de contratos de trabalho de pessoas consideradas “velhas” e a dificuldade de inserção de jovens, ditos “sem experiência”, no mercado de trabalho. Além disso, o aumento da exploração da mão-de-

obra infantil e escrava, e o aumento da presença da mulher no mercado de trabalho são efeitos desta nova dinâmica que, associados às políticas públicas baseadas na lógica neoliberal, respingam em toda dimensão da vida social. Conforme a autora “(...) em síntese, os efeitos da implantação desse novo modelo de produção, associado às políticas neoliberais estatais, atingem todos os ângulos e dimensões da vida social” (SERRA, 2004, p.2). Ainda de acordo com esta pesquisa, Serra aponta,

No Brasil, por ainda ser um país pouco desenvolvido, a implementação de uma política nacional de bem-estar social possibilitaria a ampliação da renda e do emprego. A ampliação dos serviços sociais de boa qualidade influenciaria a elevação dos empregos no setor público (não necessariamente estatal) e nas comunidades de assistência e de prestação de serviços. (...) É nessa perspectiva que se pode verificar a funcionalidade das instituições do chamado Terceiro Setor no mercado de trabalho do setor de serviços. Tais organizações atuam, em sua grande maioria, em atendimentos a segmentos pobres, desenvolvendo programas de assistência social, saúde, educação e geração de renda. (SERRA, 2004, p.5-6).

Boa parte dos artigos apresentados nos ENPESS fundamentam sua crítica ao Terceiro Setor a partir das reflexões de Montanõ. Para este autor, neste cenário de reestruturação produtiva e de desresponsabilização do Estado na esfera social, cresceram as atribuições do Terceiro Setor, sendo este defendido a partir de diferentes tendências teóricas políticas. O autor indica que o tratamento do Terceiro Setor pode ser dividido em duas tendências: a regressiva e a progressista. Estas tendências recorrem diferenciadamente a diversos autores, os quais debatem temas como: relações entre Estado e sociedade, justiça social, igualdade e liberdade, nas esferas pública e privada.

O caminho regressivo surge no bojo do pensamento neoliberal ou no contexto da chamada terceira via, ou seja, de um “neoliberalismo *light*”. Nele convergem autores como Bresser Pereira, Ruth Cardoso, Rubem César Fernandes. Os autores citados remetem mais ao pensamento de Tocqueville do que de Hayek. Tocqueville teme profundamente as revoluções, os desvios da igualdade e da justiça social desenfreada e suas consequências negativas na limitação da liberdade. Neste sentido, as propostas de Tocqueville, associadas à democracia liberal dos EUA, para evitar tanto a revolução quanto a limitação da liberdade mediante o desenvolvimento da participação em associações livres, são hoje retomadas por diversos autores que discutem o Terceiro Setor.

Com relação à tendência de intenção progressista, os autores se valem, diferenciadamente, ora de uma interpretação equivocada de Gramsci, no seu trato da sociedade civil; ora de análises de Habermas e sua negação à centralidade do trabalho e

seu “mundo da vida” autonomizado do “sistema econômico”, ora de uma certa tradição (pseudo) anarquista, narecusa a qualquer forma de controle estatal e na defesa da autogestão das organizações de base; ora das propostas de Rosanvallon, e deseja espaço “pós-social-democrata”, supostamente alternativo ao neoliberalismo e ao Estado-providência. Por tudo isto, esta tendência também acaba por ser funcional ao neoliberalismo e, portanto, claramente conservadora. O caminho, de (aparente) “intenção progressista”, não conduz a outro sentido senão o de reafirmar/legitimar o aspecto conservador/regressivo da “contra-reforma” do Estado e do novo trato das expressões da questão social (MONTANÕ, 2002).

Na análise de Nogueira (2003) sobre o Terceiro Setor, o mercado ampliou seu espaço e o Estado retrocedeu. Os movimentos sociais e organismos continuam a trabalhar em um terreno público, porém não regulamentado pelo Estado, surgindo a terceira esfera, situada entre o Estado e o Mercado, embasada no livre associativismo dos cidadãos.

Outro elemento presente nos artigos é a natureza jurídica das entidades que pertencem ao Terceiro Setor, posto que são entendidas como sem fins lucrativos que desenvolvem ações sociais de caráter público, sem pretensão de lucro. A discussão se origina do fato de muitas destas entidades (religiosas, clubes, universidades e instituições assistencialistas) aproveitarem-se de sua natureza jurídica – sem fins lucrativos – para desenvolver projetos sociais orientados pela lógica capitalista e pelo viés econômico, consequentemente obtendo lucros. Esta situação aponta para a falta de controle público sistemático destas entidades. Tal condição jurídica permite também a isenção fiscal, provocando a desuniversalização dos serviços sociais e a localização no campo da solidariedade de direitos constitucionalmente assegurados. Tal afirmação pode ser confirmada no artigo de Serra (2004, p. 2)

De todo modo, a visão corrente é que “Terceiro Setor” é o setor privado que presta serviços sociais fora do âmbito do Estado, isto é, as chamadas entidades sem fins lucrativos, aquelas que desenvolvem ações sociais de caráter público, sem pretensão de lucro. Ocorre que tais entidades historicamente compõem um amplo e diferenciado universo que abarcava instituições assistencialistas, religiosas, clubes diversos até universidades privadas, cujas mantenedoras obtêm lucros privados, valendo-se dos benefícios de sua natureza jurídica sem fins lucrativos e, portanto, com renúncia fiscal. Por outro lado, muitas dessas entidades são funcionais e integradas na lógica capitalista, considerando-se que seus projetos têm orientação econômica, ainda que de maneira indireta ou encoberta.

Por se tratar de entidades privadas de natureza pública, verifica-se também uma ambiguidade na gestão, a qual se apresenta de forma privada no que tange ao

financiamento das ações, promovendo um modelo de solidariedade hierarquizada e moralista, mas privatiza a prestação de serviços, os quais são oferecidos pelo Estado a partir de uma falsa autonomia, pois a maioria das entidades não consegue sobreviver sem a contrapartida do poder público, causando uma relação de dependência e fragilização do controle social.

Nos artigos sobre o Terceiro Setor é possível identificar uma análise crítica que indica como vem ocorrendo a despolitização da sociedade civil. Tal realidade pode ser confirmada no artigo de Silva e Pies (2004) quando desenvolvem esta reflexão a partir de vários autores, entre eles Wood (2003), Nogueira (2002), Sobottka (2002) e Lander (1999), os quais combatem a visão dicotômica entre o Estado como a sede da coação, da burocracia e a sociedade civil como espaço onde se enraíza a liberdade e a emancipação humana. Porém ressaltam que nem toda a ação do Estado é realizada em busca do poder e nem toda ação da sociedade civil prevalece valores de solidariedade. No decorrer da revisão bibliográfica desenvolvida neste artigo, os autores utilizaram Wood para sinalizar que é necessário reconhecer que a sociedade civil não é um espaço de liberdade e democracia perfeitas, portanto “o culto da sociedade civil tende também a reproduzir as mistificações do liberalismo, mascarando as coerções da sociedade civil e ocultando as maneiras pelas quais a opressão se enraíza nas relações de exploração e de coação”(WOOD, 1999, p.210 *apud* SILVA e PIES, 2004, p. 4).

Ainda nesta discussão da despolitização da sociedade civil, Silva e Pies (2004) utilizam Nogueira, o qual estabelece um diálogo com a concepção gramsciana, enfatizando a necessidade de uma maior politização da sociedade civil. Neste íterim Nogueira combate a ideia de que diante da falência da política e da inoperância dos políticos, as demandas sociais se tornariam mais eficazes se fossem respondidas pelas entidades que compõe o espaço público não-estatal. Para este autor, esta visão estabelece uma dicotomia entre as relações do Estado e da Sociedade Civil, que ao invés de estabelecerem uma dialética de unidade e distinção, passam a ser compreendidas de forma separada. Nesse sentido o autor compreende que

(...) a satanização do Estado para dar livre curso a natureza virtuosa da sociedade civil leva a despolitização da sociedade, pois se for concebida sem laços orgânicos como o Estado, a sociedade civil não consegue aparecer como terreno no qual os grupos lutam pela hegemonia, quer dizer, pela possibilidade de imprimir ao conjunto dos homens uma forma de consenso e sentimento. (...) Assim, Nogueira dá a entender que se a sociedade civil não for o espaço onde a subjetividade se organiza não é possível o choque de ideologias hegemônicas, âmbito que expressa uma

dada economia e que é parte integrante do processo global de produção/reprodução das relações de classe” (NOGUEIRA, 2002, p.81)

Outro elemento destacado no artigo de Silva e Pies (2002) é que as organizações do Terceiro Setor não organizam movimentos sociais. Segundo estes pesquisadores muitas vezes, as circunstâncias podem desmobilizá-los no sentido de amortecer as questões da pobreza e da exclusão social, pois, na maioria das vezes, não desenvolvem uma função crítica que possa denunciar as reais motivações desta condição. Esta pesquisa também aponta para uma reflexão importante: não necessariamente o Terceiro Setor contribui para o fortalecimento da democracia, pois dependendo de sua ação social, ele pode reforçar a manutenção do *status quo* do sistema dominante. Diante do exposto, os pesquisadores utilizam Lander para reforçar seu pensamento: “existe uma articulação entre os processos econômicos, políticos e culturais que se verifiquem no conjunto das sociedades contemporâneas”, por isso, a questão do “fortalecimento da esfera pública não-estatal pode significar um avanço democrático ou, pelo contrário, uma forma de legitimar a primazia neoliberal do mercado” (LANDER, 1999, p.485, *apud* SILVA e PIES, 2002, p.6).

Pode se observar, portanto, que as reflexões do Serviço Social acerca do Terceiro Setor são compreendidas como forma de desresponsabilização do Estado e de repasse para a sociedade civil das funções que, originariamente, seriam responsabilidade da esfera estatal.

A relação do Terceiro Setor com o trabalho também se evidencia nas pesquisas. A exemplo das atividades de desenvolvimento no contexto do Serviço Social, os programas de trabalho, de utilidade coletiva, que são uma espécie de regime mínimo de emprego urbano como forma de geração de renda para aqueles que se encontram excluídos do mercado de trabalho, mostram a presença do Terceiro Setor. Ou seja, é no âmbito da prestação de serviços que se observa a relação entre Terceiro Setor e trabalho. Sobre esta questão, Antunes (1999, p.112) afirma:

Tem ocorrido também uma expansão do trabalho no denominado “Terceiro Setor” (...) entre outros, assumindo uma forma alternativa de ocupação, em empresas de perfil mais comunitário, motivadas predominantemente por formas do trabalho voluntário, abarcando um plano leque de atividades, sobretudo assistenciais, sem fins diretamente lucrativos e que se desenvolvem um tanto à margem do mercado. O crescimento do Terceiro Setor decorre da retração do mercado de trabalho industrial e também da redução que começa a sentir o setor de serviços, em decorrência do desemprego atual.

Serra (2004) afirma em seu artigo que o Terceiro Setor cumpre uma funcionalidade ao absorver uma parcela de desempregados, bem como dos novos segmentos da população economicamente ativa, mas não apresenta potencial para se constituir uma alternativa real de absorção da mão-de-obra.

No âmbito do Terceiro Setor, os artigos sobre as ONGs também ganha destaque na década de 1990. A análise dos artigos indica que 41% abordam as ONGs, sendo que, destes, 83,34% desenvolveram uma análise conjuntural trazendo elementos históricos, estruturais e jurídicos sobre o tema abordado de forma crítica.

Na presente pesquisa, identificou-se que, dos artigos apresentados sobre as ONGs, 25% desenvolvem trabalhos com crianças e adolescentes, 19% discutem movimentos sociais, organizações da sociedade civil e cidadania. Discutindo sobre a temática meio ambiente têm-se 13% das pesquisas. Finalizando, as questões de assistência social, educação e movimentos feministas totalizam 6% dos artigos.

No que tange aos artigos que têm como referência principal as ONGs, 88,89% não fazem conexão com a profissão de Serviço Social. Os 11,11% que o fazem, discorrem sobre as demandas desenvolvidas nestes espaços com reflexões sobre as diretrizes do projeto ético-político da profissão. Os artigos buscaram reforçar os valores estabelecidos no Código de Ética: cidadania, democracia, equidade e justiça social, porém muitas vezes evidenciando uma concordância com o projeto neoliberal. Nesse sentido o artigo de Silva e Lucena (2002) destaca que, a partir dos dados coletados em sua pesquisa, verificaram a existência de uma contradição entre o projeto profissional do Serviço Social e a realidade de mercado de trabalho posta no contexto do Terceiro Setor. Com base nas reflexões destes pesquisadores,

(...) a demanda existente em relação ao profissional de Serviço Social, neste “novo mercado de trabalho” vai de encontro às propostas de seu projeto profissional à medida que esse tem atuado na reprodução dos ideais capitalistas, devido a realidade em que a nova ordem social traz em seu discurso expressões com parceria, participação que por sua vez tem norteado as ações dos que trabalham no enfrentamento da questão social. Dentro desta realidade do mercado de trabalho onde muitos são os excluídos, o Assistente Social, tem cada dia mais abandonado as lutas que baseiam sua formação ético-política devido a necessidade de se adequar as exigências do mercado. (...) Assim sendo, dentro dessa nova realidade o profissional de Serviço Social tem se tornado um trabalhador, como tantos outros, precarizado ou em processo de flexibilização, qualitativamente totalizado, ou seja, com características que são utilizadas para qualificar uma empresa em épocas de reestruturação produtiva. (...) Assim sendo, conclui-se que a realidade do profissional de Serviço social, assim como de tantas outras áreas, tem se submetido aos processos produtivos, novas formas de gestão e consumo da classe que vive do trabalho, num quadro geral de barbarização da vida social (SILVA e LUCENA, 2002, p. 2-3)

A pesquisa apresentada por Santos e Carneiro (2006) aborda o processo histórico de surgimento da expressão ONG a partir da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) no Conselho Econômico e Social (ECOSOC), na década de 1940, para designar as entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira do Estado para executar projetos sociais.

Resgatam a seguir como estas formas organizativas, a partir dos anos de 1990, passam a disseminar a cultura das iniciativas autônomas, revalorizando as práticas filantrópicas do voluntarismo e do apoliticismo. Retomam a ECO 92, realizada no Rio de Janeiro, no Brasil, como um marco para a atuação das ONGs, quando estas instituições passaram a ter voz na elaboração das políticas públicas. Neste contexto, as políticas sociais passaram a perder a perspectiva de universalização de direitos e as ações passaram a ser realizadas de forma focalizada e localizada. O investimento na implementação de políticas sociais por parte do governo, órgãos multilaterais e das próprias ONGs direciona as ações a uma prática privatista, personalista, sujeita a intermediações clientelistas encarando os direitos como um favor. Abordam criticamente como as ONGs passaram a assumir as funções do Estado e a fortalecer um novo padrão de intervenção social, baseado não mais no conflito e sim na parceria entre o Estado, sociedade civil e mercado. Tal dado pode ser confirmado pela reflexão feita por Oliveira e Couto (2004) quando enfatizam:

O neoliberalismo foi implementando nos países latino-americanos tardiamente, adotando medidas corretivas e combinando as ditas políticas ortodoxas de “reforma do estado” com programas de alívio para a pobreza. O projeto neoliberal, entendido como uma alternativa à crise da social-democracia, não se limitou a medidas econômicas e vem gerando, até nossos dias, conseqüências graves e permanentes. No Brasil, como em toda a América Latina, o impacto dessa política econômica sobre a área social foi muito forte, dada a fragilidade ou a inexistência de um Estado de Bem-Estar. Ao lado do acirramento e da ampliação das desigualdades, do desemprego, da pobreza, em dimensões até então desconhecidas, bem como do desmonte das políticas sociais ocasionado pelo aprofundamento do neoliberalismo em nosso país, pode-se constatar um redesenho das relações entre o Estado e a sociedade civil, ou seja, uma predominância da concepção de que o bem-estar pertence ao âmbito privado, e o enfrentamento da questão social passa a acontecer no âmbito do chamado “Terceiro Setor”, onde predominam as Organizações Não-Governamentais (ONGs). (OLIVEIRA e COUTO, 2004 , p. 1)

As pesquisas analisadas discutem ainda o papel das ONGs na sociedade contemporânea apontando como dilema o fato de que ao mesmo tempo que promovem a defesa dos direitos de cidadania desconsideram o caráter universal dos direitos, acabando

de fortalecer uma perspectiva de refilantropização da questão social. Ainda no artigo de Oliveira e Couto é possível destacar esta ideia quando apresentam a seguinte reflexão:

Diante deste contexto os pesquisadores apontados acima utilizam Montanõ para defender esta ideia:

O motivo é fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão do direito universal do cidadão quanto às políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto-culpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, a partir da precarização e focalização (não-universalização) da ação social estatal e do “Terceiro Setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor industrial. (MONTANÕ, 2002, p.22 *apud* OLIVEIRA e COUTO, 2004, p. 4)

Nesta mesma linha o artigo de Cunha (2002, p.2) enfatiza que “o Estado neoliberal reedita estratégias de controle social utilizadas ao longo da história da humanidade no atendimento das necessidades sociais, entre as quais as práticas filantrópicas”. Constata que há uma tendência a refilantropização da questão social. Para tanto, utiliza Iamamoto para confirmar esta afirmação”. Não se trata de um ressurgimento da velha filantropia do século XIX, mas a filantropia do grande capital, resultante do processo de privatização dos serviços públicos”. (IAMAMOTO, 1998, p.43, *apud* CUNHA, 2002, p.2-3).

No que se refere aos 9,25% dos artigos que fizeram a discussão do Terceiro Setor, 40% trataram sobre o papel do Assistente Social neste contexto. O ponto de reflexão está concentrado no espaço sócio-ocupacional destes profissionais. Uma vez que o neoliberalismo tem contribuído para a diversidade e latência das expressões da questão social, como consequência do desmonte dos direitos e da minimização do Estado, as entidades que pertencem ao Terceiro Setor não desenvolvem o papel de enfrentamento das mesmas, embora por muitas vezes assumam as atribuições estatais. Montanõ (2002) indica que a partir do momento em que a sociedade civil se responsabiliza pelos direitos que o Estado deveria suprir, se fragiliza politicamente, atuando de forma assistencialista, trazendo inflexões contra-reformistas neoliberais patrocinadas pelo próprio Estado. Esta prática fragiliza as profissões que possuem no Estado seu espaço de atuação principalmente no contexto das políticas públicas. Diante do redimensionamento destas relações, o Estado transfere responsabilidades para as instituições da sociedade civil

ocorrendo a ampliação e a ressignificação das ONGs, criando, de forma contraditória, espaços sócio-ocupacionais para o Serviço Social.

A pesquisa de Serra (2004) indica que o processo de desmantelamento das políticas sociais e desenvolvimento do Terceiro Setor incidem diretamente no campo da profissão do Serviço Social. Para a autora, tal processo cria uma crise de materialidade do Serviço Social, entendendo materialidade como a ação do Serviço Social no Estado através das políticas sociais.

A autora ainda indica que uma das características do Serviço Social para o Terceiro Setor é o pluriemprego, além da instabilidade quanto à situação empregatícia, uma vez que muitos Assistentes Sociais tornam-se prestadores de serviços. Desta forma o profissional é levado a uma condição frágil no mercado, pois não possui registro formal de emprego, perdendo uma série de direitos trabalhistas. Ao mesmo tempo, por conta da minimização do Estado, o Terceiro Setor tem se apresentado como oportunidade para uma parte da categoria do Serviço Social. Por estas razões é importante que os Assistentes Sociais, ao ocuparem estes espaços, busquem entender a sua lógica e atuar não na mera reprodução da realidade, mas no fortalecimento da idéia de universalidade dos serviços relativos aos programas e políticas sociais.

O artigo de Martinelli (2006) arrola sobre a instituição da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) contempla 2% dos artigos apresentados nos ENPESS. Instituinto o mecanismo legal das OSCIPs, a Lei 9.790 de março de 1999, conhecida como a Lei do Terceiro Setor, apresenta-se como um instrumento de viabilização e implementação de políticas públicas.

Esta abordagem também foi apresentada nos textos que se referenciavam às ONGs, porém de forma secundária. Da mesma forma que nos trabalhos estudados anteriormente, a contextualização conjuntural está marcada pela discussão da reestruturação produtiva do trabalho entre as décadas de 1980 e 1990 e do recorte das políticas econômicas de caráter neoliberal. Em especial, a OSCIPs aparece como marco da aprovação legal entre a parceria público/privado.

A categoria Responsabilidade Social também foi utilizada como objeto de estudo, verificada em 25% dos artigos apresentados nos ENPESS. Sobre este tema, a pesquisa de Góis, Santos e Costa (2004) afirma que, no Brasil, duas questões precisam ser observadas em razão do destaque da responsabilidade social: a expansão, ao longo da década de 1990, do ideário dos direitos do consumidor, o que fez emergir posturas mais críticas por parte dos indivíduos e grupos sociais organizados; e as mudanças, no período em foco, na

condução das políticas sociais, o que deu início a um movimento que apontava para a redução da cobertura social estatal, sinalizando para a ideia de parceria como estratégia de construção de novas bases para o relacionamento entre Estado, mercado e sociedade civil.

O tema da Responsabilidade Social também é abordado do ponto de vista sócio-histórico especificamente nos Estados Unidos e na Europa. De um ponto de vista crítico, Oliveira (2006) reconstrói esse movimento identificando que a responsabilidade social nasce atravessada por uma questão de doutrina social das empresas com o objetivo de contribuir para a redução da pobreza. Esta característica caritativa predominou nos anos de 1950 e 1960, quando os empresários deveriam escolher quais obrigações sociais a empresa deveria investir.

A conjuntura política, econômica e social do século XX, em especial por conta da reestruturação produtiva e internacionalização econômica, exigiu das organizações uma nova postura de gestão, bem como a atração e manutenção de clientes. Diante disso, a responsabilidade social passou a ser considerada uma estratégia para aumentar os lucros e potencializar o desenvolvimento das empresas. Assim, no início dos anos 1990, as práticas de cunho assistencial ganharam destaque nas agendas das organizações, aumentando o debate acerca do conceito de cidadania. Oliveira (2006, p.4) destaca:

A responsabilidade social empresarial aparece como um modelo de gestão empresarial que, no campo da estratégia dos negócios, tem como base procedimentos éticos e ações economicamente sustentáveis, devendo englobar não somente questões relacionadas à sociedade de modo geral, mas também as políticas e ações relacionadas aos clientes internos das empresas – os funcionários. Nesse sentido, pensar em responsabilidade social empresarial implica considerar a construção de relacionamentos éticos com todos aqueles que de algum modo sejam afetados pelos modos de fazer negócio da empresa.

Apoiado na lógica de que os consumidores estão adquirindo produtos de empresas comprometidas socialmente, a pesquisa de Araújo (2006, p.4) indica que “o termo responsabilidade social torna-se ‘vedete’ do setor empresarial, que tem usado todas as estratégias para atrair consumidores. As empresas realizam o marketing da empresa cidadã”. Este autor denuncia também os programas de qualidade de vida do trabalhador e políticas de benefícios sociais, que num primeiro momento se apresentam como reflexos da postura humanística dos empresários e, no entanto, não passam de benefícios previstos pela legislação trabalhista.

A pesquisa de Pfeifer (2006) aponta que as estratégias da responsabilidade social estão pautadas na concepção de solidariedade e a intervenção social está pautada na

divisão de responsabilidades entre o Mercado, o Estado e o Terceiro Setor. Segundo o artigo,

(...) é retirado do Estado o papel de principal responsável pela proteção social, num movimento que abre espaço para as empresas capitalistas se envolverem no enfrentamento da questão social, construindo em seu interior um espaço organizado de prestação de serviços sociais através das práticas de responsabilidade social empresarial”. (PFEIFER, 2006, p. 2).

A pesquisadora indica ainda que as empresas incluem nos procedimentos organizacionais determinadas ações de cunho social, procurando apresentar a face humanitária do capital. Desta maneira se constroem consensos via incentivos materiais e simbólicos, os quais provocam uma subordinação da classe trabalhadora às novas estratégias estabelecidas pelo capital, ou seja, (...) “na lógica da responsabilidade social, a gestão empresarial pode incluir múltiplos benefícios voltados ao quadro de trabalhadores que recaem ideologicamente ao conteúdo de ação espontânea, gratuita e desinteressada oferecidas pela organização” (PFEIFER, 2006, p.3)

As conclusões da pesquisadora apontam que as empresas através da estratégia de Responsabilidade Social constroem um consenso universal que fortalece a hegemonia capitalista neoliberal, seduzindo os trabalhadores, os quais passam a aderir os valores que estreitam os vínculos da identidade pessoal do trabalhador com as demandas das próprias organizações. Neste contexto, surgem novas formas de manutenção da força de trabalho, negando a intervenção do Estado por intermédio das políticas públicas e responsabilizando as empresas pela reprodução social dos trabalhadores. De acordo com Pfeifer (2006, p. 7),

Revela-se, portanto, o modo através do qual uma das ações de Responsabilidade Social praticada pelas companhias, vem permitir a construção de consensos junto à classe trabalhadora. Ao mistificar-se como atitude “benemérita” da empresa, de redistribuição de renda ou de preocupação para com seus trabalhadores, acaba por desqualificar a compreensão, por um lado, de exploração e a apropriação privada da mais-valia e, por outro, de uma estratégia político-ideológica para o “adestramento” da força de trabalho. Assim, a emergência do comportamento cooperativo dos trabalhadores não se trata de um engajamento espontâneo ao movimento de flexibilização, uma vez que existem mecanismos de coerção e consenso, tal quais os citados. E através desses, sedimenta-se a hegemonia burguesa.

A pesquisa de Guimarães(2006) retoma alguns elementos históricos sobre a inserção do Serviço Social nas empresas, a partir dos anos de 1970. A pesquisa resgata as

formas de intervenção do Serviço Social no âmbito da empresa e as transformações ocorridas nos anos de 1990.

Nos anos de 1990, a partir da reestruturação produtiva, quando o mercado passou a exigir um novo perfil de trabalhador. A pesquisa indica que neste contexto, o Assistente Social, não só revisa possibilidades de garantir a qualidade e a produtividade do trabalhador, como também de reconfigurar suas próprias competências e condições de trabalho, no sentido de garantir também a sua permanência neste espaço sócio-ocupacional. Surgem nesta época programas que garantem a saúde e a qualidade de vida do trabalhador, como forma de fortalecer a mão-de-obra produtiva. Discutem-se as categorias solidariedade e cidadania de maneira a entender que as empresas estão preocupadas com a melhoria de vida de seus colaboradores e com a comunidade onde esta inserida. Já os direitos garantidos na legislação trabalhista passam a se travestir de benefícios. Guimarães (2006, p.4) afirma:

(...) a inserção do Serviço Social neste contexto permeado de conflitos configura-se como um desafio contínuo para esta profissão, uma vez que ao ser contratado pela empresa para garantir os objetivos corporativos de qualidade e produtividade através de estratégias de promoção e adesão do trabalhador as novas necessidades da empresa. Contraditoriamente esses profissionais têm em seu projeto ético-político o valor ético central o reconhecimento da liberdade concebida historicamente, daí seu compromisso com autonomia, a emancipação humana e defesa intransigente dos direitos humanos e a eliminação de todas as formas de preconceito.

Amaral (2006) reforçou em seu artigo a ideia de que o discurso de empresa comprometida com as demandas da sociedade, na verdade, apenas cumpre o que está posto na lei. Isso implica dizer que o discurso da responsabilidade social está pautado em uma relação polêmica:

(...) a formação discursiva da ética capitalista que aponta para os direitos e deveres fundados nos princípios da boa conduta, da responsabilidade. Nessa formação discursiva estão, permanentemente, se contrapondo dois esquemas semânticos de onde são apropriadas palavras-chaves para definir o sentido, seja negando um sentido anterior, um sentido “velho” – práticas filantrópicas – e em seu lugar pondo um atual, um sentido “novo” – responsabilidade social; seja reforçando um sentido já existente que venha a contribuir para o bom “desempenho” do discurso – a chamada “prática ética”. Assim, a estrutura enunciativa do discurso da responsabilidade social é, basicamente, constituída de dois discursos: um “discurso agente” e o “discurso paciente”. O discurso agente é aquele que constrói o simulacro de um discurso novo, moderno, atual e eficaz, porque permite que se cumpram obrigações para atender a determinadas necessidades da sociedade. (...) O discurso paciente é aquele que empresta ao discurso agente as condições enunciativas para serem negadas e reforçadas; é o discurso outro, o que constitui como domínio da

memória, para qual aponta o processo dialógico que se identifica no domínio de atualidade e o qual pode ser reconhecida a memória discursiva. (AMARAL, 2006, p. 3-4)

Outro elemento que aparece tematizado na pesquisa de Amaral refere-se à expressão “cidadania empresarial”. A categoria cidadania, que se mostrou na história como sendo o maior objetivo do discurso da sociedade moderna, assegurando os direitos de todos os homens, passa então a ser manipulada por uma prática que tem como objetivo a lucratividade. Este contexto sinaliza algo complexo para a profissão de Serviço Social, pois uma profissão que se propõe a trabalhar de maneira intransigente na defesa dos direitos sociais encontra neste cenário princípios contrários ao projeto ético-político da profissão. Nesse sentido o artigo apresenta a reflexão da pesquisadora,

O Serviço Social, pois, como uma prática que atua para contribuir com a efetivação dos direitos sociais, poderá encontrar neste contexto elementos de ordem prática que se chocam com os princípios do projeto ético-político da profissão. Entretanto, na medida em que se compreende que o referido projeto profissional se firmará “na defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 1999, p.105), vê-se neste espaço de prática (o campo das empresas privadas) a necessidade de se conhecer o seu funcionamento para viabilizar ações profissionais em consonância com o projeto ético-político da profissão. (AMARAL, 2006,p.4)

Já a categoria Capital Social apareceu em 2% das pesquisas no íterim do Terceiro Setor. Mota (2006) contextualiza o tema, afirmando que o mesmo veio à tona através do debate promovido pelas agências internacionais, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como proposta potencializar estes órgãos no sentido de capacitar setores empobrecidos a participarem e beneficiarem-se do processo de desenvolvimento.

A autora afirma que as orientações das políticas públicas a serem desenvolvidas nos países periféricos estão calcadas na idéia de que cabe ao Estado e às ONGs a atribuição de gerar capital social, buscando harmonizar as relações estabelecidas entre o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil. Para a autora, os intelectuais das agências multilaterais acreditam que as desigualdades geram instabilidades políticas, colocando em risco a governabilidade e a coesão social nos países dependentes. A lógica do capital social é ser uma proposta de superação da crise do Estado neoliberal objetivando superar a pobreza, através da contribuição dos cidadãos nos processos de ampliação do acesso dos

mais pobres aos benefícios econômicos e bens sócio-culturais já disponíveis, de forma a buscar um novo equilíbrio entre mercado e interesse público.

Segundo a autora o termo está calcado na ideia de estabelecimento de relações de “solidariedade entre pessoas e grupos, e abrange as redes, os bens socioemocionais, os valores afetivos, as instituições e o poder, para produzir benefícios econômicos e bens socioemocionais que levem o bem-estar socioeconômico de um país” (MOTA, 2006, p.4).

Neste artigo, Mota (2006) desvenda as contradições presentes na teoria do capital social advinda do Banco Mundial, da Cepal, de intelectuais como Amartia Sen e Robert Putnam. Mesmo com algumas diferenças entre estas tendências, em geral é possível dizer que caminham na mesma direção, conforme é possível averiguar em:

(...) a teoria do “capital social” defende a ideia de que, na atual conjuntura, o enfrentamento da “questão social” e a superação da “crise do Estado” para o desenvolvimento econômico e social de um país são possíveis se desenvolverem um tipo de comportamento social de cooperação e de confiança entre os indivíduos, as comunidades e as instituições, que se daria através da disseminação de valores de solidariedade, de sentimento de prosperidade e de coesão social, da “cultura cívica”, visando a ampliação das oportunidades de gerar capital, integrando capital financeiro e material com o capital social. (MOTA, 2006, p.5)

A categoria Filantropia apareceu em 7% dos artigos apresentados no ENPESS. Destes, todos apresentaram uma análise conjuntural, sendo que 50% desenvolveram aproximações com o Serviço Social.

A filantropia no Brasil foi regulamentada a partir da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei 8.742/93, em seu capítulo I – Definições e Objetos, artigo 3º, que versa sobre a característica das entidades e organizações que prestam serviços nesta área. Conforme prevê o texto, “considera-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos”.

Sobre uma ótica sócio-histórica, a pesquisa de Siqueira e Costa (2004) retoma o tema da filantropia a partir dos anos de 1930 no Brasil, quando o Estado passou a tratar a questão social como algo público. Até então, os problemas sociais eram de responsabilidade da iniciativa privada, das entidades de cunho filantrópico e de ações religiosas. Com o advento da revolução industrial, muitos foram os fatores que fizeram crescer a pobreza e seus reflexos. Foi quando o Estado, aparelho que se propõe a cuidar do sistema de produção capitalista, passou a se responsabilizar pelo cuidado do social.

Seguindo sua análise histórica, os autores relatam que nos anos de 1980 o Estado brasileiro assumiu um modelo de desenvolvimento econômico embasado nos pressupostos de liberdade do mercado e de autonomia do sistema político e econômico. Novamente a pobreza e suas expressões foram remetidas aos cuidados da caridade privada. Afirmam:

(...) o Estado “chama” as entidades que de longa data tomam a frente no processo de atendimento da demanda assistencial no Brasil, assim, a filantropia passa a compor expressiva da rede de atendimento assistencial no nosso país. De acordo com Sposati (2001), considera-se uma questão de regressividade a permanência da relação entre a assistência social e organização sociais sob a égide da filantropia, reafirmando assim o artigo perfil da assistência social no âmbito da moral privada, e não da responsabilidade pública. (SIQUEIRA E COSTA, 2004, p.2)

A categoria Voluntariado apareceu em 9% dos artigos apresentados nos ENPESS. Todas as pesquisas exploraram esta temática a partir de análises que levaram em conta determinações históricas, sociais, políticas e legais. Os artigos destacam a categoria Voluntariado através dos seguintes eixos analíticos: as motivações do voluntariado, as relações estabelecidas entre Estado, Mercado e Sociedade Civil, solidariedade e Políticas Públicas, Voluntariado na área da Educação e no contexto empresarial.

A pesquisa de Silva e Junior (2006) apresenta um resgate histórico da categoria do voluntariado no Brasil, ganhando destaque nos debates contemporâneos a partir do Terceiro Setor. Este debate ganhou relevância com a Ruth Cardoso (Socióloga e Antropóloga), que coordenou o Programa Comunidade Solidária.

Cunha (2006), em seu artigo, acompanha o debate de Silva e Junior (2006), afirmando que a perspectiva teórica sobre o voluntariado, na grande maioria dos casos, aparece como estratégia de explicação e controle da força de trabalho. A operacionalização de experiências filantrópicas ocorre sob a retórica do aproveitamento do tempo livre, ou seja, do ócio criativo do trabalhador. Para este pesquisador, a discussão sobre o tema propõe a mobilização de uma força de trabalho não remunerada para o desenvolvimento de ações sociais em defesa das causas comunitárias, que podem ocorrer tanto em espaços públicos quanto privados ou do próprio terceiro setor.

O mesmo autor ainda reforça a discussão do voluntariado no contexto das empresas, afirmando que, na trajetória da responsabilidade social, a ajuda filantrópica se mostra como uma maneira de reforçar o compromisso dos trabalhadores com a Companhia. Por sua vez, a empresa se utiliza do voluntariado como uma forma de manipular a subjetividade do trabalhador visando à formação de um novo perfil adequado às necessidades do novo padrão produtivo de trabalho. Sua pesquisa ressalta que:

A propalação em torno dessa retórica assenta-se no princípio de que é um imperativo a todos os membros da sociedade exercer uma parcela de responsabilidade mediante o conjunto de problemas que assolam o país, seja realizando ações em forma de doações, ou desenvolvendo projetos nos diversificados âmbitos da esfera social, ou mesmo doando tempo, trabalho e talento em prol da melhoria das condições de vida das massas empobrecidas. (CUNHA, 2006, p.3)

Neste discurso do trabalho voluntário, Cunha (2006) apresenta a discussão do “tempo livre” e retoma dados elementares sobre as estratégias de exploração e controle da força de trabalho. Para ela, o monitoramento do uso e da distribuição do tempo vem sendo redimensionado na perspectiva de buscar novas estratégias de acumulação e expansão do capital. Cunha utiliza Harvey para defender sua teoria, quando o mesmo salienta que “(...) desse modo, busca incessantemente o domínio do tempo do trabalho, do tempo de vida do trabalhador, visto que este domínio é que propicia “aos capitalistas o poder inicial de se apropriar dos lucros para si” (HARVEY, 1994, p.210 *in* CUNHA, 2006, p.5). Sob esta perspectiva a autora infere que:

O funcionário é impulsionado a participar solidariamente no combate da pobreza, através do estímulo à doação de seu “tempo livre”. Como se pode perceber trata-se de uma clara estratégia do empresariado em converter o “tempo livre” num tempo produtivo para o capital, interpelando o trabalhador a desenvolver no seu “tempo livre” as experiências filantrópicas. (CUNHA, 2006, p.5)

Para além de explorar a força de trabalho, a partir da lógica de trabalho voluntário, o empresário não precisa subtrair do tempo do trabalho as horas utilizadas pelo trabalhador nas experiências filantrópicas. A autora ainda reforça que, além de suscitar o trabalhador a realizar ações sociais, muitas vezes esta circunstância convida o trabalhador a contribuir de forma material ou financeira para concretizar os projetos solidários. Assim,

(...) não seria somente afeto, solidariedade, compaixão, amor ou benevolência que estaria estimulando o trabalhador a assumir a parcela de responsabilidade com as empresas no trato a pobreza, mas, sobretudo, por demonstrar o uso, eficiente do “tempo livre” para dedicação do trabalho voluntário se sobressai, na avaliação empresarial, como indicação de funcionário comprometido. Isto posto, os funcionários acabam aderindo ao voluntariado no intuito de valorizar sua imagem na organização, como um meio de ser reconhecido. Isto é, a dedicação ao trabalho voluntário passa a ser apreendido pelo trabalhador como meio de defesa e permanência no espaço laboral. (CUNHA, 2006 ,p.6)

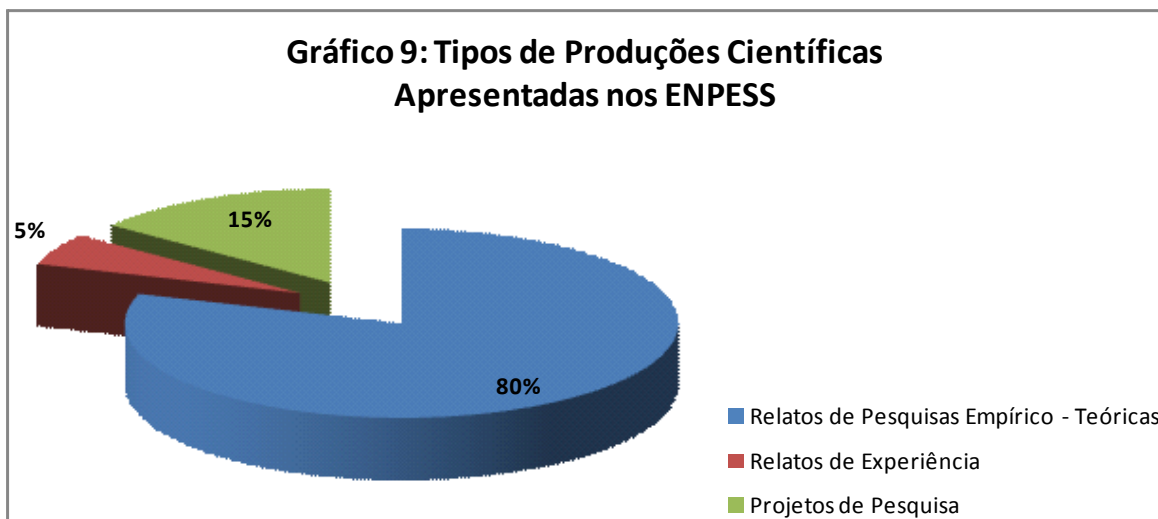
Outro elemento importante a destacar sobre a categoria voluntariado é a crença de que o envolvimento com o trabalho voluntariado pelas empresas agrega valor social à imagem da organização, atraindo bons negócios e investidores. Na pesquisa de Pfeifer

(2006), evidencia-se como o empresariado se utiliza da política de investimento social para agregar no processo de lucratividade e uma estratégia de se firmar no contexto acirrado da concorrência mercadológica. Partindo desta lógica, o discurso solidário, ético e comprometido com a sociedade aprofunda as condições de subalternização e exploração da classe trabalhadora.

Dando continuidade à análise dos artigos apresentados nos ENPESS, buscou-se acompanhar de que maneira os pesquisadores referendaram suas reflexões teórico-metodológicas. As referências teóricas mais utilizadas abordam autores clássicos como Marx e no eixo da tradição marxista: Marx (1974, 1982, 1983, 1988,1989), Gramsci (1999, 2000, 2001, 2002), Hobawm (1997), Hudson (1999), Harvey (1994, 1999), Coutinho(1997, 2006), Antunes(1995,1999,2000), Doimo(1995), Semeraro (1999, 2005), Nogueira (2002), Lander (1999), Montanõ (1999, 2002, 2003), Duriguetto (2001). Outras referências mesclam-se a autores denominados pós-marxistas, como Castells (1998, 1999), Bardin(1977, 1979,1997,2004), Gohn (1997,2000,2001), Landim(1993,1998,1999), Scherer-Warren (1993, 1997, 1999), Paoli(2002, 2005), Fleury(1993,1996,1998,2002), Habermas(1989), e Esping-Andersen(1995). Vale destacar a presença, mesmo que irrisória, de autores pós-mordermos como Edgar Morin (1997, 1998, 1999, 2000). Já os autores da área do Serviço Social mais utilizados pelos pesquisadores foram: Mota (1995, 1998, 2000,2002), Serra (1995, 2000, 2002,2003), Yasbek (1995, 2001, 2002), Bravo (2000), Montanõ (1999, 2002, 2003), Sposati (1989, 2000, 2001), Iamamoto (1982, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002,2003), Faleiros (1980, 1997,2001), Kameyama (2000), Rico (1998,1999), Behring (2003,2004), Netto (1992, 1993, 1994, 2004), Raichelis (1998) e Pereira (2003, 2004). De maneira geral, as pesquisas estão pautadas no materialismo crítico dialético demonstrando esta referência na formação dos Assistentes Sociais. O tema é balizado por uma reflexão pautada na totalidade.

No que diz respeito à forma de apresentação dos artigos, 90,91% dos pesquisadores apresentaram o texto a partir de uma reflexão teórica, indicando o caminho utilizado para realizar a pesquisa. Dando sequência a esta análise, foi possível encontrar 5,45% que apresentaram apenas os procedimentos metodológicos e 3,64% dos pesquisadores apresentaram apenas a reflexão teórica sobre o objeto de estudo.

Sobre o tipo de produções científicas apresentadas nos ENPESS 80% foram relatos de pesquisas empírico-teóricas, 15% apresentaram projetos de pesquisa e 5% expuseram relatos de experiência, conforme pode ser conferido no gráfico abaixo:

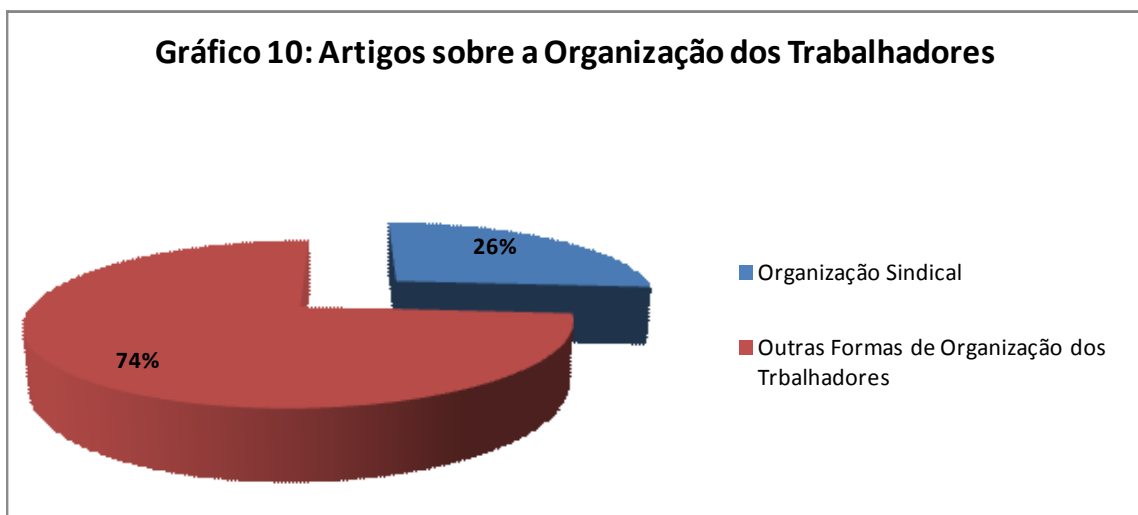


No que se refere às mediações estabelecidas entre o objeto de estudo, o Terceiro Setor e a profissão de Serviço Social, 72,73% não estabeleceram nenhum tipo de aproximação. As aproximações realizadas abordam as preocupações acerca da inserção dos profissionais nestes espaços, na medida em que, embora se constituam em campos de trabalho, torna-se fundamental a análise crítica sobre os limites que se apresentam para a defesa dos valores presentes no projeto ético-político.

Para Guerra (2007), existe uma lacuna nas comunicações e publicações que envolvem as demandas da profissão de Serviço Social, existindo uma fragmentação entre a teoria e a prática. Segundo esta autora, existe um caminho de maturação intelectual e profissional a ser traçado pela profissão, no sentido de recorrer a fontes bibliográficas originais, de contato com publicações externas e internas ao Serviço Social e de uma busca de compreender a gênese, o desenvolvimento das articulações e mediações entre o objeto de estudo e a prática profissional.

Seção IV - Organização dos Trabalhadores e Expressões Sindicais

Ao apreciar os artigos apresentados nos ENPESS, levantou-se o total de 40 textos que abordavam as categorias Organização dos Trabalhadores e Expressões Sindicais. Deste universo, dois textos, apesar de constar os títulos nos sumários dos ANAIS, não foram disponibilizados para leitura. Dentre os demais, 26% abordam as formas de organização sindical e 74% discutem outras formas de organização dos trabalhadores, conforme dados apresentados no gráfico abaixo:



Dentre os artigos analisados, foi possível perceber quais expressões organizativas da sociedade civil se destacaram no contexto das reflexões dos pesquisadores neste cenário. A discussão do cooperativismo despontou com 18%. Em seguida, a reflexão dos trabalhadores como sujeitos políticos ficou com 11% nos artigos analisados. As formas de organização do Sindicato, a reestruturação produtiva, gênero e economia solidária foram encontradas em 8% dos artigos pesquisados. Os temas crise do sindicalismo, trajetória histórica dos sindicatos, formas de organização dos trabalhadores rurais, desempregados em condições de vulnerabilidade social e catadores de lixo aparecem em 5% das pesquisas analisadas. Finalmente, os temas sindicalismo rural, sindicatos dos assalariados urbanos, movimento sindical da saúde, produção pesqueira, educadores de creches, trabalhadores caboclos, associativismo e auto-organização de uma comunidade alternativa, mostram-se em 3% dos textos, conforme apresenta a tabela abaixo.



Para subsidiar a análise deste eixo, buscou-se algumas reflexões teóricas como suporte, tendo em vista a vasta produção sobre o tema. Antunes (1995) afirma que entre os anos de 1970 e 1980 ocorreram nos países de capitalismo avançado profundas transformações no mundo do trabalho, tanto nas suas formas de inserção na estrutura produtiva quanto nas formas de representação sindical e política. Os anos de 1980, especificamente, foram o grande marco do salto tecnológico, da automação e da robótica, os quais embrenharam-se no contexto das fábricas, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção de capital. (ANTUNES, 1995)

O modo de organização do trabalho pautado no fordismo e no taylorismo foi sendo substituído pela acumulação flexível, com graves desdobramentos sobre os direitos e conquistas históricas, bem como sobre os institutos de representação coletiva. Nesse contexto, os sindicatos foram duramente atingidos, exercendo uma prática de complexa execução. Abdicaram do sindicalismo de classe desenvolvido nos anos de 1960 e 1970, conformando-se com práticas acríticas de participação e de negociação, as quais, em geral, aceitam a ordem do capital e do mercado, cedendo às perspectivas emancipatórias. Neste sentido Antunes assevera que

(...) os sindicatos – e também os partidos – operam um intenso caminho de institucionalização e de crescente distanciamento dos movimentos autônomos de classe. Esquecem a luta pelo controle social da produção, tão intensa nos anos 60/70, e subordinam-se à ação pela participação dentro da ordem. Tramam sua ação dentro dos valores fornecidos pela sociabilidade do mercado e do capital. (1995, p.73)

Observa-se uma redução da classe operária industrial tradicional. Em contrapartida, efetivou-se uma significativa terceirização do trabalho, uma ampliação do

assalariamento no setor de serviços, bem como uma heterogeneização considerável do trabalho, expressa por meio da crescente incorporação do contingente feminino no mundo do trabalho. Em suma, houve uma diminuição do operariado industrial tradicional e o aumento da classe-que-vive-do-seu-trabalho.

Com um quadro tão abrangente e complexo, em meio a tantas mudanças, o sindicalismo não poderia permanecer imune a estas tendências. Dentre as principais mudanças, pode-se destacar: diminuição das taxas de sindicalização, entre os anos de 1980 e 1990, nos EUA, Japão, França, Itália, Alemanha, Holanda, Suíça, Reino Unido, entre outros países (Visser, 1993; Antunes, 1995; e Freeman, 1986 *in* ANTUNES, 1995, p. 78)

Antunes (1995) também afirma que o Brasil, por sua vez, viveu na década de 1980 momentos particularmente positivos. Houve um enorme movimento grevista; ocorreu uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços; deu-se continuidade ao avanço do sindicalismo rural, em ascensão desde os anos 1970; houve o nascimento das centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983; procurou-se, mesmo que de maneira insuficiente, avançar nas tentativas de organização nos locais de trabalho, debilidade crônica do nosso movimento sindical; efetivou-se um avanço na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado; verificou-se um aumento no número de sindicatos, em que se sobressai a presença organizacional dos funcionários públicos; e houve aumento nos níveis de sindicalização, configurando-se um quadro nitidamente favorável para o novo sindicalismo (ANTUNES, 1991; BOITO, 1991 e RODRIGUES, 1991 *in* ANTUNES, 1995, p.80). Porém, paralelamente a este processo, acentuam-se as tendências econômicas, políticas e ideológicas que inseriram o sindicalismo na onda regressiva.

No que tange às reflexões sobre o sindicalismo, apresentadas nas pesquisas analisadas, vários elementos foram observados como significativos para este debate, entre eles: qualificação e organização contemporânea dos trabalhadores, a fábrica como espaço politização, dados históricos que contribuíram para os rumos do movimento sindical no Brasil, o papel da mulher no movimento sindical e espaços políticos urbanos e rurais.

Amaral (2006) discute a qualificação dos trabalhadores, dentre as inúmeras estratégias implementadas para dar respostas à crise capitalista nos países periféricos. A qualificação profissional surge como uma temática que se propõe a renovar o debate sobre a crise de acumulação e seus enfrentamentos. Tal estratégia tem como propósito viabilizar

o aumento da produtividade e competitividade do capital, bem como se apresenta como uma proposta para o quadro de desemprego crescente.

Foi neste contexto que a sociedade civil foi chamada para contribuir em favor da elevação da escolaridade dos brasileiros, e em sua maior qualificação, para participar dos processos de crescimento e de inovação das empresas brasileiras, as quais, com a força de trabalho qualificada, teriam plenas condições de competir com empresas de países centrais. Neste processo a massificação dos processos de qualificação profissional e sua funcionalidade para a retomada do crescimento econômico é realizada com a mediação do Estado.

Na verdade, o argumento ideológico utilizado serve para construir as bases de uma hegemonia dominante pela via da dissolução dos antagonismos classistas e da mobilização de interesses em torno de um projeto que, embora historicamente reivindicado pelo trabalho, é transformado em necessidades do capital para responder suas exigências e incorporado pelos trabalhadores como possibilidade de acesso aos processos educacionais que, ao longo dos anos, lhe haviam sido negados pelas classes dominantes. O artigo de Amaral (2006, p.3) indica que

(...) as iniciativas de qualificação profissional passam a integrar a agenda de organismos internacionais; converte-se em objeto de ação política do Estado, dos empresários e dos sindicalistas. Tais iniciativas são identificadas como instrumentos do progresso e como parte da necessidade de reverter a crise de acumulação do capital.

O discurso embasado nas ideias de progresso, empregabilidade, empreendedorismo e cidadania perpassam pelos argumentos de que a alternativa para o desemprego é o investimento na qualificação profissional. Atribuir a desqualificação do trabalhador como resposta ao desemprego é uma estratégia de minimizar ou ausentar o capital de seus pressupostos e intervenções ardilosas. Corroborando:

A qualificação dos trabalhadores constitui-se em uma estratégia amplamente empregada pelas agências multilaterais de financiamento, pelo empresário, pelo Estado e pelos trabalhadores, representados nas suas centrais sindicais, como possibilidade de construção de hegemonia. Com o discurso de que a sociedade do conhecimento se constitui na chave do desenvolvimento e do progresso, a necessidade de qualificação foi difundida para toda a sociedade; por sua vez, e dadas as características da sociedade brasileira, tal questão foi apreendida e tratada pelos trabalhadores como acesso à educação, numa perspectiva mais ampla, vinculada supostamente ao exercício da cidadania. (AMARAL, 2006, p.3)

A qualificação profissional torna-se objeto de necessidades tanto do capital como do trabalho, torna-se um fetiche na sociedade, posto que é identificada como mecanismo de inclusão, de mobilidade social, de autonomia, enfim de conquista de cidadania.

Francisco (2006, p.1), por sua vez, traz para o debate a Comissão de Fábrica como forma de organização contemporânea dos trabalhadores, uma vez que este espaço é um resultado da reestruturação do trabalho, onde a organização da produção resulta da convivência diária de diversas empresas, com políticas e culturas gerenciais diferenciadas, porém seguindo as determinações da empresa matriz. Segundo ele,

O cotidiano fabril daqueles que representam os interesses dos trabalhadores dentro da fábrica é marcado por situações de constante enfrentamento, onde as soluções encontradas localizam-se num leque de possibilidades que vai de uma finalização pacífica para a resolução de problemas a uma solução forjada a partir de um conflito aberto. Esse leque de possibilidades é determinado, entre outras coisas: pela posição política conjuntural dos membros da comissão da fábrica; pelo contexto da empresa e a sua situação no mercado; pelo clima das relações com o diretor de base e com a executiva do sindicato; e, até, pela situação da empresa-mãe no mercado mundial. Sem contar com os condicionantes colocados pela conjuntura econômica e política do país e a forma como esta se expressa na região.

O artigo de Francisco (2006) demonstra como a ação política dos trabalhadores está condicionada por diversos elementos externos e internos à ação sindical e à corporação empresarial, assim como, por elementos internos, à própria organização dos trabalhadores no âmbito da fábrica. No entanto, ainda que tais condições possam dificultar, não impossibilitam o desenvolvimento de diferentes formas de organização dos trabalhadores no local de trabalho. Diante da fragmentação dos trabalhadores e das dificuldades de organização sindical, o pesquisador procurou demonstrar o processo e as possibilidades de organização dos trabalhadores, tanto com consentimento como diante das resistências e conflitos vivenciados no cotidiano do contexto fabril. Destaca o papel desempenhado pela comissão de fábrica enquanto sujeito político, que se forma no interior das relações sociais que envolvem trabalhadores, gerências, sindicatos e corporação empresarial. A pesquisadora aponta “a fábrica como um território da política e que só pode existir quando as diferenças de interesses são publicizadas e enfrentadas por todos os sujeitos envolvidos” (FRANCISCO, 2006, p.2).

O artigo de Batistoni (2006) apresenta reflexões sobre os dilemas vivenciados pela organização sindical entre os anos de 1964 e 1986, período em que foi marcada pela reinserção de uma nova classe operária, tematizando as oposições sindicais contra a estrutura do sindicalismo. A autora se propôs desvelar a gênese, o significado, o ideário e

a prática da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, entre os anos de 1967 e 1987. Retomou dados históricos que afirmou esta oposição como um programa de defesa de um sindicalismo livre, democrático e de massa e pela auto-organização dos trabalhadores nas fábricas, através de grupos e comissões, orientada pela perspectiva de uma independência política e ideológica dos organismos operários. O artigo procurou resgatar as ações que buscavam integrar o sindicato e outros organismos de resistência operárias na perspectiva de lutas de classe. Sendo assim

atuando dentro da estrutura sindical subordinada ao Estado e fora, a partir da fábrica, com uma prática classista direcionada para a construção de um sindicalismo de massa e democraticamente organizado a partir da base, configurou-se para a oposição um dilema entre a fábrica e o sindicato. (BATISTONI, 2006, p.3).

Nesse sentido, a pesquisadora destacou o significado das eleições sindicais na base metalúrgica de São Paulo, reveladoras da acirrada disputa político-ideológica entre os vários agrupamentos, sinalizando táticas e estratégicas, limites e possibilidades, por fim, as tendências que se consolidaram em conquistas e derrotas, redefinindo os rumos do movimento sindical no Brasil.

A pesquisa de Silva (2006), por sua vez, enfoca a discussão da participação da mulher nos movimentos sindicais, a expressão da categoria gênero e os impactos ocorridos no contexto da organização trabalhista. Sinaliza que as mulheres sempre estiveram presentes no mundo do trabalho, porém em cada sistema produtivo – feudal, escravista e capitalista – veio exercendo atividades desgastantes, insalubres e submetida à condição de exploração. Tal condição permanece, mesmo com os avanços estabelecidos na legislação que protege o trabalho das mulheres e das crianças. A visibilidade do trabalho feminino emerge na medida em que sua capacidade de reivindicação e mobilização se fortalece.

Segundo a pesquisa, no Brasil, a participação significativa das mulheres no mercado de trabalho ganhou visibilidade a partir dos anos de 1970, concomitantemente com o crescimento dos movimentos sociais, em especial com o Movimento Feminista nos países ocidentais. Destaca também que as mudanças das relações das trabalhadoras com os sindicatos se devem igualmente ao fator da renovação e combatividade do movimento sindical no final dos anos 1970, coincidindo com a abertura do regime e a anistia política. Porém, mesmo aderindo ao movimento sindical, a condição da mulher no mercado de trabalho pouco se modificou. Segundo a pesquisa de Silva,

A ampliação das pautas e a incorporação das demandas de gênero se deu numa conjuntura de intensa mobilização dos movimentos sociais no cenário político brasileiro. Porém no final dos anos 1990, o impulso da organização sofre a solução de continuidade. Avança o processo de reestruturação produtiva e reforma do Estado, com a crescente desresponsabilização das políticas voltadas para o atendimento das necessidades da classe trabalhadora. As demandas são cada vez menos atendidas e algumas vezes há o descumprimento de acordos firmados nas pautas das negociações. Há um recuo do movimento sindical para uma posição defensiva, face o desemprego desregulamentação do trabalho. (SILVA, 2006, p4)

Já o artigo de Alves da Silva (2006) analisa a reforma agrária como estratégia política do sindicalismo rural e o foco da agricultura familiar. A pesquisa indica que a defesa da reforma agrária tem sido uma constante no debate do sindicalismo rural e não pode ficar à margem de qualquer análise sobre o tema pela importância e centralidade que a questão tem na história de luta do movimento de trabalhadores rurais. Destaca que neste contexto existe uma diversidade de trabalhadores que compõem o universo deste sindicalismo, entre eles: trabalhadores assalariados permanentes e temporários, pequenos proprietários, parceiros, rendeiros e posseiros. Os dados apresentados sobre as demandas advindas do sindicato são os mais diversos, abrangendo questões salariais, direito ao emprego, fiscalização de tarefas, carteira assinada e distribuição de terra para o sustento da família durante a entressafra.

Outros temas abordados referem-se à redução da renda da terra, democratização do crédito agrícola e preços justos pelos produtos, assessoria técnica e ajuda ao escoamento dos seus produtos. A pesquisa aborda ainda a fase de letargia que o movimento sindical vem passando, impõe a redefinição de estratégias políticas para o enfrentamento de um novo cenário construído a partir da reestruturação produtiva. O meio rural brasileiro não é exceção, pois nele os novos desafios se impõem e somam-se à necessidade de resolução de antigas mazelas.

O artigo de Eleutério reforça a ideia da luta sindical pela terra ao afirmar que

a terra se apresenta como alternativa para a falta de trabalho e fonte de subsistência; terra significa possibilidade de uma vida melhor e mais digna para os trabalhadores e suas famílias que delam vivem. Entretanto, suas reivindicações não têm articulação com as reivindicações coletivas e movimentos sociais mais amplos da cidade. (2006, p. 4)

O texto que descreve que o modo de vida dos trabalhadores caboclos vem na direção de discutir as tecnologias criadas para a promoção do autoconsumo e da sustentabilidade, protagonizadas pelas famílias que vivem no campo como forma de

resistência à conservação do sistema. Seriam estratégias micro-políticas de se manter no espaço agrário, vivências resultantes da consolidação dos assentamentos e das reformas agrárias.

Outro eixo de discussão presente nas pesquisas é a temática dos sindicatos de trabalhadores assalariados urbanos. As novas exigências para proteção do trabalho são oriundas do processo de precarização das relações no trabalho, que provoca miséria, desemprego e violência. Neste sentido Secon (2004) afirma que o sindicato exige ações estatais e dos empregadores para conciliar as necessidades dos trabalhadores dentro das necessidades do capital. A exemplo, a pesquisadora aponta:

(...) ainda na lógica da remuneração do trabalhador, o Estado estabelece os pisos salariais e o salário mínimo sobre o qual delimita o valor máximo de reajuste, além de estabelecê-lo com a argumentação de ser suficiente para satisfazer as necessidades mínimas para a reprodução do trabalhador. Todavia, com o aumento da desigualdade derivada da apropriação privada da riqueza social aumentou o desemprego e a miséria. O Estado, na busca de um consenso entre as classes sociais, procura atender a essas expressões da questão social, através das políticas sociais que, não tem potencial nem intencionalidade de se constituir como atendimento total das reivindicações dos trabalhadores.

De acordo com Secon (2004), essa situação se coloca porque a relação entre trabalhadores, representados pelos sindicatos e capitalistas se formaliza pela existência de um contrato de trabalho, que é definido pela sociedade capitalista. Diante do exposto, a contextualização legal das reivindicações dos sindicatos de trabalhadores assalariados urbanos é determinada pelo Estado e pelo capital, porém os sindicatos não se eximem à responsabilidade de se constituir como corresponsáveis por seus limites.

A discussão referente às formas de organização dos trabalhadores foi evidenciada, a partir da análise dos artigos por temas diversificados. Os que tornaram-se mais evidentes foram: cooperativas, economia solidária, produção pesqueira e catadores de lixo, os quais serão arrolados no texto a seguir. Cabe dizer que as pesquisas também apresentaram temas como: educadores de creche, trabalhadores caboclos, associativismo, vulnerabilidade social dos trabalhadores e políticas públicas.

O Cooperativismo esteve presente em 6,84% dos artigos analisados, os quais estabeleceram uma análise conjuntural do processo. De acordo com dados da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), na última década, houve uma evolução significativa de cooperativas de trabalhadores. Esta evolução está relacionada ao avanço das propostas neoliberais no Brasil, principalmente entre os anos de 1996 e 2002.

As revoluções tecnológicas e científicas ocorridas no mundo do trabalho a partir do século XX transformaram de forma significativa as formas de ser do trabalho e do trabalhador. Com o desenvolvimento capitalista, efetivaram-se os processos que implicam em desemprego e é aí que a cooperativa aparece como uma alternativa de renda para as pessoas. As cooperativas de trabalho são aquelas que produzem bens e serviços. Os trabalhadores são ao mesmo tempo proprietários e força de trabalho.

Souza (2006) retoma dados históricos referentes ao cooperativismo de produção, o qual surgiu na Grã-Bretanha. Segundo o autor, as cooperativas, em seu surgimento, representavam aos trabalhadores reais possibilidades de recuperação do trabalho e da autonomia econômica, com o aproveitamento das novas forças produtivas. As formas de organização obedeciam aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizado na ideologia socialista. Souza resgata também o entendimento de Singer (2000) em seu artigo, o qual fundamenta o cooperativismo a partir da autogestão. Esta categoria é integrada pelas cooperativas baseadas na solidariedade sem no entanto confundir-se com aquelas que empregam assalariados. O sistema pode envolver várias formas de produção e de trabalho. Aparece historicamente junto com o capitalismo, mas se propõe a superá-lo.

A análise do pesquisador indica que o cooperativismo originário das ideias utópicas funciona como um instrumento de organização e produção autônoma dos trabalhadores. Seu suporte político-ideológico é o de superação da subordinação do trabalho ao contrato, pela iniciativa produtivo-gerencial autônoma de seus participantes, desenvolvendo a capacidade de encontrar e de construir alternativas à escassez de emprego.

O autor afirma também que a reestruturação do capitalismo exige novas dinâmicas na relação social entre capital e trabalho, as quais por sua vez demandam novas relações de organização e utilização de força de trabalho que superem as formas tradicionais de assalariamento. O resultado dessas mudanças é a criação de diversas cooperativas de trabalho que vão subsidiar as teias de produtividade do capital. As cooperativas têm um apelo ideológico peculiar que lhes garante relativa inserção no discurso das alternativas de combate ao desemprego, recentemente denominado Economia Solidária. Cabe a reflexão do modo como elas vêm funcionando e servindo aos interesses de produção e reprodução do capital na atual estrutura da sociedade.

Para o pesquisador, a transformação nos processos de produção não elimina a jornada de trabalho combinada, o que significa dizer que a cooperação permanece como

forma básica do modo de produção capitalista. A cooperação é atualizada pela flexibilização dos processos de produção determinantes do complexo de reestruturação produtiva. A desconcentração produtiva mantém, na unidade produtiva central, uma dinâmica parcial e alimenta as máquinas de trabalho vivo realizado externamente à fábrica.

O autor afirma que a flexibilidade do processo de trabalho combinado possibilita a produção de mercadorias que são produtos finais de várias jornadas de trabalho combinadas, realizadas a partir de diversas modalidades de trabalho, nos quais pode-se destacar a cooperativa. Muitas empresas buscam terceirizar parte da sua produção, subsidiando a criação de cooperativas de trabalho, para que desenvolvam atividades de partes da sua cadeia produtiva, de modo articulado e exclusivo. A exploração da força de trabalho, realizada por esta modalidade dissimulada de trabalho autônomo, desloca o debate central das formas de exploração da mais-valia, para um debate truncado entre o aquecimento econômico, a flexibilização e a redução do desemprego.

A terceirização e a subcontratação são utilizadas sob ímpeto do trabalho autônomo, para levar a organização do trabalho a limites mais elásticos, porque os trabalhadores são submetidos a um regime de autoexploração sob o ideal do trabalho autônomo. Combinada esta questão ao debate das cooperativas, assume contornos ainda mais mistificadores. Os trabalhadores das cooperativas pensam trabalhar por conta própria, mas exploram a si mesmos e a outros trabalhadores, que trabalham juntos sob o comando do capital.

A pesquisa sobre Economia Solidária enfoca o tema como uma alternativa no mundo do trabalho. Oliveira (2004) sustenta que a economia social é aquela em que os agentes econômicos não se separam de suas identidades, nem de sua história e nem de sua cultura. Define Economia Solidária como

(...) espaço de ação constituído não por indivíduos utilitaristas buscando vantagens materiais, mas por indivíduos, famílias, comunidades e coletividades de diversos tipos que se movem dentro de instituições declaradas pela prática ou construídas por regras voluntárias, que atuam realizando transações que se localizam entre a utilidade material e os valores de solidariedade e cooperação, limitando (não necessariamente) a concorrência (2003 *in* OLIVEIRA, 2004, p.6)

No que se refere à produção pesqueira da Amazônia, a pesquisa apresenta os empreendimentos solidários nas comunidades ribeirinhas, abordando a participação dos pescadores na perspectiva de melhorar as condições de vida das famílias.

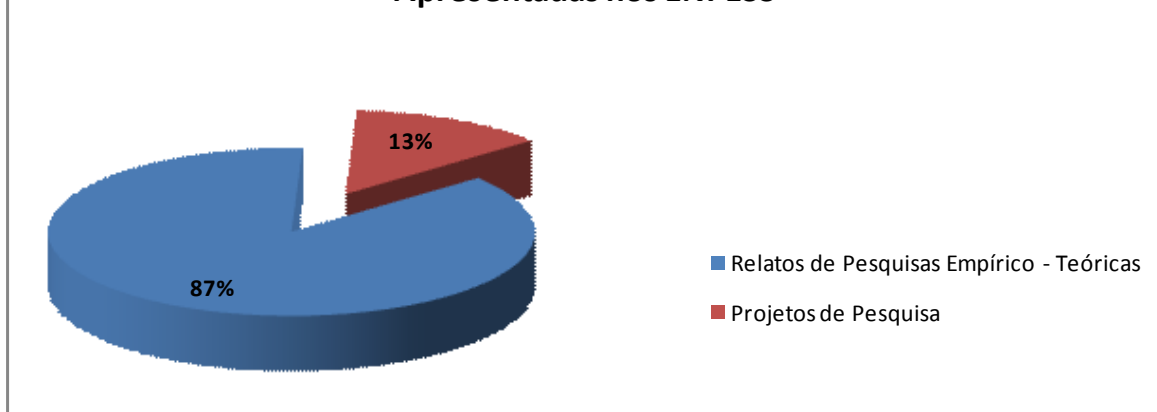
Outra pesquisa apresentada neste eixo de pesquisas refere-se à organização dos Catadores de Lixo e sua inserção no circuito de reciclagem como estratégia para superar o desemprego e obter renda para garantir a sobrevivência. A pesquisa aborda a forma particular de trabalho sem vínculo empregatício, enquanto a mão-de-obra excluída do mercado informal recria o trabalho com o lixo a sua identidade de trabalhador. Aponta que este segmento de trabalhadores, apesar de não estar inserido no mercado formal da economia, contribui de forma decisiva para o processo produtivo da indústria da reciclagem. Indica ainda como os processos afetam o processo de precarização do trabalho, desencadeado pela nova forma de acumulação do capital a qual afeta, ao mesmo tempo, a organização do trabalho e as relações sociais estabelecidas dentro e fora do mundo do trabalho.

Seguindo os objetivos da presente pesquisa, identificou-se que boa parte dos artigos fundamentam-se teoricamente a partir dos pensamentos de Marx e Engels e de outros pensadores no eixo da tradição marxista com destaque para Marx (1980, 1984, 1985), Gramsci (1976,1999) Hobsbawn (1999, 2000), Harvey (1992,1994), Coutinho (1992,2002), Ianni (1994, 1996,2004) e Antunes (1980, 1995, 1999). No campo do Serviço Social, os autores mais citados foram Netto (1995, 1996, 2003), Mota (1995, 1998, 2002), Montanõ (1999, 2005), Yamamoto (1998, 2000, 2001) e Martinelli(1999,2001).

Boa parte dos artigos apresentados neste eixo foi elaborada a partir de uma perspectiva crítico-analítica, indicando a fundamentação teórica, os procedimentos metodológicos e os resultados da pesquisa.

No que se refere às expressões da produção científica deste eixo 87% foram destinadas aos relatos de pesquisa empírico-teórica em contrapartida de 13% de relatos de pesquisa como: Iniciação Científica, dissertações e teses.

Gráfico 12: Tipos de Produções Científicas Apresentadas nos ENPESS



Sobre os tipos de pesquisas sinalizados, a Pesquisa Bibliográfica desponta com 22,45% e na sequência aparece a Pesquisa Documental, com 12,24%. A Pesquisa de Campo e o Estudo de Caso foram referendados com 4,08%. Sobre os tipos de pesquisa utilizados ainda se encontrou o Estudo Exploratório, com 2,04%. Os instrumentos de coleta de dados mais utilizados são as entrevistas, com 28,57%; observação participante e questionário, com 6,12%; e a realização de reuniões e registros fotográficos, com 2,04%.

No que tange às mediações realizadas entre o objeto de estudo e o Serviço Social, 76% não desenvolveram nenhuma aproximação à profissão. Mesmo assim, as mediações que foram estabelecidas com a profissão merecem destaque, como segue:

- No que tange ao cooperativismo, o Serviço Social pode atuar enquanto cooperado, como prestador de serviços e como um instrumento de trabalho no desenvolvimento de sua prática. Mesmo que o cooperativismo venha apresentando contornos do capital, ainda pode ser utilizado como espaço de lutas sociais dos trabalhadores no enfrentamento da questão social, vinculado aos processos de construção de alternativas à sociedade capitalista;
- As inovações de gestão do trabalho vêm modificando a visão empresarial sobre a funcionalidade das tradicionais políticas empresariais e, conseqüentemente, sobre a funcionalidade tradicional dos profissionais de Serviço Social para administrar benefícios sociais. Tais mudanças implicam a necessidade de um redimensionamento da ação deste profissional frente às novas demandas empresariais impostas pela reestruturação produtiva, visando à legitimidade da ação profissional no contexto empresarial;

As pesquisas articuladas neste eixo evidenciam a importância das formas coletivas da organização dos trabalhadores e as formas de resistência que podem construir no âmbito das dificuldades provocadas pelas mudanças no mundo do trabalho. Pode-se dizer que o conjunto dos artigos é elaborado a partir de um olhar crítico, trazendo para o centro do debate as formas clássicas de participação da classe trabalhadora, especialmente através dos sindicatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste estudo foi evidenciar o estado da arte sobre o tema da Sociedade Civil a partir das pesquisas apresentadas nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) – entre os anos de 2002 a 2006. Após a organização e seleção do material, foi possível dividir a análise em quatro grandes eixos conforme evidenciado ao longo desta dissertação: Participação Social e Movimentos Sociais; Conselhos de Direitos e Controle Social; Terceiro Setor e Organização dos Trabalhadores e Expressões Sindicais.

No que tange ao primeiro eixo, os artigos que tratam sobre Movimentos Sociais tomam relevo diante das pesquisas que versam sobre a Participação Social. De maneira geral, observou-se que no âmbito das temáticas, participação social e movimentos sociais há discussões sobre o trabalho do Serviço Social no contexto das políticas públicas, em especial nas áreas de saúde, idoso, criança e adolescente gênero, habitação, meio ambiente e educação. No espaço rural e agrário, destacam-se as pesquisas sobre o Movimento dos Sem Terra (MST). Outros temas apresentados versam sobre o orçamento participativo e o processo político-educativo dos movimentos sociais. Temas como adolescentes infratores, violência e saúde mental apresentam a reflexão sobre o protagonismo da sociedade civil em prol da conquista de direitos de cidadania, na esteira dos “novos movimentos sociais”. As pesquisas aparecem fundamentadas principalmente em categorias como participação, democracia, direitos, gestão democrática, cidadania, cultura política, classe social, hegemonia e projeto societário. Cabe ressaltar que, neste eixo, tanto nas reflexões sobre os Movimentos Sociais quanto nas relativas à Participação, surge de maneira direta e indireta o debate sobre a constituição de sujeitos políticos coletivos.

No que se refere às concepções teóricas utilizadas para fundamentar as pesquisas, observou-se uma tendência dos pesquisadores na utilização de autores com influência das perspectivas oriundas do debate sobre a “nova sociedade civil”, especialmente na esteira de Cohen, Arato e Habermas. Pôde-se verificar que, em muitos casos, estas interpretações analíticas aparecem mescladas com algumas categorias advindas do pensamento gramsciano, com destaque para a sociedade civil, o Estado e a hegemonia. O pensamento de Gramsci e também de seus intérpretes, como Coutinho, Nogueira, Simionatto e Semeraro aparecem em boa parte das pesquisas apresentadas nos ENPESS analisados. Observa-se, também que a metade dos pesquisadores utilizou referências teóricas de autores específicos do Serviço

Social para embasar suas reflexões, destacando-se Netto, Iamamoto e Montaño. Um elemento a ser observado é a não utilização de autores latino-americanos, o que, evidentemente, é uma aproximação ainda a ser explorada. Neste eixo, as teorias que servem como referência aparecem apoiadas, mais especificamente, nos pensamentos de Marx e de Gramsci.

No desenrolar das análises dos artigos, percebeu-se que os pesquisadores conseguem estabelecer boas correlações entre o tema a ser abordado e os elementos sócio-históricos, econômicos, políticos e culturais, procedendo a uma análise da totalidade dos processos sociais, a qual é geralmente pautada na tendência marxista dialética, perspectiva fundamental para uma compreensão crítica sociedade. Já em relação às mediações do objeto de estudo com a profissão de Serviço Social, estas ainda se mostram bastante frágeis. Ou seja, as análises macroestruturais aparecem, muitas vezes desconectadas da prática profissional.

No segundo eixo de análise dos artigos apresentados nos ENPESS, a discussão sobre Controle Social se sobressai no debate dos artigos voltados a reflexões sobre Conselhos de Direitos e de Políticas Públicas com destaque para: criança e adolescente, idoso, assistência social, educação e saúde. Outras pesquisas abordaram questões de gênero, orçamento participativo, intersetorialidade das políticas públicas, direitos, processos políticos administrativos, democracia e participação. Na perspectiva de aprofundar o motivo pelos quais determinados eventos destacam-se nas categorias elencadas neste eixo, em detrimento de outros, a reforma do Estado realizada no governo de Fernando Henrique Cardoso, o crescimento das ONGs e das OCIPs e a burocratização das ações provocaram e ainda vêm provocando grande desmotivação da esfera conselhistas. Mesmo assim, no período analisado, fica evidente a relevância desse debate, o qual mostra que 74% dos pesquisadores se propuseram a refletir sobre esta temática. Neste sentido é possível inferir que as formas de controle social das políticas públicas através dos conselhos tiveram um decréscimo após o governo FHC.

Analisando os pressupostos teóricos utilizados pelos pesquisadores para fundamentar seus estudos neste eixo, observou-se que os mesmos utilizaram o referencial de autores do Serviço Social, como Raichelis, Bravo, Iamamoto, Sposati, Netto, Simonatto, Faleiros, Bhering, Boschetti, Yazbek e Duriguetto. Prevaleceu a orientação marxista no debate sobre Estado, sociedade civil, conselhos e controle social com fundamentações pautadas em Gramsci, Ianni, Coutinho e Dagnino. Mas também se fizeram presentes aportes de autores pós-modernos como Boaventura de Souza Santos e Edgar Morin. De maneira geral as reflexões dos artigos estiveram pautadas no materialismo crítico-dialético, demonstrando que a base da formação destes profissionais

baseia-se nos pensadores que balizam suas reflexões na perspectiva de totalidade, abrangendo as múltiplas determinações econômicas, políticas, culturais, ideológicas e sociais.

Sobre as mediações estabelecidas nas pesquisas deste eixo com a profissão, a grande maioria não estabeleceu nenhuma conexão. Porém fica evidente a compreensão e tematização dos pesquisadores ao abordar o processo de funcionamento dos conselhos, as dinâmicas e conflitos presentes nas relações entre Estado e sociedade civil. Também é indiscutível o domínio sobre os instrumentos de controle social, tais como plano, conferência, atas das reuniões. Todos têm clareza do papel político do conselho e projetam este *locus* como uma oportunidade de monitoramento das políticas públicas. No que diz respeito ao controle social, os debates abordam com clareza as possibilidades e os limites da efetivação deste posicionamento frente às demandas sociais na realidade contemporânea.

As expressões da organização da sociedade civil presentes no terceiro eixo surgem a partir da reflexão de elementos históricos, políticos, sociais e culturais apontados pela grande maioria dos pesquisadores. Neste contexto, as pesquisas se reportam aos marcos de 1990 em que, com o processo de reforma do Estado, acentuou-se o crescimento de ações da chamada esfera pública não-estatal. O Estado minimizou seu espaço em função da ampliação do espaço do mercado, como resultado das estratégias neoliberais implementadas a partir desta década. Com o refluxo movimentos sociais classistas, outras organizações da sociedade civil destacam-se especialmente no terreno do livre associativismo, articulado em torno do Terceiro Setor, com destaque para as ONGs.

Uma boa parte dos artigos revelou que as reflexões do Serviço Social sobre o Terceiro Setor são compreendidas como forma de desresponsabilização do Estado e de repasse para a sociedade civil das funções que, originariamente, seriam de responsabilidade da esfera estatal. Para tanto, uma considerável parcela dos artigos se deteve a contextualizar o Terceiro Setor na sua relação direta com a assistência social, com a saúde, entre público e privado, bem como a abertura do mercado de trabalho para os assistentes sociais. Neste eixo destacam-se ainda pesquisas e debates referentes ao meio ambiente, à assistência social, à educação, aos movimentos feministas e à cidadania. As expressões das organizações da sociedade civil também foram percebidas através dos artigos que se referiam a Responsabilidade Social, Voluntariado, Filantropia Empresarial, Solidariedade, Capital Social e OSCIPs, temas abordados a partir de uma análise crítica.

Assim, as reflexões teórico-metodológicas utilizadas pelos pesquisadores para discutir o Terceiro Setor, são buscadas em autores no eixo da tradição marxista com destaque para Marx e Gramsci, e, no Serviço Social, as elaborações de Montanõ e Duriguetto. Autores denominados pós-marxistas também foram utilizados como Gohn, Scherer-Warren, Paoli e pós-modernos como Edgar Morin. De maneira geral, as pesquisas estão pautadas no materialismo crítico-dialético, demonstrando ser este campo teórico, referência hegemônica na formação dos Assistentes Sociais.

No último eixo - Organização dos Trabalhadores e Expressões Sindicais - as pesquisas se detiveram nas seguintes abordagens: formas de organização sindical, trajetória histórica dos sindicatos, crise do sindicalismo, sindicalismo rural e sindicatos dos assalariados urbanos. Estas abordagens remetem ainda a reflexões como: qualificação e organização contemporânea dos trabalhadores, a fábrica como espaço politização, dados históricos que contribuíram para os rumos do movimento sindical no Brasil, o papel da mulher no movimento sindical, espaços políticos urbanos e rurais, a reforma agrária como estratégia política do sindicalismo rural e o foco da agricultura familiar.

Na discussão referente às formas de organização dos trabalhadores, aparecem ainda temas como: cooperativismo, economia solidária, organização dos trabalhadores rurais, produção pesqueira, catadores de lixo, educadores de creches, trabalhadores caboclos e associativismo, vulnerabilidade social dos trabalhadores e políticas públicas. E, finalmente, neste eixo, destacam-se as pesquisas relativas às transformações do mundo do trabalho, à reestruturação produtiva e os impactos na precarização das relações de trabalho, desemprego, direitos trabalhistas e organização coletiva dos trabalhadores. Reflete-se sobre como os processos afetam a precarização do trabalho, desencadeada pela nova forma de acumulação do capital, que afeta, ao mesmo tempo, a organização do trabalho e as relações sociais estabelecidas dentro e fora do mundo do trabalho.

Boa parte dos artigos apresentados neste eixo foi elaborada a partir de uma perspectiva crítico-analítica indicando a fundamentação teórica, os procedimentos metodológicos e os resultados da pesquisa. Identificou-se que a maioria dos artigos fundamenta-se teoricamente a partir dos pensamentos de Marx e Engels e de outros pensadores no eixo da tradição marxista com destaque para Gramsci, Hobsbawm, Harvey, Coutinho, Ianni e Antunes. No campo do Serviço Social, os autores mais citados são Netto, Iamamoto e Mota.

No que tange às mediações realizadas entre o objeto de estudo e o Serviço Social a maioria dos pesquisadores também não estabeleceu aproximação de suas pesquisas com a profissão de Serviço Social. Conforme escreve Yamamoto (2007, p.463).

[...] não se reclama uma regressão a uma perspectiva endógena da profissão, cuja ruptura foi uma das grandes conquistas dos últimos vinte anos. Entretanto a pesquisa sobre as múltiplas determinações, que atribuem a historicidade ao exercício profissional -, e adensam a agenda da formação profissional -, carece de uma relação mais direta com as respostas profissionais, no sentido de qualificá-las nos seus fundamentos históricos, metodológicos, éticos e técnico-operativos. Em outros termos, para decifrar as relações sociais e qualificar o desempenho profissional, são requeridas mediações na análise das particularidades dessa especialização do trabalho, que carecem de visibilidade no universo da produção científica do Serviço Social.

Ao concluir esta dissertação é possível asseverar a partir do quadro brevemente apresentado e do contato com a produção da categoria no período delimitado, o crescimento da pesquisa no Serviço Social em termos qualitativos e quantitativos. O recorte do objeto de estudos em torno do tema Sociedade Civil permitiu compreender que no âmbito da profissão, esta categoria é tematizada de forma crítica distanciando-se da concepção representada pelo Terceiro Setor, pela filantropia e entidades privadas, que no decorrer da última década emergiram como substitutivas do Estado na implementação de políticas sociais de corte neoliberal. Verifica-se, nas pesquisas analisadas, a centralidade no entendimento da sociedade civil como conjunto de relações sociais, espaço de luta de classes e, portanto, de disputa construção da hegemonia. De maneira geral as reflexões dos artigos estiveram pautadas no materialismo crítico-dialético, demonstrando que a base da formação destes profissionais está calcada nos pensadores que balizam suas reflexões em uma perspectiva de totalidade, abrangendo as múltiplas determinações econômicas, políticas, culturais e ideológicas dos processos sociais.

A produção de conhecimentos nesta direção indica a importância da pesquisa para o Serviço Social que a partir de análises pautadas na matriz marxista poderá ampliar a construção de pautas de intervenção cada vez mais críticas, tanto para atender demandas emergentes quanto para identificar demandas futuras e antecipar-se a elas. Foi possível verificar o aprofundamento teórico na discussão dos temas, bem como a leitura de fontes originais e de autores de outras áreas, adensando o debate profissional. Verifica-se, contudo, a necessidade de ampliar as mediações entre os temas de pesquisa e o exercício profissional que ainda necessitam de maior aproximação.

Vale ressaltar, ainda, que a partir da análise da produção apresentada nos ENPESS, evento científico mais expressivo da categoria, que a profissão tem avançado no âmbito da pesquisa e na produção de conhecimentos. Este resultado também está vinculado ao processo de formação profissional, orientado pelas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS, as quais vêm redesenhando os projetos pedagógicos e currículos e, conseqüentemente, contribuindo para a construção de uma estrutura curricular, com propostas de formação crítica e competente, em estreita sintonia com a realidade onde as atividades investigativas são de fundamental importância para a profissão.

Por tudo isso, a investigação é importante para o Serviço social, uma vez que é uma profissão que “não atua apenas sobre a realidade, mas na realidade”. A pesquisa, então, deve firmar-se “como uma dimensão integrante do exercício profissional, visto ser uma condição para se formular respostas capazes de impulsionar a formulação de propostas profissionais que tenham efetividade...” (Iamamoto, 1997, p. 37)

Diante do exposto, alguns desafios são apresentados para a categoria profissional, corroborando com Beto Guedes: “Desse ponto de vista, acreditamos que a história síntese da ação dos homens há de portar as mediações necessárias para desencadear, no conjunto da profissão, a necessidade de alçar novas formas de compreendê-la. Porém se aguardarmos pacientemente, sem interferir no processo, sem nos qualificarmos teórica e praticamente para este momento, sem nos inserirmos nas lutas sociais, correremos o risco de ‘perder’ o trem da história”. (in GUERRA, 2005, p. 206).

Na contemporaneidade, não se pode pensar um profissional somente técnico-operativo, e sim um profissional que suspeita e desconfia da realidade, com perspectiva crítico-investigativa. O Serviço Social, como profissão sócio-histórica, tem em sua natureza a pesquisa como meio de construção de um conhecimento comprometido com as demandas específicas da profissão e com as possibilidades de seu enfrentamento. Daí a necessidade da pesquisa como componente ineliminável do exercício profissional do assistente social. Pesquisar é um exercício sistemático que não tem um fim em si mesmo, mas permite conhecer a realidade e instrumentalizar o profissional a desenvolver ações profissionais voltadas à transformação da realidade .

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. Revista Serviço Social e Sociedade n.50, ano XVIII, abr. 1996, p.143-171.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Desafios do Projeto Profissional de ruptura com o conservadorismo. Revista Serviço Social e Sociedade n.91, ano XXVIII, set. 2007, p.34-48.

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. Revista Serviço Social e Sociedade n. 79, ano XXIV, set. 2004, p. 43-81.

ABREU, Marina Maciel. A questão pedagógica e a hegemonia das classes subalternas- aportes da análise gramsciana. Revista Serviço Social e Sociedade n., ano 2004, p. 61-74.

ACANDA, Jorge Luis. Sociedade Civil e Hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ALCHORNE, Sinderly C. De A. Os Conselhos e a Participação: o Conselho Municipal de Assistência Social de Maricá. VIII Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Juiz de Fora (MG), 2002, p.1- 8.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. Revista Serviço Social e Sociedade n.52, ano XVIII, dez. 1996, p. 24-47.

ALVAREZ, Marcos César. Controle Social – Notas de uma polêmica. São Paulo, perspectiva, v.18, n.1, jan-mar, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 28/02/2009.

AMARAL, Ângela Santana do. Cosntrução de Hegemonia e Reformas Capitalistas nos anos 90: a formação dos trabalhadores no embate de projetos classistas. X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 6.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. O Serviço Social no campo do Trabalho e o Discurso da Responsabilidade Social. X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 8.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. Trabalho Alienado e Responsabilidade Social. IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1-9.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e metamorfose do mundo do trabalho. Revista Serviço Social e Sociedade n.50, ano XVIII, abr. 1996, p. 78-86.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do Trabalho. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo. Boitempo, 1999.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PRÓ-FEDERAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS (ANAS). O Serviço Social nas relações sociais: movimentos populares e alternativas de políticas sociais. São Paulo: Cortez: ANAS, 1987

AZEVEDO, Adriana Fonseca de e SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Projeto ético político, necessidades e direitos sociais. Revista Serviço Social e Sociedade n.92, ano XXVIII, nov. 2007, p. 85-96.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. Revista Serviço Social e Sociedade n. 79, ano XXIV, set. 2004, p. 27-42.

BATISTONI, Maria Rosângela. Entre a Fábrica e o Sindicato: os dilemas da oposição sindical metalúrgica de São Paulo (1964 – 1986). X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 10.

BAVA, Silvio Caccia. Sobre o futuro da cidade de São Paulo: descentralização e participação: subprefeituras e conselhos de representantes. Revista Serviço Social e Sociedade n.66, ano XXII, jul. 2001, p. 109-126.

BEHRING, Elaine Rosetti. Política social no capitalismo tardio. 2 edição. São Paulo: Cortez, 2002.

BERETTA, Regina Célia de Souza e MARTINS, Lilia C. O. Estado, municipalização e gestão social. Revista Serviço Social e Sociedade n.77, ano XXIV, abr. 2004, p. 63-77.

BERING, Elaine Rosetti. Contra-reforma do Estado, Seguridade Social e o lugar da filantropia. Revista Serviço Social e Sociedade n.73, ano XXIV, mar. 2003, p.1010-119.

BIDARRA, Zelimar Soares. Conselhos Gestores de políticas públicas: uma reflexão sobre os desafios para o aconstrução dos espaços públicos. Revista Serviço Social e Sociedade n.88, ano XXVI, nov. 2006, p. 41-58.

BRANDT, Daniele Batista e BERING, Elaine Rossetti. A Greve Estudantil de 1982 na UERJ e sua Contribuição par a Contrução do Projeto Ético-olítico Profissional Hegemônico. IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1- 9.

BRUCE, Karin Brandão. O processo de participação dos Movimentos Sociais no interior do Orçamento Participativo de Cariacica(ES). X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 8.

CABRAL, Eloisa Helena de Souza. Espaço público e controle para a gestão social no Terceiro Setor. Revista Serviço Social e Sociedade n.86, ano XXVII, jul. 2006, p. 30-55.

CAMPELO, Maria Helena G., CARVALHO, Denise Bontempo B. De. Conselhos Tutelares e Organziações Não Governamentais na Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes. VIII Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Juiz de Fora (MG), 2002, p.1- 8.

CARRANZA, Iñigo Pedrueza. Sociedade Civil: novas liberdades ou novos controles sociais? – o seu papel comparados nos processos de construção regional, Mercosul e União Européia. Dissertação de Mestrado de Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

CARVALHO, Lucilia. O Uso do Fundo Público em Organizações sem fins Lucrativos: experiência da Zona Oeste conveniadas com a Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro. X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 7.

CASTRO, Alba Tereza Barroso de. Espaço Público e Cidadania: uma introdução ao pensamento de Hannah Arendt. Revista Serviço Social e Sociedade n.59, ano XX, mar. 1999, p. 9-23.

CASTRO, Alba Tereza Barroso de. Os Conselhos na Construção da Esfera Pública de Assistência Social. IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1- 8

COELHO, Simone de Castro Tavares. Terceiros Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 2002.

COHEN, J.; ARATO A. sociedade civil e teoria política *in* AVRITZER L. (org). Sociedade Civil e democratização. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto CFESS-CRESS. Revista Serviço Social e Sociedade n.50, ano XVIII, abr. 1996, p. 172-190.

CORREIA, Maria Valéria da Costa. A Relação Estado/Sociedade e o Controle Social: fundamentos para o debate. Revista Serviço Social e Sociedade n.77, ano XXIV, abr. 2004, p.148-176.

COSTA, Dorival da. Conselhos Tutelares no Paraná: variáveis sócio-econômicas e culturais, formação profissional e composição democrática. IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1- 8

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CUNHA, Núbia Maria Dias da. Filantropia Empresarial: uma nova modalidade de controle social? VIII Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Juiz de Fora (MG), 2002, p.1- 6.

CUNHA, Núbia Maria Dias da. O Trabalho Voluntário na Órbita da Responsabilidade Social Empresarial: estratégia de exploração e controle da força de trabalho. X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 8.

DAL MORO, Maristela. A Reforma Agrária como uma Possibilidade de Inclusão Social e a Luta do MST. VIII Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Juiz de Fora (MG), 2002, p.1- 8.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Pesquisa empírica em ciências humanas. São Paulo. Editora Futura, 2001.

DURIGUETTO, Maria Lucia. Sociedade civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos. Revista Serviço Social e Sociedade n. 81, março. São Paulo: Cortez Editora, 2005, p.82-101.

- ECO, Humberto. Como se faz uma tese. 12 ed. São Paulo. Editora Perespectiva, 1995.
- ELEUTÉRIO, Adriana Paula da S., SILVA, Zélia Maria P.da. Aliança e Oposição: relações entre trabalhadores rurais e o MST. VIII Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Juiz de Fora (MG), 2002, p.1- 10.
- ELEUTÉRIO, Adriana Paula da Silva. Trabalhadores Rurais em luta pela terra: construindo o seu processo organizativo. IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1-4.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Justiça Social: uma relação contraditória e possível entre o “seu” e o “eu”? *in* PEDRINI, Dalila, ADAMS, Telmo, SILVA, Vini Rabassa da (org.). Controle Social de Políticas Públicas: caminhos, descobertas e desafios. São Paulo: Paulus, 2007, p. 207-221.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Serviço Social: questões presentes para o futuro. Revista Serviço Social e Sociedade n.50, ano XVIII, abr. 1996, p. 9-39.
- FANTINATTI, Márcia. Tempo livre, lazer e desemprego. Revista Serviço Social e Sociedade n.64, ano XXI, nov. 2000, p. 170-174.
- FERNANDES, Flávio Rêgo. Desvelando o Projeto Ideo-Político do MST. VIII Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Juiz de Fora (MG), 2002, p.1- 9.
- FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. Cenários da participação política no Brasil: os conselhos gestores de políticas públicas. Revista Serviço Social e Sociedade n.88, ano XXVI, nov. 2006, p. 59-74.
- FERREIRA, Aline de Jesus, WARDINE, Jurema Freitas, FREIRE, Lúcia Maria de Barros. Avanços e Retrocessos nas ações de Controle Social na Área da Saúde do Trabalhador: um estudo do CONSEST (RJ). IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1- 10.
- FERREIRA, Gabriela Gilles, BRUCE, Karin Brandão. Analisando duas experiências de orçamento participativo no Espírito Santo: Cariacica e Vitória. X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 9.
- FIGUEIREDO, Ludimilla Gonçalves. Pesquisa e produção do conhecimento no Serviço Social: o terceiro setor como tema em debate. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio Econômico. Departamento de Serviço Social. Curso de Serviço Social. Florianópolis, 2007.

FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon, DOURADO, Elziane, FREIRE, Lúcia Maria de Barros, MOURA, Jefferson Dias de e SERRA, Rose. Comunicação Coordenada: trabalhos e Sujeitos Políticos. IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1-8.

FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon. Crise do Sindicalismo e Ação Política na Fábrica Contemporânea. X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 8.

FREITAS, Mônica, SEIDLER, Vânia, GIULATTE, Cláudia, HERKENHOFF, M. Beatriz L., RIBEIRO, Eliane. Lideranças Comunitárias: percepções que se (de) encontram num olhar sobre a realidade. IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1- 8

GARCIA, Joana. Política Social e Serviço Social: contextos distintos, desafios semelhantes. Revista Serviço Social e Sociedade n.86, ano XXVII, jul. 2006, p. 5-29.

GIL, Método e técnicas de pesquisa social. 5 ed. São Paulo. Editora Atlas, 1999.

GODOY, Eliana Mourgues, BALDISSERA, Adelina, GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Habitação Popular e Desenvolvimento da Cidadania, a experiência de organização comunitária na COHAB Fernando Osório, Pelotas. VIII Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Juiz de Fora (MG), 2002, p.1- 6.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Educação. 6 Edição. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. O novo associativismo e o Terceiro Setor. Revista Serviço Social e Sociedade n.58, ano XIX, nov.1998, p. 9-23.

GOHN, Maria da Glória. O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias - São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, Edições Loyola, 2002.

GÓIS, João Bôsco Hora, SANTOS, Aline Oliveira, COSTA, Isis Santos. Responsabilidade Social Empresarial: práticas e auto-representações. IX Encontro

Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1-8.

GONDIM, Maria Tatiana Santos, PATRIOTA, Lucia Maria, NÒBREGA, Mônica Barros. Idosos e Participação: conquistas e desafios. X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 5.

GRAMSCI, Antonio (1981-1937) Caderno do Cárcere, vol.1. Edição e Tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, Antonio (1981-1937) Caderno do Cárcere, vol.4. Edição e Tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GROPPO, Luís Antonio. Responsabilidade social empresarial e a mercantilização da solidariedade. Revista Serviço Social e Sociedade n.91, ano XXVIII, set. 2007, p.143-162.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. Revista Serviço Social e Sociedade n. 62, ano XX, ano 2000, p. 5-34.

GUERRA, Yolanda. O Projeto Profissional Crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. Revista Serviço Social e Sociedade n.91, ano XXVIII, set. 2007, p. 5-33.

GUIMARÃES, Alessandra Cerqueira. A Relação do Serviço Social com o Trabalhador nos Programas de Responsabilidade Social. X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 5.

GUIMARÃES, Fabiana Aguiar Oliveira. Rede Social e suas Contradições: um espaço de disputa ideo-política. X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 10.

HELLER, Agnes e FEHER, Ferenc. A Condição Pós-Moderna. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1998.

IAMAMOTO, Marilda V. Serviço Social em tempo de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2007.

IOSCHPE, Evelyn(org) Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

JOVCHELOVITCH, Marlova. O processo de descentralização e municipalização no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade n. 56, ano XIX, mar. 1998, p. 34-49.

- KOGA, Dirce e NAKANO, Kazuo. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. *Revista Serviço Social e Sociedade* n.85, no XXVII, mar 2006, p. 98-108.
- KRAWCZYK, Nora Rut e WANDERLEY, Luiz Eduardo (Org). *América Latina: Estado e reforma numa perspectiva comparada*. São Paulo: Cortez, 2003.
- LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 4 edição. São Paulo. Editora Atlas, 2001.
- LANDER, QUIJANO, MORENO. *La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. 1 Ed. Buenos Aires: Elasco, 2003.
- LEAL, Manoela Nunes. *Gestão Democrática da Cidade: um projeto em construção*. X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 9.
- LEHER, Roberto e Setúbal, Mariana (org) *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005..
- LIMA, Telma Cristiane Sasso de. *As ações Sócio-Educativas e o Projeto Ético-político do Serviço Social: tendências da produção bibliográfica*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Florianópolis, 2006.
- LOPES, Isabel Cristina Chaves, VIEIRA,, Marco Antônio Pedro. *Movimentos Sociais e Exercício Ético Profissional*. IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1- 8
- LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn e SOUZA, Janice Tirelli Ponte de. *Geração, democracia e Globalização: faces dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo*. *Revista Serviço Social e Sociedade* n.84, ano XXVI, nov. 2005, p. 91-117.
- MACIEL, Heloísa Helena, SOUZA, Rodriane de O., ALCHORNE, Sindely C. De A. *Coordenação de Conselhos: um facilitador da intersetorialidade*. VIII Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Juiz de Fora (MG), 2002, p.1- 8.
- MARCOCCIA, Rafael Mahfoud. *O princípio de subsidiariedade e a participação popular*. *Revista Serviço Social e Sociedade* n.86, ano XXVII, jul. 2006, p. 90-121.

MARTINELLI, Tiago. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) do Município de Porto Alegre: espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social? .X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 9.

MAY, Tim. Pesquisa Social: questões, métodos e processos. 3 edição. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELO, Danielly Sposito Pessoa de. O homem e a mulher coletivo sentem a necessidade de lutar: um olhar sobre as relações de gênero no assentamento rural Pedro e Inácio. VIII Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Juiz de Fora (MG), 2002, p.1- 8.

MENDIONDO, Maria Silvana, BULLA, Leonia. A participação do Idoso na Vida Social. VIII Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Juiz de Fora (MG), 2002, p.1- 8.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 6 edição. São Paulo. Editora Hucitec; Rio de Janeiro. Editora Abrasco, 1999.

MONTANÕ, Carlos Eduardo. O Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. Revista Serviço Social e Sociedade n.53, ano XVIII, março, 1997, p. 102-125.

MONTANÕ, Carlos. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: Estado e “terceiro setor” em questão. Revista Serviço Social e Sociedade n.59, ano XX, mar. 1999, p. 47-79.

MONTANO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elizabete (org). A nova Fábrica de Consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.

MOTTA, Vânia Cardoso da. O Capital Social como Ideologia de Combate à Pobreza. IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1- 10.

NETTO, José Paulo. A conjuntura brasileira: O Serviço Social posto à prova. Revista Serviço Social e Sociedade n. 79, ano XXIV, set. 2004, p. 5-26.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade n.50, ano XVIII, abr. 1996, p. 87-132.

NEVES, Angela Vieira. Os Nós da Política e da Participação: um estudo empírico do orçamento participativo em Gonçalo – limites ao processo de construção da esfera pública? IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1- 8

NICOLAU, Maria Célia Correia. Formação e fazer profissional do Assistente Social: trabalho e representações sociais. Revista Serviço Social e Sociedade n. 79, ano XXIV, set. 2004, pág. 82-107.

NOGUEIRA, Aurélio Marco. Sociedade Civil, entre o político – estatal e o universo gerencial. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18 n°. 52. São Paulo Junho, 2003.

NOGUEIRA, M.A. s três idéias de sociedade civil, O Estado e a politização. In. COUTINHO, C.N. e TEIXEIRA, A de P. (org). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.215-234.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. O desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado. Revista Serviço Social e Sociedade n.82, ano XXVI, jul. 2005, p. 4-21.

NOGUEIRA, Marinez Gil. Reestruturação Produtiva e Relações de Trabalho: a busca do “consenso” no chão-de-fábrica das indústrias do Setor Eletroeletrônico da Zona Franca de Manaus a partir de 1990. VIII Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Juiz de Fora (MG), 2002, p.1-7.

OLIVEIRA, Arlete Benedita de. A Nova Fábrica de Consensos: reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social (org), Revista Serviço Social e Sociedade n.60, ano XX, jul. 1999, p. 186- 189.

OLIVEIRA, Carla Montefusco. Responsabilidade Social Empresarial: percepções e práticas do empresariado natalense. X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 8.

OLIVEIRA, Edson Marques. Responsabilidade Social Empresarial e os Desafios e Possibilidades de atuação do Serviço Social nesta Área: caminhos globais e realidades local – um estudo de caso. VIII Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Juiz de Fora (MG), 2002, p.1- 8.

OLIVEIRA, Elaine Freitas de, COUTO, Renata Mena Brasil do. O Papel da ONGs na Sociedade Civil Brasileira. IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1- 9.

OLIVEIRA, H. M. J. Cultura política e Assistência social:uma análise das orientações de gestores estaduais. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Economia Solidária: afinal , de que se trata?. IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1-11.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Os desafios éticos e políticos da sociedade brasileira. Revista Serviço Social e Sociedade n. 56, ano XIX, mar. 1998, p.23-33.

PAIVA, Beatriz Augusto de, COUTO, Berenice Rojas e TAPAJÒS, Luziele Maria S. Fórum Social Mundial: “movimentos de movimentos” contra a barbárie neoliberal. Revista Serviço Social e Sociedade n.66, ano XXII, jul. 2001, p. 49-75.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. O Controle do Capital: uma impossibilidade objetiva. Revista Serviço Social e Sociedade n.64, ano XXI, nov. 2000, p. 5-33.

PARRA FILHO, Domingos. Metodologia Científica. São Paulo. Editora Futura, 1998.

PAZ, Rosangela Dias O. Código de Ética: reafirmar a função pública de conselheiros e conselheiras. Revista Serviço Social e Sociedade n.85, ano XXVII, mar. 2006, p. 117-122.

PAZ, Serafim Fortes. Idosos em Movimento: tramas, cenas e dramas na organização e luta por direitos e na construção da cidadania. IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1- 10.

PEDRINI, Dalila Maria, ADAMS, Telmo, SILVA, Vini Rabassa da. Controle Social e fortalecimento da democracia participativa: dilemas e perspectivas *in* PEDRINI, Dalilia Maria, ADAMS, Telmo e SILVA, Vini Rabassa (org.). Controle Social de Políticas Públicas: caminhos, descobertas e desafios. São Paulo: Paulus, 2007, p.223-237.

PEREIRA, Adriana Freire. Conselho Municipal do Orçamento Participativo de Campina Grande (PB): impasses, desafios e avanços na construção de uma gestão democrática. IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1- 8.

PEREIRA, Débora de Sales. Análise do Curso de Capacitação de Conselheiros de Saúde. IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1- 10.

PEREIRA, Juliana Nunes, RAMOS, Nerize Laurentino, COSTA, Jussara Carneiro. Orçamento Participativo e Poder Local no município de Campina Grande (PB). X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 9.

PEREIRA, Potyara A. P. A nova divisão social do bem-estar e o retorno do voluntariado. Revista Serviço Social e Sociedade n.73, ano XXIV, mar. 2003, p.75-100.

PFEIFER, Mariana. As Estratégias de Responsabilidade Social das Empresas e a Conquista da Subjetividade do Trabalhador. X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 10.

POCHMANN, Marcio. O desemprego no capitalismo. Revista Serviço Social e Sociedade n.52, ano XVIII, dez. 1996, p. 165-167.

POCHMANN, Marcio. O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

PONTES, Lúcia e BAVA, Silvio Caccia. AS ONGS e as políticas públicas na construção do Estado democrático. Revista Serviço Social e Sociedade n.50, ano XVIII, abr. 1996, p. 133-142.

PRATES, Jane Cruz. A democratização do poder local por meio do Orçamento Participativo da Assistência Social. Revista Serviço Social e Sociedade n.66, ano XXII, jul. 2001, p. 91- 108.

RAICHELIS, Raquel. Articulação entre os Conselhos de Políticas Públicas: uma pauta a ser enfrentada pela sociedade civil. Revista Serviço Social e Sociedade n.85, no XXVII, mar 2006, p. 109-116.

RAICHELIS, Raquel. Assistência Social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social. Revista Serviço Social e Sociedade n. 56, ano XIX, mar. 1998, p. 77-96.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. Organização política dos(as) assistentes sociais brasileiros (as): a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional. Revista Serviço Social e Sociedade n.88, ano XXVI, nov. 2006, p.160-181.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. Conselhos de Direitos e Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social: reflexões sobre a experiência do Conselho Municipal da Condição Feminina de São Luiz (MA). X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 10.

RODRIGUES, Domingos Pereira e AZZI, Luiz Gonzaga. Controle Social e fragilidade da sociedade civil *in* PEDRINI, Dalila, ADAMS, Telmo, SILVA, Vini Rabassa (org.). Controle Social de Políticas Públicas: caminhos, descobertas e desafios. São Paulo: Paulus, 2007, p.87-112.

RODRIGUES, Olinda. Democratização e Gestão Pública na Amazônia: do orçamento participativo ao Congresso da Cidade no Município de Belém (PA). X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 9.

SÁ, Maria Elvira Rocha de e BARBOSA, Maria José de Souza. A cidade, a reestruturação produtiva e a nova ordem mundial. Revista Serviço Social e Sociedade n.72, ano XXIII, nov. 2002, p. 7-21.

SADER, Emir. Direitos e Esfera Pública. Revista Serviço Social e Sociedade n.77, ano XXIV, abr. 2004, p. 5-10.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia Científica: a construção do conhecimento. 4 Ed. Rio de Janeiro. DP&A Editora, 2001.

SANTOS, Ariovaldo. A reforma trabalhista e sindical do governo Lula: de volta aos parâmetros neoliberais. Revista Serviço Social e Sociedade n. 81, ano XXVI, mar 2005, p. 40-57.

SANTOS, Boaventura de Souza. O Fórum Social Mundial: manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005

SANTOS, Boaventura de Souza. Os novos movimentos sociais *in* Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005, p.174-189.

SANTOS, Revelino Cardoso dos e CARNEIRO, Áurea. A atuação das organizações não governamentais de João Pessoa junto a crianças e adolescentes. X ENPESS. Recife, 4 a 8 de dezembro, 2006.

SANTOS, Revelino Cardoso dos, CARNEIRO, Áurea. A atuação das Organizações Não Governamentais de João Pessoa junto a Crianças e Adolescentes. X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 8.

SANTOS, Vera Núbia. Terceiro Setor no Serviço Social brasileiro: aproximações ao debate. Revista Serviço Social e Sociedade n.91, ano XXVIII, set. 2007, p. 23-142.

SCHERRER-WARREN, Ilse. Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

SCHERRER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais. São paulo: Edições Loyola, 1996.

SECON, Mileni Alves. Sindicatos de Trabalhaores Assalariados Urbanos de Londrina: a reivindicação da Lei. IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1-7.

SEIDLER, Vânia, GIULIATTE, Cláudia, FREITAS, Mônica, HERKENHOFF, M. Beatriz, RIBEIRO, Eliane F. Estratégias de Sobrevivência e Participação Social. IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1- 8

SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a Sociedade Civil: cultura e educação para a democracia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SERPA, M. Ângela N. A instituição sindicato é necessária hoje? Revista Serviço Social e Sociedade n.60, ano XX, jul. 1999, p. 125-159.

SERRA, Rose. O Mercado de Trabalho no Brasil: características e a funcionalidade do “Terceiro Setor”. IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1- 8.

SERRA, Rose. Trabalho e Reprodução:enfoques e abordagens.São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro:PETRES – FSS/UERJ, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 21 edição. São Paulo. Editora Cortez, 2000.

SILVA, Jacqueline Oliveira e PIES, Marcelino Pedrinho. Terceiro Setor e Assistência Social: a questão do público não-estatal. IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1- 8.

SILVA, Lourdes Karoline Almeida, JÚNIOR BARROS, Francisco de Oliveira. Solidariedade e Políticas Públicas: uma análise do voluntariado pelo viés da identidade

social. X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 8.

SILVA, Manoela M.L.da, LUCENA, Maria de Fátima G. de. Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social: um estudo sobre o projeto de formação ético política do Assistente Social e as demandas do mercado de trabalho dos Assistentes Sociais nas ONGs da região metropolitana do Recife, na contemporaneidade. VIII Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Juiz de Fora (MG), 2002, p.1- 6.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e, GUILHON, Maria Virgínia Moreira, CRUZ, Glucejane Gualardo da e SILVA, Andréa Monique Loreiro da. Comunidade Solidária: contradições e debilidades. Revista Serviço Social e Sociedade n.60, ano XX, jul. 1999, p.106-124.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. A Retração da Reforma Agrária como Estratégia Política do Sindicalismo Rural e o foco para a Agricultura Familiar. IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1-9.

SILVA, Vini Rabassa da. Controle Social de Políticas Públicas: uma reflexão sobre os resultados da pesquisa IN PEDRINI, Dalila Maria, ADAMS, Telmo, SILVA, Vini Rabassa (org.). Controle Social de Políticas Públicas: caminhos, descobertas e desafios. São Paulo: Paulus, 2007, p.179-206.

SILVA, Zélia Maria Pereira. Trabalho, Reestruturação Produtiva e Gênero: impactos na organização sindical das mulheres trabalhadoras. X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 7.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Conselho Estadual de Assistência Social: dimensão política na organização da hegemonia. VIII Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Juiz de Fora (MG), 2002, p.1- 9.

SIMIONATTO, Ivete e NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Pobreza e participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais. Revista Serviço Social e Sociedade n.66, ano XXII, jul. 2001, p. 145 – 164.

SIMIONATTO, Ivete. Estado, sociedade civil e espaços públicos: uma análise do Plano Plurianual – 2004-2007. Revista Serviço Social e Sociedade n.88, ano XXVI, nov. 2006, p. 11-40.

SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, e influência no Serviço Social. 3. ed. – Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SINGER, Paul. Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2000.

SIQUEIRA, Rosângela Bujokas de, COSTA, Lucia Cortes da. Assistência Social e Filantropia: uma análise sobre a relação de parceria entre o poder público e as entidades beneficentes de assistência social. IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1-8.

SOARES, Ana Paula Fleury de Macedo e MULS, Leonardo Marco. Desenvolvimetro Local e Responsabilidade Social: as ações de responsabilidade social como um instrumentno de interlocução entre as empresas e a sociedade. Revista Sinais Sociais n. 4. Serviço Social do Comércio (SESC). Ano 2, mai-agos, 2007, pág. 52-85.

SOUSA, Daniela Nebes de. Capitalismo Contemporâneo: as cooperativas sob o comando do capital. X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Recife, PE, dez., 2006, p.1- 8.

SOUZA, Antonia Jeane Alves de, RABBI, Fernanda Coan. Conselhos Locais de Saúde: a experiência do município de Vitória (ES). IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Porto Alegre (RS), nov-dez., 2004, p.1- 8.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. Lições do Fórum Social Mundial. Revista Serviço Social e Sociedade n.66, ano XXII, jul. 2001, p. 34-48.

STOTZ, Eduardo Navarro. A reestruturação industrial na visão dos empresáriosbrasileiros. Revista Serviço Social e Sociedade n.52, ano XVIII, dez. 1996, p. 86-105.

SZAZI, Eduardo. Terceiro Setor: regulação no Brasil. 3 ed. São Paulo: Peirópolis, 2003.

TACHIZAWA, Takeshy. Organizações não governamentais e Terceiro Setor: criação de ONGs e estratégias. Atlas, 2002.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. DAGNINO, E. (org).Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2002, p.47-104.

TAVARES, Maria Augusta da Silva. O debate contemporâneo acerca da questão social. Revista Serviço Social e Sociedade n.92, ano XXVIII, nov. 2007, pág.118-138.

TISCHLER, Sergio. A forma classe e os movimentos sociais na América Latina in Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005, p.116-125.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. Revista Serviço Social e Sociedade n. 56, ano XIX, mar. 1998, p.114-134.

VIANA, Masilene Rocha. Lutas Sociais e redes de movimentos no final do século XX. Revista Serviço Social e Sociedade n.64, ano XXI, nov. 2000, p. 34- 169.

WAMPLER, Brian in AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander(org). A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo. São Paulo: Cortez, 2003, p. 61-88.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Conjuntura: desafios e perspectivas. Revista Serviço Social e Sociedade n.66, ano XXII, jul. 2001, p. 5-33.

YAZBEK, Maria Carmelita. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. Revista Serviço Social e Sociedade n. 56, ano XIX, mar. 1998, p. 50-59.

ZIBECHI, Raúl. Os movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios . São Paulo: Cortez, 2005, p. 198- 207.